



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE
CAMPUS RIO BRANCO

MAYARA DOS SANTOS SANTIAGO

**HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:
O TRIBUNAL DO JÚRI**

Rio Branco

2021



MAYARA DOS SANTOS SANTIAGO

**HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
JURÍDICO: O TRIBUNAL DO JÚRI**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Orientador (a): Prof^ª. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas

Rio Branco
2021

Ficha catalográfica



INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, realizou-se, por web conferência via google meet, link meet.google.com/fmb-fots-rih, a banca de defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). A realização da banca por web conferência justificou-se pelo período de pandemia da Covid-19 e está devidamente amparada na Instrução Normativa Ifac/Proinp n.º 02/2020, de 01 de abril de 2020. A dissertação submetida para banca de defesa, teve por título "**Histórias em quadrinhos no processo de ensino jurídico: o tribunal do júri**", sendo registrado na linha de pesquisa de Práticas Educativas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de responsabilidade da mestranda Mayara dos Santos Santiago, orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Renata Gomes de Abreu Freitas (ProfEPT IFAC/Campus Rio Branco). Destaca-se que esse foi o também o momento para validação final do produto educacional de mesmo título da dissertação. A presidente da banca examinadora apresentou os seus membros: Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto (UFAC) como avaliador/membro externo ao programa e o Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira (ProfEPT IFAC/Campus Rio Branco) como avaliador/membro interno ao programa. Relatou aos participantes as regras para esse tipo de atividade acadêmica, destacando que a mestranda teria entre trinta e quarenta minutos para apresentação e que, em seguida, a banca examinadora poderia realizar sua arguição, sendo a ordem de praxe o membro externo, membro interno e orientador. Orientou, ainda, que não se fizessem comentários pelo chat e que todos os microfones e vídeos fossem desabilitados durante a banca, a fim de não retirar a atenção ou intervir no processo avaliativo. Assim, a discente Mayara dos Santos Santiago apresentou seu trabalho de dissertação e o produto educacional no tempo de 33 minutos e, em seguida, a banca iniciou a apreciação crítica deles. Após, a mestranda respondeu os comentários solicitados pela banca e questões em arguição. Em seguida, a banca reuniu-se para deliberação em sala reservada da web conferência, pelo período de dez minutos retornando para leitura da ata e encerramento pela presidente. No momento do retorno, o parecer foi divulgado, sendo a discente **APROVADA** com louvor em sua defesa de dissertação e validação final do produto educacional devendo considerar as recomendações da banca antes da entrega final ao ProfEPT. As observações e sugestões realizadas pela banca foram gravadas e serão discutidas com o orientador, bem como consideradas nas versões finais dos documentos. Ao longo da banca de defesa de dissertação, que se encerrou às 17h45min, participaram treze pessoas com representação de segmentos da comunidade externa ao Ifac, discentes e docentes do ProfEPT local. Eu, Renata Gomes de Abreu Freitas, presidente da banca lavrei a presente ata que será assinada por mim e demais membros via Sistema Eletrônico de Informação do Ifac (SEI/IFAC), após a disponibilização da mesma pela coordenação do ProfEPT.

Banca Examinadora:

Presidente: Profa. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas (ProfEPT Ifac/Campus Rio Branco).

Membro Externo: Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto (Ufac)

Membro Interno: Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira (ProfEPT Ifac/Campus Xapuri).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA GOMES DE ABREU FREITAS, DOCENTE EBTT**, em 03/12/2021, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Raimundo Alves Neto, Usuário Externo**, em



03/12/2021, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo dos Santos Pereira, Docente de Ensino Profissional, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 04/12/2021, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifac.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0443962** e o código CRC **6ABA87F1**.

MAYARA DOS SANTOS SANTIAGO

**HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM:
O TRIBUNAL DO JÚRI**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Aprovado em: 26/11/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Renata Gomes de Abreu Freitas
Doutora em Ciências
IFAC/ProfEPT

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutor (a) em Ciências
IFAC/ ProfEPT

Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto
Doutor (a) em Educação
UFAC

MAYARA DOS SANTOS SANTIAGO

**HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
JURÍDICO: O TRIBUNAL DO JÚRI**

Produto educacional apresentado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, *Campus* Rio Branco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre(a) em Educação Profissional e Tecnológica - EPT.

Validado em: 26/11/2021

BANCA VALIDADORA

Prof.^a Dr.^a Renata Gomes de Abreu Freitas
Doutora em Ciências
IFAC/ProfEPT

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Pereira
Doutor em Ciências
IFAC/ProfEPT

Prof. Dr. Francisco Raimundo Alves Neto
Doutor (a) em Educação
UFAC

Dedico este trabalho ao Senhor Jesus Cristo, ao Doce Espírito Santo e a Yahweh, meu Pai Celestial, ao seu reino e sua justiça, por tudo que tens operado em minha vida durante esta jornada, sem a sua intervenção seria impossível a conclusão deste mestrado.

À minha mãe, que sempre foi uma mulher a frente do seu tempo, mesmo com muitos obstáculos sempre acreditou na educação e me deu todo apoio para que eu pudesse viver este momento da minha vida. Este título, também é seu, minha mãe amada.

À minha amada igreja Batista do Bosque através dos pastores, intercessores, ministradores e célula que através da doação de suas vidas ao ministério foram canais de Deus para o suporte espiritual e emocional durante esta trajetória. Assim como, aos profetas, bispos, missionários, pastores e levitas que acompanho através do youtube.com, cada palavra, oração e louvor foram cruciais para o meu fortalecimento e o surgimento de novas ideias além do florescimento da criatividade.

Ao Everton Linard, que de maneira generosa compartilhou comigo todo o seu material preparatório para que eu pudesse estudar para o processo seletivo do ProfEPT, você foi um anjo que Deus colocou em minha vida e que Cristo o recompense nas realizações dos seus sonhos e objetivos profissionais.

Ao meu primo Ewerton pelo apoio financeiro no ingresso do programa e sempre está disposto a ajudar a família. E, *in memoriam*, ao meu primo Everson e minha bisavó Nazaré, sou grata a Deus por ter vivido momentos inesquecíveis ao lado de cada um, amo vocês. Ao meu amado e querido sobrinho Azafe,

que todos os dias me perguntava se eu já havia terminado o mestrado, por me dá todo suporte tecnológico e tornar os meus dias mais felizes com a sua presença.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Yahweh por ter me proporcionado esta oportunidade de aprender um pouco mais sobre Educação Profissional, um tema amplo e rico em todos os sentidos. Gratidão a ex-coordenadora do curso de pós-graduação, professora e doutora Josina Pontes, e atual coordenador Lobão, pelo trabalho desenvolvido.

Gratidão a professora e doutora Renata Freitas pela orientação e dedicação nesta caminhada, que Jesus Cristo visite a obra das suas mãos e a retribua conforme os frutos do seu trabalho.

Gratidão a coordenadora do curso Serviços Jurídicos do Instituto Federal do Acre, Thaís Moura, pela indicação ao tema Tribunal do Júri e informações quanto ao curso, e na organização da sequência didática, gratidão ao professor de direito penal Hudson Magalhães, por ter dado sugestões pertinentes a sequência em sua versão preliminar. Estas contribuições foram importantes para a versão final do produto educacional.

Sou grata aos professores do curso que contribuíram para a minha formação nas aulas presenciais e online. Gratidão por toda compreensão, empenho e dedicação a esta carreira árdua da docência. Gratidão em especial aos professores Ricardo e Francisco por terem disponibilizado materiais que auxiliassem e enriquecessem na dissertação e apresentação.

Aos colegas de mestrado que me ajudaram de tantas maneiras sou muito grata por cada um, sintam-se representados pela Irismar e o Gabriel por todo auxílio, apoio, encorajamento e disposição para que ninguém ficasse para trás. Gratidão a cada um de maneira especial e específica!

Aos colegas da pós-graduação na Unimeta, quero agradecer a todos através da pessoa maravilhosa do Júnior, gratidão!!!! Desejo a você a realização dos sonhos. Aos colegas da faculdade Pitagóras em especial a Quelen que sempre esteve comigo no período do curso me auxiliando em tudo. Gratidão!!!!

Gratidão aos docentes jurídicos que responderam aos questionários enviados e ao professor Cesar Pereira pela entrevista concedida.

Gratidão aos docentes que fizeram parte da banca de avaliação do produto educacional e do prefácio, Deus os abençoe ricamente!

Agradeço ao meu pai Antônio que através da sua vida eu vim a este mundo e pelas palavras de sabedoria nos períodos que estivemos juntos. Gratidão a todos que não foram citados, mas que fizeram parte da minha vida contribuindo de maneira direta e indiretamente para este resultado final, muito obrigada!!!Gratidão!!!!

Filho, se você parar de aprender, logo esquecerá o que sabe. (PROVÉRBIOS, 19:27. NTLH).

SANTIAGO, Mayara dos Santos. **Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri**. 2021.119f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Científica e Tecnológica - ProfEPT) – Instituto Federal de Educação, Científica e Tecnológica, Rio Branco, AC, 2021.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação foi produzir e avaliar um produto educacional no formato de sequência didática no qual utilizando da narração de histórias (*Storytelling*) os alunos terão que criar uma história em quadrinhos referente a segunda fase do Tribunal do Júri. A pesquisa foi organizada em quatro artigos, que de maneira sequencial buscou responder a seguinte problemática: É factível no ensino técnico de serviços jurídicos no tema Tribunal do Júri o uso de Histórias em Quadrinhos como estratégia de ensino e aprendizagem ativo e reflexivo dentro da sala de aula? O primeiro artigo com o título: Principais Marcos Históricos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e a implantação do Instituto Federal do Acre, teve por objetivo levar o leitor a rever os principais marcos históricos da Educação Profissional no Brasil, e a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Sendo uma pesquisa de natureza básica, quanto aos seus objetivos, tratou-se de um estudo exploratório, no qual utilizou-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental. No segundo artigo intitulado: Histórias em quadrinhos: constituição e aplicação no ensino como estratégia de aprendizagem, seu objetivo foi apresentar os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos, seus principais marcos históricos e por fim, aplicação das mesmas no ensino formal em diferentes níveis e área do conhecimento. Tratando-se de uma revisão bibliográfica, fez-se uma busca na plataforma Google Acadêmico com fins de identificar literatura concernente a experiências de uso de HQs em diferentes áreas do conhecimento e analisar seus resultados. No terceiro artigo denominado “O perfil docente do ensino jurídico do Instituto Federal do Acre e o uso das histórias em quadrinhos” teve como objetivo central a *diagnose*, ou seja, conhecer o perfil profissional dos docentes da área de direito e que atendem à demanda de ensino jurídico no IFAC, quais estratégias de ensino e aprendizagem conhecem e empregam em suas aulas, e se o uso das histórias em quadrinhos é um recurso educacional empregado por eles em

suas práticas de ensino. Em atendimento ao objetivo geral foi elaborado um produto educacional em formato de sequência didática com o título: Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri. O qual trabalha a primeira fase do tribunal do júri com a criação de uma Storytelling pelos alunos com o final determinado pelo docente: pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição primária e na segunda etapa referente ao julgamento em plenária com a produção de uma história em quadrinhos o qual narra o julgamento de caso que foi trabalhado previamente em classe. O último artigo é referente a avaliação do produto educacional, tratou-se de uma pesquisa de natureza básica, quanto aos procedimentos foi descritiva, o questionário avaliativo foi desenvolvido na escala Likert, com questões e eixos temáticos pré-definidos para análise dos dados foi utilizado o programa RStudio. O produto educacional foi aprovado em todos os eixos apontados, e com os resultados apresentados podemos considerar que, a sequência didática apresenta uma abordagem inovadora para o ensino jurídico em que o aluno poderá ter uma formação omnilateral desenvolvendo várias habilidades simultaneamente na conexão entre a teoria e a prática.

Palavras-chave: Produto educacional; Histórias em quadrinhos; Sequência didática; Storytelling.

SANTIAGO, Mayara dos Santos. **Comics in the legal teaching and learning process: the Jury Court**. 2021.119f. Dissertation (Professional Master in Scientific and Technological Education - ProfEPT) – Federal Institute of Scientific and Technological Education, Rio Branco, AC, 2021.

ABSTRACT

The main goal of this dissertation was to produce and evaluate an educational product in a didactic sequence format in which, using storytelling, students will have to create a comic book referring to the second phase of the Jury Court. The research was organized into four articles, which sequentially sought to answer the following issue: It is feasible in the technical teaching of legal services on the subject of the Jury Court the use of Comics as an active and reflective teaching and learning strategy in the classroom? The first article entitled: Main Historical Landmarks of Professional and Technological Education in Brazil and the implementation of the Federal Institute of Acre, aimed to lead the reader to review the main historical landmarks of Professional Education in Brazil, and the implementation of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Acre (IFAC). As research of basic nature, as to its objectives, it was an exploratory study, in which bibliographical and documental research was used as technical procedures. In the second article entitled: Comics: constitution and application in teaching as a learning strategy, its objective was to present the constituent elements of comic books, their main historical landmarks and, finally, their application in formal education at different levels and areas of knowledge. As a bibliographical review, a search was carried out on the Google Scholar platform in order to identify literature concerning experiences in the use of comics in different areas of knowledge and to analyze its results. The third article entitled "The teaching profile of legal education at the Federal Institute of Acre and the use of comic books" had as its central objective the diagnosis, that is, to know the professional profile of law professors who meet the demand for legal education at IFAC, what teaching and learning strategies they know and employ in their classes, and whether the use of comic books is an educational resource they employ in their teaching practices. In compliance with the main goal, an educational product was developed in a didactic sequence format with the title: Comics in the legal teaching and learning process: the Jury Court. Which works the first phase of the jury trial with the creation of a Storytelling by the students with the end determined by the teacher: pronouncement, indictment, disqualification and primary acquittal and in the second stage referring to the trial in plenary with the production of a comic book which narrates the case judgment that was

previously worked on in class. The last article refers to the evaluation of the educational product, it was research of a basic nature, as the procedures were descriptive, the evaluative questionnaire was developed on the Likert scale, with predefined questions and thematic axes for data analysis the RStudio program. The educational product was approved in all the axes indicated, and with the results presented, we can consider that the didactic sequence presents an innovative approach to legal education in which the student can have an omnilateral education, developing several skills simultaneously in the connection between theory and the practice.

Keywords: Educational product; Comics; Following teaching; Storytelling

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

FIGURA 1.	17
----------------	----

ARTIGO 2. HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: CONSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO NO ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

FIGURA 1. EXEMPLO DE UMA HISTÓRIA EM QUADRINHOS.....	45
FIGURA 2. EXEMPLO DE UMA NARRATIVA SEM BALÃO DE FALA.....	45
FIGURA 3. REPRESENTAÇÃO DO SOM AO BATER NA PORTA.....	47
FIGURA 4. SEIS DIFERENTES MANEIRAS QUE A MENSAGEM PODE PASSAR DE UM QUADRO PARA OUTRO.....	48
FIGURA 5. EXEMPLO DE SARJETA.....	48
FIGURA 6. EXEMPLO DO PRIMEIRO MODO.....	49
FIGURA 7. EXEMPLO DO SEGUNDO MODO.....	49
FIGURA 8. EXEMPLO DO TERCEIRO MODO.....	49
FIGURA 9. EXEMPLO DO QUARTO MODO.....	50
FIGURA 10. EXEMPLO DO 5.º MODO.....	50
FIGURA 11. EXEMPLO DO 6.º MODO.....	50
FIGURA 12. EXEMPLO DO 7.º MODO.....	51
FIGURA 13. TIPOS DE FIGURAS DENTRO DOS QUADRINHOS.....	51
FIGURA 14. DIFERENÇA ENTRE DESENHO ANIMADO E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS.....	52
FIGURA 15. DIFERENÇA ENTRE ILUSTRAÇÃO E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS.....	52
FIGURA 16. REPRESENTAÇÃO DO TEMPO.....	53
FIGURA 17. ONOMATOPEIA.....	53
FIGURA 18. BALÃO-BERRO.....	54
FIGURA 19. BALÃO-FALA.....	54
FIGURA 20. BALÃO-PENSAMENTO.....	55

FIGURA 21. BALÃO-COCHICHO.....	55
FIGURA 22. BALÃO-MUDO.....	55
FIGURA 23. EXEMPLO DE APÊNDICE.....	56
FIGURA 24. EXEMPLO DE LEGENDA.....	56
FIGURA 25. EXEMPLO DE LETRAMENTO.....	57
FIGURA 26. QUADRINHO EM ESTILO DIVERSIFICADO.....	57
FIGURA 27. PLANO GERAL OU PANARÔMICO.....	58
FIGURA 28. PLANO DE CONJUNTO OU TOTAL.....	58
FIGURA 29. PLANO AMERICANO.....	58
FIGURA 30. PLANO MÉDIO OU APROXIMADO.....	59
FIGURA 31. PLANO DE DETALHE, PORMENOR OU CLOSE-UP.....	59
FIGURA 32. DESENHOS FEITOS NAS GRUTAS; ESCRITA PICTÓRICA; ESTAÇÕES DA VIA SACRA.....	60
FIGURA 33. THE YELLOW KID; AS AVENTURAS DO ZÉ CAIPORA.....	60
FIGURA 34. O TICO-TICO.....	61

LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO

QUADRO 1: Descrição dos objetivos específicos 1,2,3 e 4 dos artigos relacionados e características metodológicas.....19

ARTIGO 3 – O PERFIL DOCENTE DO ENSINO JURÍDICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE E O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

QUADRO 1: Categoria para o tema “Perfil profissional docente de direito do Instituto Federal do Acre”.....77

QUADRO 2: Categoria para o tema “Perfil profissional docente de direito do Instituto Federal do Acre”79

QUADRO 3: Categoria para o tema “Estratégias de ensino e aprendizagem”81

QUADRO 4: Categoria para o tema “Estratégias de ensino e aprendizagem”84

QUADRO 5: Categoria para o tema “Adoção de Histórias em quadrinhos”87

ARTIGO 4 – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM JURÍDICO: O TRIBUNAL DO JÚRI

QUADRO 1: Indicadores avaliativos.....99

QUADRO 2: Questionário referente ao eixo 1.....100

QUADRO 3: Questionário referente ao eixo 2.....100

QUADRO 4: Questionário referente ao eixo 3 e 4.....101

QUADRO 5: Quanto a estética e organização do produto educacional.....102

QUADRO 6: Quanto as etapas do produto educacional.....106

QUADRO 7: Propostas didáticas apresentadas no produto educacional.....109

QUADRO 8: A criticidade apresentada no produto educacional.....112

LISTA DE GRÁFICOS

ARTIGO 4 – AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM JURÍDICO: O TRIBUNAL DO JÚRI

GRÁFICO 1 - Quanto a estética e organização do produto educacional.....	104
GRÁFICO 2 - Quanto as etapas do produto educacional.....	108
GRÁFICO 3 - Propostas didáticas apresentadas no produto educacional.....	111
GRÁFICO 4 - A criticidade apresentada no produto educacional.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológicos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EJA	Educação de Jovens e Adultos
HQs	Histórias em quadrinhos
IFAC	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
IFs	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
REFERÊNCIAS	23
2 ARTIGO 1: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	25
2.1 RESUMO	25
2.2 INTRODUÇÃO	25
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
2.6 REFERÊNCIAS.....	38
3 ARTIGO 2: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: CONSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO NO ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM.....	42
3.1 RESUMO	42
3.2 INTRODUÇÃO	42
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
3.5 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E SUA CONSTITUIÇÃO	44
3.6 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E A APLICAÇÃO EM SALA DE AULA COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	62
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
3.8 REFERÊNCIAS.....	70
4 ARTIGO 3: O PERFIL DOCENTE DO ENSINO JURÍDICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE E O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS	73
4.1 RESUMO	73

4.2	INTRODUÇÃO	73
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	75
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
4.5	PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE DE DIREITO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	77
4.6	ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	80
4.7	HISTÓRIAS EM QUADRINHOS.....	86
4.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
4.9	REFERÊNCIAS.....	90
5	ARTIGO 4: AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM JURÍDICO: O TRIBUNAL DO JÚRI	93
5.1	RESUMO	93
5.2	INTRODUÇÃO	93
5.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	94
5.4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	96
5.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
5.6	REFERÊNCIAS.....	116
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
	REFERÊNCIAS	119
1	APÊNDICES.....	120

INTRODUÇÃO

A relação da autora com o *Storytelling* vem desde a tenra infância, quando a mesma frequentava as escolas bíblicas dominicais e ouvia as narrativas bíblicas através das professoras, elas contavam a história e, simultaneamente, colocavam os desenhos representando os personagens no quadro criando a cena de tudo que era relatado. A mãe da autora também incentivava para que as filhas tivessem o hábito da leitura, comprava livros ilustrativos de contos infanto-juvenil e muitas vezes lia para elas fazendo uma voz diferente para cada personagem, e no final mostrava as figuras para que pudessem visualizar a cena.

A autora sempre foi atraída por mensagens que acompanhasse algum tipo de ilustração para exemplificar o que estava sendo explicado. Quando iniciou o curso de inglês sempre teve muita dificuldade para memorizar o vocabulário, pois os livros dos adultos não haviam nada para representar e trazer significado aquele vocábulo, no momento em que visualizava o material didático do sobrinho direcionado para as crianças, cheio de gravuras associativas e textos ilustrativos a faziam desejar estudar com aquele público, pois o material era mais atrativo e divertido.

Na época em que o sobrinho da autora cursava o ensino fundamental 2, as professoras relatavam da falta do interesse dele na leitura, por isso as notas eram baixas, como estratégia para o incentivar a leitura foi comprado livros com devocionais diárias ilustrativas do Smilinguido, o seu pai lhe deu uma bíblia em quadrinhos, denominada bíblia em ação.

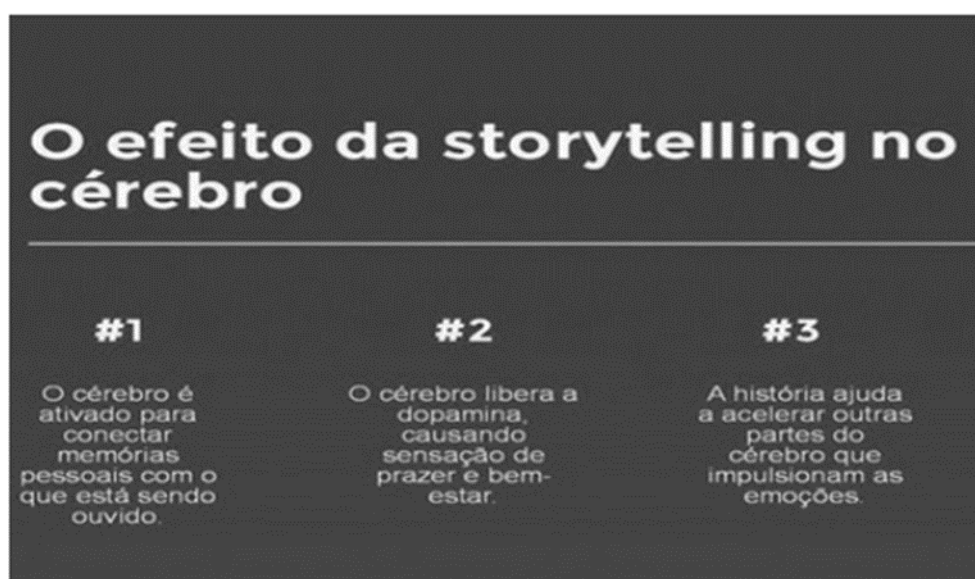
Em uma disciplina do mestrado os alunos deveriam relatar sobre sua formação e a proposta do produto educacional, pesquisando sobre temas jurídicos, a autora encontrou uma matéria relando sobre a dificuldade que os alunos do ensino médio tinham de compreender a legislação, devido o rigor técnico da linguagem jurídica. Neste momento ela lembrou que os quadrinhos simplificam a mensagem e facilitam o entendimento ao leitor, ao mesmo tempo que é atrativo. A ideia inicial era escolher uma turma e uma disciplina e a partir daí produzir os próprios quadrinhos para entregar aos discentes e desenvolver a matéria. Através de um diálogo com a orientadora ela explicou de que se os alunos produzissem as narrativas gráficas, o aprendizado teria

um significado maior para os discentes e poderiam conectar a teoria e a prática como consolidação do conteúdo tratado, além de desenvolverem novas habilidades, aprenderem novos temas que normalmente não é trabalhado em classe e contribuir com a formação integral dos estudantes.

Na busca de um método em que as histórias em quadrinhos pudessem ser trabalhadas, encontrou-se o *Storytelling* (narração de história), descrito como um método ativo de aprendizagem por Camargo e Daros (2018) em sua obra intitulada: “A Sala de Aula Inovadora” os autores explicam que a contação de histórias pode ser empregada de várias maneiras, entre elas, com a criação de histórias em quadrinhos pelos alunos através do uso de ferramentas tecnológicas.

O autor Souza (2020) em sua obra: “Metodologias ativas o que as escolas podem aprender” relata sobre a ação do *Storytelling* na mente:

Figura. 1



Fonte: SOUZA (2020, p.60)

O resultado desse efeito é que pessoa deixa ser um observador e passa a ser um integrante da narrativa, gerando envolvimento.

Ao pesquisar sobre as características da formação e da docência jurídica verificou-se que devido as suas raízes no ensino tradicional, com aulas expositivas, professor detentor de todo conhecimento, leituras extensivas de leis e uma formação bacharelada que não prepara o profissional que deseja atuar como docente em sua área. Acaba colaborando para que o método tradicional seja reproduzido nas salas de aulas nacionais. Obras como: “Educação Jurídica e a Formação de Profissionais do

Futuro” dos autores Costa e Rocha (2018) auxiliam os docentes com várias metodologias ativas e estratégias de como utilizar no ensino, estes mesmos autores indicam o uso do Storytelling e das histórias em quadrinhos como estratégia de ensino e aprendizagem jurídico.

Em relação ao curso técnico em serviços jurídicos no Instituto Federal do Acre, foi realizado um levantamento prévio junto a coordenação do curso se havia dificuldades em tornar as aulas mais ativas, devido à característica das formações dos docentes em bacharel, em resposta a coordenadora informou que existiam dificuldades e as aulas acabavam sendo mais expositivas, entretanto não havia resistência em adotar estratégias pedagógicas que pudessem tornar as aulas dinâmicas e atrativas. Ao indagar se já haviam utilizado as histórias em quadrinhos como recurso pedagógico em sala de aula, a resposta foi que nunca utilizaram este recurso, mas que seria algo inovador e diferencial.

Tendo-se verificado na literatura várias experiências em que o uso das histórias em quadrinhos e a sua produção na sala de aula, proporcionou uma conexão entre a teoria e a prática com os alunos, trazendo uma abordagem reflexiva sobre os assuntos no ensino da física, ciências, geografia, no curso técnico integral em controle ambiental, nos cursos superiores de administração e hotelaria contribuindo de maneira eficaz na conexão entre a teoria e prática, na consolidação dos conhecimentos adquiridos, nas interações interpessoais e no protagonismo dos discentes.

O objetivo geral da pesquisa que culminou na presente dissertação foi produzir e avaliar uma sequência didática utilizando-se da narração de histórias (*Storytelling*) no ensino jurídico com tema: o Tribunal do Júri. No quadro 1 abaixo apresentam-se os objetivos específicos que integram este estudo, bem como os artigos produzidos a partir de seus resultados, acompanhados de um resumo da metodologia adotada no processo investigativo.

Quadro1: Descrição dos objetivos específicos 1,2,3 e 4 dos artigos relacionados e características metodológicas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ARTIGOS	CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS
Objetivo 1- Rever os principais marcos históricos da Educação Profissional no Brasil, e a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac).	Seção 2: Principais Marcos Históricos da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e a implantação do Instituto Federal do Acre.	Pesquisa de natureza básica, quanto aos seus objetivos, trata-se de um estudo exploratório, no qual utilizou-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental.
Objetivo 2- Apresentar os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos, seus principais marcos históricos e por fim, aplicação das mesmas no ensino formal em diferentes níveis e área do conhecimento.	Seção 3: Histórias em quadrinhos: constituição e aplicação no ensino como estratégia de aprendizagem.	Revisão bibliográfica, fez-se uma busca na plataforma Google acadêmico com fins de identificar literatura concernente a experiências de uso de HQs em diferentes áreas do conhecimento e analisar seus resultados.
Objetivo 3- Conhecer o perfil profissional dos docentes da área de direito e que atendem à demanda de ensino jurídico no Ifac, quais estratégias de ensino e aprendizagem conhecem e empregam em suas aulas, e se o uso das histórias em quadrinhos é um recurso educacional empregado por eles em suas práticas de ensino.	Seção 4: O perfil docente do ensino jurídico do Instituto Federal do Acre e o uso das histórias em quadrinhos.	Aplicação de um questionário com 15 perguntas, sendo que destas, 8 eram fechadas e 7 abertas junto aos docentes da área do direito. Com o docente 6 (2021) foi também realizado uma entrevista com 8 perguntas abertas sobre as metodologias empregadas em sala de aula e o uso das histórias em quadrinhos para o ensino jurídico. Para fins de análise dos dados, optou-se pela metodologia de Tematização proposta por Fontoura (2011).
Objetivo 4- Trazer os resultados da avaliação do produto educacional "Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri" elaborado a partir da pesquisa realizada no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica.	Seção 5: Avaliação do produto educacional histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri.	A pesquisa se caracteriza de natureza básica, quanto aos procedimentos é descritiva, o questionário avaliativo foi desenvolvido na escala Likert, com questões e eixos temáticos inspirados em Leite (2018), para análise dos dados foi utilizado o programa RStudio.

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio dos objetivos específicos e dos artigos produzidos buscou-se responder a seguinte pergunta: É factível no ensino técnico de serviços jurídicos no tema Tribunal do Júri o uso de Histórias em Quadrinhos como estratégia de ensino e aprendizagem ativo e reflexivo dentro da sala de aula? Para responder esta indagação, primeiro procurou-se rever os principais marcos históricos da Educação Profissional e Tecnológica e a implantação do Instituto Federal do Acre, em que o leitor pode compreender que a educação profissional e tecnológica é uma modalidade educacional que faz parte da profissionalização de vários brasileiros, seja através de

seus cursos de curta duração, técnicos ou tecnológicos e o surgimento do Instituto Federal do Acre, possibilitou ao longo dos dez anos, a vários acrianos que optaram em ser alunos da Instituição, se profissionalizarem em diversas áreas, desde cursos técnicos integrados até pós graduação lato e stricto sensu, atendendo assim o primeiro objetivo específico da dissertação.

Em seguida, foi apresentado os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos, seus principais marcos históricos e por fim, aplicação das mesmas no ensino formal em diferentes níveis e área do conhecimento. Nesta investigação foi possível visualizar como são ricas as histórias em quadrinhos em sua constituição, além da união da linguagem visual com a escrita para transmitir a mensagem ao leitor, ela possui sua própria linguagem quadrinista: o balão de fala, apêndice, a sarjeta, legenda, linhas cinéticas, enquadramento, os personagens, que juntamente ao texto, demonstram o diferencial deste recurso educacional; além de fazer parte da realidade das crianças jovens e adultos. Infelizmente foram duramente atacadas por muito tempo por setores importantes da sociedade, sendo vinculada a ações delinquentes de adolescentes e jovens. Superado esse período histórico, as histórias em quadrinhos foram novamente sendo aceitas no ambiente educacional. Atualmente, vários autores indicam sua aplicação no ambiente de ensino como estratégia educacional para fomentar o aprendizado, com o uso das histórias em quadrinhos por pesquisadores em diversas áreas do saber e em vários níveis educacionais, foi possível visualizar em primeiro lugar a aceitação pelos alunos nas atividades realizadas, sem nenhum tipo de objeção ou preconceito, observou-se identificação com o instrumento para o aprendizado estabelecido. Em segundo lugar, notou-se com os resultados apresentados que, o uso do recurso educacional foi capaz de despertar o interesse de alunos mais tímidos em uma classe tradicional, promovendo a comunicação, interação, e o trabalho em equipe, aspectos essenciais para formação humana. Através deste material o segundo objetivo específico foi contemplado.

O terceiro passo tinha como objetivo central a diagnose, ou seja, conhecer o perfil profissional dos docentes da área de direito e que atendem à demanda de ensino jurídico no IFAC, quais estratégias de ensino e aprendizagem conhecem e empregam em suas aulas, e se o uso das histórias em quadrinhos é um recurso educacional empregado por eles em suas práticas de ensino. Com vistas a alcançar o objetivo proposto neste estudo, realizou-se, inicialmente, a aplicação de um questionário junto

aos docentes da área do direito, sendo 05 deles lotados no Campus Rio Branco, 01 no Campus Tarauacá, 01 no Campus Xapuri e 01 no Campus Sena Madureira, no momento da pesquisa os Campus Cruzeiro do Sul e Baixada do Sol estavam sem professores dessa área.

O referido questionário foi organizado com 15 perguntas, sendo que destas, 8 eram fechadas e 7 abertas. Em ambos os grupos, pretendeu-se traçar o perfil profissional, as estratégias de ensino e aprendizagem adotadas pelos respondentes e se utilizavam a história em quadrinhos como metodologia de ensino e aprendizagem. Com o docente 6 (2021) foi também realizado uma entrevista com 8 perguntas abertas sobre as metodologias empregadas em sala de aula e o uso das histórias em quadrinhos para o ensino jurídico, pois de todos, foram apenas dois que mencionaram no questionário ter experiência no uso de quadrinhos como recurso de ensino. O outro docente estava com complicações devido a covid 19 no período da entrevista.

Diante das respostas apresentadas no questionário, obteve-se como resultado que, 75% dos docentes jurídicos tiveram o primeiro contato com educação profissional e tecnológica ao serem efetivados na Rede Federal de ensino, devido à característica da sua formação, tiveram dificuldades e desafios para exercerem a carreira de professor, porém não se limitaram e buscaram aperfeiçoamento pedagógico através de pós-graduações lato sensu e stricto sensu, além da busca de conhecimentos pedagógicos e andragógicos de ensino, recorreram à orientação didáticas na própria Entidade educacional, 25% dos docentes possuem outra formação além do bacharel em direito, e o tempo de exercício da profissão varia entre 3 a 11 anos de experiência. Entre os professores, apenas o docente 1 (2021), afirmou não conhecer as metodologias ativas, os outros sete professores não só conhecem como também empregam em suas aulas, porém evidencia-se que ainda há necessidade de conhecer estratégias de ensino que atraiam os adolescentes do ensino médio para maior rendimento e aprendizagem ativos pelos educandos. Em relação ao uso das histórias em quadrinhos como recurso educacional, 25% empregam em suas aulas como estratégias de transmissão de conhecimento, tanto no formato de histórias em quadrinhos quanto no formato de cartilhas quadrinizadas, obtendo êxito em suas aplicações com os discentes, porém não realizam a produção de histórias em quadrinhos como estratégias de consolidação de novos conhecimentos adquiridos, o

que pode ser empregado como uma estratégia inovadora para assimilação de conhecimento. Atendendo assim, o terceiro objetivo específico.

Em cumprimento ao objetivo geral, foi produzido o produto educacional em formato de sequência didática com o seguinte título: Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídica: o Tribunal do Júri. Inspirado em Zabala (1998) a sequência apresenta a seguinte estrutura:

1.º Momento: introdução ao tema Tribunal do Júri. Objetivo: realizar conexão de conhecimentos prévios com novos conhecimentos.

2.º Momento: constituição da primeira fase do Tribunal do Júri. Objetivo: compreender como é formado a primeira fase do Tribunal do Júri através do aprendizado ativo e participativo.

3.º Momento: explanação sobre a atividade de construção das histórias em quadrinhos com o tema Tribunal do Júri em sua segunda etapa. Objetivo: compreender os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos e descrever a atividade final.

4.º Momento: atividade extraclasse. Objetivo: conhecer como ocorre um julgamento real em uma sessão do Tribunal do Júri.

5.º Momento: fundamentação teórica da segunda fase do Tribunal do Júri. Objetivo: relacionar a prática com a teoria.

6.º Momento: produção das histórias em quadrinhos. Objetivo: consolidar os conhecimentos adquiridos através da produção das histórias em quadrinhos.

7.º Momento: exposição da história em quadrinhos em classe e avaliação. Objetivo: realizar a socialização da produção pelos alunos e a troca de experiências.

Na avaliação, conforme abordado por Zabala (1998), o docente poderá tanto se utilizar do recurso de exame quanto do desempenho de cada discente durante a execução da atividade, realizando uma mensuração integral de tudo que foi desenvolvido da sequência didática.

Para o último objetivo específico, trouxemos os resultados da avaliação do produto educacional, realizado pela banca avaliadora de docentes referente aos quatro eixos temáticos questionados em escala Likert.

Para o primeiro eixo: Quanto a estética e organização do produto educacional, em todos os seis pontos questionados pertinentes ao tema em questão, o resultado foi de aprovação, com percentuais variando em 100% e 62% para o somatório das

respostas “muito bom” e “excelente”, para o “mediano” variaram entre 38% e 12% e apenas 12% para “não muito bom”.

Referente ao eixo 2: Quanto as etapas do produto educacional; eixo 3: Propostas didáticas apresentadas no produto educacional; e eixo 4: criticidade apresentada no produto educacional. Todos foram aprovados com percentual de 100% para o somatório das respostas “muito bom” e “excelente” em todos os pontos questionados.

O produto apresenta uma abordagem inovadora para o ensino jurídico em que o aluno poderá ter uma formação omnilateral desenvolvendo várias habilidades simultaneamente na conexão entre a teoria e a prática, em que poderá auxiliar o docente nesta estratégia de ensino ativo em que o aluno é protagonista.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, J.M.F.; SILVA, A.B.D. Dando Asas à imaginação: o Uso de Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Ensino no Curso de Hotelaria. *In: Seminário da ANPTUR. Anais [...]* 2016. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/513.pdf>. Acessado em 02 de fev. de 2021.

CAMPOS, V.B.; MACHADO, C.N. Segurança do trabalho e hq: associação pedagógica para ensino da NR 31. **Anais I CONIMAS e III CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/63891>. Acessado em: 01 de fev. de 2021.

CAMARGO, F; DAROS, T. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo.** Porto Alegre: Penso, 2018.

COSTA, B.S.; ROCHA, L.S. **Educação jurídica e a formação de profissionais do futuro.** -1. ed.-Curitiba: Appris, 2018. Edição Kinder.

NEVES, P.D.M.; RUBIRA, D.G.; Histórias em quadrinhos na geografia escolar. Comics in school geography. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.3, p. 118-129 ISSN: 2236-4994 Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499426546>. Acessado em: 02 de fev. de 2021.

SANTOS, T.C.D.; PEREIRA, E.G.C. Oficinas de Histórias em Quadrinhos como recurso pedagógico no ensino de ciências. *In: IX Congresso Internacional sobre investigación em didáctica de las ciências*, celebrado em Girona, España del 9 al 12 de septiembre de 2013. página 3200-3204. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38988739.pdf>. Acessado em: 02 de fev. de 2021.

SILVA, A.B.D.; SANTOS, G.T.D.; BISPO, A.C.K.A. O uso de Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Ensino e Aprendizagem de Alunos de Administração (The Comics as an Active Teaching Strategy in Learning of Management Undergraduate Student's). *In*: V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade-V EnEPQ. **Conference** [...]. Volume 1. 15 de novembro de 2015.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/288496656_O_uso_de_Historias_em_Quadrinhos_como_Estrategia_de_Ensino_na_Aprendizagem_de_Alunos_de_Administracao_The_Comics_as_an_Active_Teaching_Strategy_in_Learning_of_Management_Undergraduate_Student's. Acessado em: 02 de fev. 2021.

SOUZA, P.H.d., **Metodologias ativas**: o que as escolas podem aprender. Belo Horizonte: conhecimento Editora, 2020. Versão Kindle.

TESTONI, L.A.; DE PAULA, S.M. Aprendendo física com histórias em quadrinhos.

Integração. 2013. Ano XIX, Nº 65. p.122-126. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5856122/mod_resource/content/1/art_fisica_quadrinhos_ii.pdf. Acessado em: 02 de fev. de 2021.

2 ARTIGO 1: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

2.1 RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma forma de ensino normatizado pela lei que rege a educação brasileira a LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cujo objetivo é preparar o aluno para a vida profissional e exercer uma atividade no mundo do trabalho, com um viver consciente em comunidade. As instituições governamentais que regulamentam o ensino profissionalizante e tecnológico no âmbito de governo federal são: Congresso Nacional, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação e as Organizações das Redes e Entidades educacionais. No âmbito estadual, municipal e Distrito Federal: Conselho e Secretaria de Educação e as Organizações das Redes e Entidades educacionais. Sendo ofertantes do ensino técnico e superior: a Rede Federal, Estadual e Privadas de Ensino Profissionalizante e Tecnológico; Serviços Nacionais de Aprendizagem, Instituições particulares de nível superior. Esta é uma pesquisa de natureza básica, quanto aos seus objetivos, trata-se de um estudo exploratório, no qual utilizaram-se como procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica e documental. O objetivo do trabalho propõe ao leitor rever os principais marcos históricos da Educação Profissional no Brasil, e o surgimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Trata-se de uma modalidade de ensino que oportuniza a profissionalização de vários brasileiros em todo território nacional, sendo que no Acre, cobrindo com a oferta de cursos técnicos, tecnológicos, licenciatura, bacharelados.

Palavras chave: Educação profissional; Marcos Históricos; Institutos Federais; IFAC.

2.2 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma forma de ensino e encontra-se normatizada pela lei que rege a educação brasileira, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cujo objetivo é preparar o aluno para a vida profissional e exercer uma atividade no mundo do trabalho, com um viver consciente em comunidade.

As formações de curta duração, que normalmente não há exigência de nível educacional para ser cursado pelo aluno, podem abranger as mais diversas necessidades do mundo do trabalho.

A formação técnica ao nível médio, é destinada aos estudantes que finalizaram ou ainda são cursistas do ensino médio, podendo ainda após a formação o aluno cursar o pós-técnico, uma especialização do curso técnico. Já a formação tecnológica, trata-se de nível superior através das graduações tecnológicas de curta duração, para os estudantes que finalizaram a educação básica, e as pós-graduações lato sensu e stricto sensu (Mestrados e Doutorados profissionais) destinados aos formados em ensino superior.

As instituições governamentais que regulamentam o ensino profissionalizante e tecnológico no âmbito de governo federal são: Congresso Nacional, Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação e as Organizações das Redes e Entidades educacionais. No âmbito estadual, municipal e Distrito Federal: Conselho e Secretaria de Educação e as Organizações das Redes e Entidades educacionais. Sendo ofertantes do ensino técnico e superior: a Rede Federal, Estadual e Privadas de Ensino Profissionalizante e Tecnológico; Serviços Nacionais de Aprendizagem, Instituições particulares de nível superior (BRASIL, c2018a, c2018b, c2018c, c2018d, c2018e).

Mas até chegar no patamar em que se encontra esta modalidade de ensino, houve um longo trajeto que se iniciou com o decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI em 1809, sendo construído com os marcos importantes da sociedade brasileira, e segundo o cenário econômico e político leis foram sendo criadas para estabelecer um novo formato e ampliação ao ensino profissional e tecnológico.

O objetivo do trabalho propõe ao leitor rever os principais marcos históricos da Educação Profissional no Brasil, e a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Trata-se de uma modalidade de ensino que oportuniza a profissionalização de vários brasileiros em todo território nacional, sendo que no Acre, cobrindo com a oferta de cursos técnicos, tecnológicos, licenciatura, bacharelados.

2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de natureza básica que de maneira imparcial produziu informações importantes para o desenvolvimento científico. Quanto aos seus objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória em que teve o intuito de promover conhecimentos dos principais marcos da Educação Profissional no Brasil e o surgimento do Instituto Federal do Acre. Dos procedimentos técnicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, o conteúdo foi estruturado a partir de sites oficiais, tais como: Câmara dos Deputados (legislação), Ministério da Educação (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica-SETEC; Conselho Nacional de Educação; Portal MEC), Presidência da República (Casa Civil — Subchefia para Assuntos Jurídicos — Lei), Senado Federal (Atividade Legislativa). Documentos base dos Institutos Federais de Educação e Tecnologia, obras como: História do Ensino Industrial no Brasil do autor Fonseca (1961); História Geral e do Brasil do autor Vicentino (2013); História Global 3 do autor Cotrim (2016). Plataformas eletrônicas: Interações; Scielo Brasil; Unicamp- Universidade Estadual de Campinas-Sistema de Bibliotecas. O caminho traçado para o acesso às informações, foram através de buscas no google acadêmico, conforme o tema a ser investigado, para consecutivo realizar a leitura e produção do conteúdo.

2.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Príncipe Regente, futuro D. João VI, realizou grandes marcos no Brasil, em 1808, liberou a abertura de portos para o mercado internacional, e o estabelecimento da indústria no país. Algo que não era permitido pela metrópole, pois viam o desenvolvimento da colônia como algo a ser impedido. E através do decreto de 23 de março de 1809, nasceu de maneira primária, através do Colégio das Fábricas a educação profissional no Brasil (FONSECA, 1961).

Por meio do decreto n.º 7.566, no dia 23 setembro de 1909 no governo do Presidente Nilo Peçanha, com o crescimento da povoação urbana e a necessidade de prover meios para que os trabalhadores pudessem de maneira mais facilitada obter recursos para sobrevivência, criaram-se as Escolas de Aprendizes Artífices com a

finalidade de transmissão de conhecimentos profissionais básicos e de graça. As escolas eram de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tendo por objetivo habilitar artesões ou operários especializados em qualquer arte mecânica e profissionalizar pessoas para liderar operários, ou outros trabalhadores em uma oficina, canteiro de obras, entre outros, devendo o ensino possuir os saberes específicos da profissão quanto o prático. Aos alunos cabiam apenas a formação em uma profissão, ainda passando por avaliação de vocação e disposição (BRASIL,1909).

No ano de 1942, ocorreram três acontecimentos importantes na educação profissional do Brasil. O primeiro foi através do decreto-lei n.º 4.073 de 30 janeiro, em que o presidente Getúlio Vargas, decretou a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Determinando a educação fabril como uma subdivisão do nível secundário, sendo proposto para qualificação da classe trabalhadora, sejam eles: das manufaturas, artesões, comunicadores, pesqueiros ou dos modais de condução. Tendo que corresponder os anseios dos labutadores, dos empregadores, e do Estado em relação aquele período. Estabeleceu-se alguns pilares importantes na formação profissional dos alunos, tais como: instruir-se tanto para a atuação trabalhista quanto para o desenvolvimento da pessoa humana, responder os anseios industriais e do país, com o objetivo de profissionalizar pessoas para atuação nas manufaturas, os funcionários que não possuíam formação, e aprimorar ou aprofundar os laboriosos já qualificados. Ressaltando a necessidade de constituição de docentes para o exercício na educação manufatureira (BRASIL,1942a).

A estrutura educacional foi dividido em duas fases: a primeira organizada em quatro categorias, o Ensino Industrial Básico, que oferecia cursos industriais com um período prolongado para formação plena em uma profissão, eram executados em quatro anos, o Ensino de Mestria, destinado às pessoas já qualificadas profissionalmente para se capacitarem em prol de atuarem no cargo de mestre, capacitava em dois anos, o Ensino Artesanal, concedia cursos artesanais de curta duração, e o Ensino de Aprendizagem, ofertava cursos de aprendizagem, em que o foco era transmitir conhecimentos de uma ocupação aos aprendizes no ambiente corporativo em horários simplificados e espaços de tempos mutáveis (BRASIL,1942a).

A segunda fase estruturou-se em: "técnicos" e "pedagógicos", o primeiro voltado as técnicas industriais segundo a sua especificidade, formava-se entre três a quatro anos, e o segundo tendo por finalidade a qualificação de pessoas para a docência e gestão administrativa na educação fabril, era cursado num período de um ano. Os concludentes da fase técnica poderiam ter a perspectiva de dar continuidade aos estudos ao nível superior se o curso desejado fosse correspondente ao cursado em sua formação técnica (BRASIL,1942a).

Ainda ocorreu a criação de cursos de qualificação, aperfeiçoamento ou especialização profissional e avulsos alcançando assim o maior número de trabalhadores (BRASIL,1942a).

O segundo acontecimento ocorreu no dia 25 de fevereiro, através do decreto-lei n.º 4.127, o qual determinou os fundamentos organizacionais da rede federal de escolas destinadas à educação industrial, constituindo-a em escolas: técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. Sendo as escolas técnicas e industriais de âmbito federal, pertencentes a pasta do Ministério da Educação.

Os Liceus foram dissolvidos, e foi estabelecido a Escola Técnica Nacional com matriz no Distrito Federal e filiais nos seguintes estados em suas respectivas capitais: Manaus, São Luiz, Recife, Salvador, Vitória, Niterói, São Paulo, Curitiba, Pelotas, Belo Horizonte e Goiânia, e as Escolas Industriais Federais com suas matrizes nas capitais dos estados: do Pará, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e no Estado do Rio De Janeiro (BRASIL,1942b).

O terceiro acontecimento foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria o SENAI, através do decreto-lei n.º 4.048, de 22 de janeiro, incumbindo a Confederação Nacional da Indústria o dever de estruturar e conduzir as escolas em prol de qualificação de trabalhadores para os empregadores, ficando na responsabilidade do SENAI o estabelecimento de unidades de ensino no território brasileiro, de modo a qualificar os colaboradores industriais, as instituições de ensino teriam que ofertar cursos de formação continuada, aprimoramento e especialização, sendo financiada pelos próprios empresários de acordo com o estabelecido no decreto-lei (BRASIL,1942c).

De acordo com Müller (2010), para a efetivação do SENAI perante os proprietários das empresas de porte micro e medianas, o presidente Getúlio Vargas

teve a corroboração do Presidente da Confederação Nacional da Indústria seu contemporâneo Roberto Simonsen, pois a instituição recém-criada foi recebida pela classe como mais um ônus as suas receitas, com os seus objetivos não tão claros, e que os únicos beneficiados seriam os grandes empresários, e assim, de maneira impositiva foram aceitando as novas propostas quanto a profissionalização dos trabalhadores e a criação de medidas estabelecidas para implantação nas fábricas, somente de maneira temporal e circunstancial é que o SENAI foi acolhido pela massa dos empresários.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek que iniciou em 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961, o presidente eleito tinha como lema governamental desenvolver o Brasil em cinco anos equivalendo a cinquenta anos. Ocorrendo grande impulso industrial através do surgimento de novas indústrias automotivas, estruturação de estradas de rodagem, edificações de usinas que convertem a energia hidráulica e produz energia elétrica, expansão da remoção de petróleo, além da criação e edificação de Brasília (COTRIM, 2016).

E, neste contexto, com a necessidade de um número maior de mão de obra qualificada é que foi sancionado o decreto n.º 47.038, de 16 de outubro de 1959, o qual tornava as escolas da rede federal em autarquias, através do artigo 56, determinava que elas passariam a ter a capacidade de adquirir direitos e contrair deveres na sociedade, independência no ensino, no gerir de modo técnico, e pecuniário. O decreto regimentou a educação na modalidade industrial brasileira, tendo o assentimento do Ministério de Estado da Educação e Cultura. Sendo o objetivo profissionalizar o aluno de grau médio. As formações foram divididas em ordinárias e extraordinárias.

A ordinária tinha duas fases: a primeira etapa compreendia a educação de aprendizagem industrial, que contemplava diversas ofertas de cursos, era designado para pessoas de 14 anos, com duração mínima de 1 ano e 8 meses. Existia também, a educação industrial básica, um curso de conhecimentos específicos, tinha aspectos de uma formação secundária da primeira fase, o público-alvo eram pessoas com 11 anos completos ou seriam completados no decorrer do ano escolar. A segunda fase ordinária, era ofertada a educação industrial técnica, possuía diversas formações, existiam turmas para o dia ou à noite, era determinado que os cursos da noite teriam um tempo diminuto de 60 meses para conclusão.

Na fase ordinária também havia a modalidade de ensino extraordinárias, que se dividiam em quatro categorias: a qualificação, que era uma formação de curta duração, visava qualificar pessoas para atividades operacionais. O aperfeiçoamento, era voltado aos labutadores profissionalizados que desejavam aumentar saberes. A especialização, que seria um pós-técnico, destinado a pessoas que desejavam obter conhecimentos específicos e mais aprofundados. Pessoas que tivessem o conhecimento laboral técnico, poderiam realizar a especialização deste que comprovassem o saber, e, por fim, a divulgação, que era um curso voltado a informar sobre as novidades contemporâneas de técnicas profissionais. Os estabelecimentos de ensino poderiam optar em ofertar todas as opções ou apenas a que julgasse necessária para sua realidade, os formados ao nível técnico tinham a possibilidade de concorrer as vagas universitárias em que o currículo escolar atendesse as exigências da Lei 1.821, de 12 de março de 1953 (BRASIL,1959).

Mediante a Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978, o presidente Ernesto Geisel, aprovou a mudança das Escolas Técnicas Federais do Paraná com matriz em Curitiba, de Minas Gerais com base central em Belo Horizonte e do Rio de Janeiro denominado Celso Suckow da Fonseca com polo sede no Rio de Janeiro, em Centros Federais de Educação Tecnológica subordinados ao Ministério da Educação e Cultura, como autarquias federais.

O objetivo da lei era expandir a um nível superior à capacidade formativa destes estabelecimentos de ensino, objetivando a geração de novos engenheiros industriais, docentes para atender às necessidades específicas dos cursos profissionais do ensino médio e tecnólogos, além do incentivo a realizações de pesquisas voltadas ao campo prático da indústria (BRASIL,1978).

De acordo com Pereira (2004), a transição de Escola Técnica para Centro Federal estava relacionada com o período de progresso fabril brasileiro, o qual necessitava de profissionais formados que tivessem o controle dos recursos tecnológicos inovadores daquele período, sendo também a razão da constituição de docentes especializados para atender a formação técnica e tecnológica.

No ano de 1991, originou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) através da Lei n.º 8.315, do dia 23 de dezembro, aprovada pelo presidente Fernando Collor de Mello, conforme os preceitos do artigo 62, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual determinava a criação do SENAR no formato da

legislatura referente ao SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio. A finalidade com a criação do SENAR era assistir os labutadores do campo, por meio de preparação especializada e a ascensão pública deste produtor (BRASIL,1988, 1991).

Em 14 de setembro de 1993 é criado o Serviço Social do Transporte (SEST) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) pela Lei n.º 8.706, através do presidente Itamar Franco, o SEST ficou designado a questões de incentivo coletivo da área de nutrição, higidez, manifestações intelectuais e artísticas, atividades agradáveis, e proteção no ofício dos labutadores que atuam no transporte rodoviário e transportador que trabalha por conta própria, e com o propósito de alcançar o mesmo público-alvo o SENAT com a educação profissional (BRASIL,1993).

No ano de 1994, o presidente Itamar Franco aprovou a Lei n.º 8.948, no dia 8 de dezembro, criando o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, composto pelas organizações de ensino relacionado a tecnologia, ligados ou submissos ao Ministério da Educação e Esporte e instituições de ensino da mesma natureza dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Teve por propósito uma maior comunicação sobre este sistema educacional em todas as esferas e âmbitos, o objetivo era o aprimoramento da educação em todos os sentidos relacionados a esta abordagem e ainda a junção com vários ramos do corpo social e do ramo produtor.

Na Lei n.º 8.948, em seu artigo 3.º, ocorreu a mudança das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), ressaltou no parágrafo 1.º que o estabelecimento dos Centros ocorreria de maneira progressiva, e no parágrafo 4.º, abriram-se possibilidades para as Escolas Agrotécnicas serem modificadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL,1994).

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi publicada oficialmente a segunda LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em forma de Lei n.º 9.394, no dia 20 de dezembro de 1996, permanecendo de maneira facultativa o ensino profissional no ensino médio, definindo que a instrução escolástica teria de ligar-se a todo contexto que envolve o trabalho e a vida em sociedade.

Destinado exclusivamente para a Educação Profissional, o capítulo III, em seu artigo 39, fez uma importante conexão do ensino profissionalizante com todos os modos do saber: profissional, científico e tecnológico, direcionando ao progresso de capacidades para um viver produtor. Isto elevou a educação profissional ao

patamar das outras modalidades de ensino. No seu parágrafo único, oportunizou o ensinamento profissionalizante a todos, independentemente do nível educacional.

Já no artigo 40, estabeleceu a vinculação entre o ensino profissional ao propedêutico ou por diversas estratégias educacionais de ensino continuado, nos estabelecimentos específicos ou nos espaços trabalhistas.

No artigo 41, o saber prático pela vivência no ambiente do trabalho, passou a ser valorizado, podendo ser avaliado para que possa ser certificado e com isto avançar ou finalizar a instrução. O parágrafo único do mesmo artigo, evidenciou que ao concluir a profissionalização no grau médio o aluno receberia diploma e não um certificado pela profissionalização, e que o mesmo teria legitimidade em toda nação, quando for submetido a registro oficial.

Por último, o artigo 42, estabeleceu que as escolas técnicas e profissionalizantes ofertassem cursos exclusivos em prol da população, sem a inscrição está necessariamente vinculado a formação escolar (BRASIL, 1996).

Vieira; Junior (2016) ressaltam a mudança de visão sobre o ensino profissionalizante na segunda LDB, o qual deixa de ter um cunho assistencial e passa a ser uma estratégia de integração das pessoas em sociedade.

No ano seguinte, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997, o qual estabeleceu regulamentações ao ensino profissionalizante, entre elas, dividiu-os em três categorias: básico, técnico e tecnólogo.

Assim, no básico, não havia ligação com o grau escolar do aluno, tinha por finalidade a capacitação profissional e atualizações trabalhistas. O técnico, destinado aos concludentes ou cursistas do ensino médio, com a finalidade de qualificá-lo a uma profissão; e o tecnólogo, destinado aos concludentes do ensino médio regular e profissional, eram cursos do ensino superior, voltados a tecnologia de curta duração (BRASIL, 1997a).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, governou o Brasil durante o período de 1.º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010. Assinou o decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que estabeleceu três categorias para ofertas de ensino profissional: a primeira de qualificação profissionalizante, incluía os cursos de formação inicial e continuada destinada aos labutadores; a segunda de ensino profissionalizante técnico de nível médio; e a terceira o ensino profissional tecnológico em graduação e pós-

graduação. O decreto também esclareceu sobre os itinerários formativos e expôs que os cursos da primeira categoria poderiam ser oferecidos segundo os itinerários formativos, os quais teriam o tempo mínimo de conclusão de 160h, conectando preferencialmente com a Educação de Jovens e Adultos para acessão escolástica, recebendo a qualificação profissional cursada na finalização do programa (BRASIL,2004b).

Rodrigues (2005), questiona o decreto assinado pelo presidente Lula, se ele não é uma normatização da dualidade educacional, sendo um retorno às legislações da década de 80, por conectar o ensino profissionalizante em diversas possibilidades ao ensino médio, nacionalizando a diferença entre os ensinos: um destinado à preparação para o próximo nível educacional universitário, e o outro uma preparação para o trabalho. O autor reconhece que a dualidade no sistema da educação antecede aos sistemas: capitalista e socialista, e que apenas um decreto não mudaria toda uma problemática com origem há mil anos.

Através da Lei n.º 11.184, de 7 de outubro 2005, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, passou a ser a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com o intuito de produzir ensino tecnológico, visando sua utilização para as atividades no mundo do trabalho (BRASIL,2005b).

Através do decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, ficou instituído o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, estruturado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, o catálogo possuía a nomenclatura dos cursos, o perfil do aluno, a duração diminuta, eixo-tecnológico, e os condicionantes recomendáveis para execução dos cursos (BRASIL, 2006a, 2006b).

Por meio da Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007, foi instituído as Escolas Técnicas Federais: do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Brasília e Canoas com matrizes respectivamente em: Rio Branco, Macapá, Campo Grande, Distrito Federal, e Rio Grande do Sul.

Foi alterado a nomenclatura da Escola Técnica Federal de Porto Velho – RO para Escola Técnica Federal de Rondônia, sendo a matriz em Porto Velho, ligada ao Ministério da Educação (BRASIL, 2007c).

Através da Portaria MEC n.º 1.065 de 13 de novembro de 2007, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas recebeu a responsabilidade de estabelecer a Escola Técnica Federal do Acre no prazo de um ano e cinco meses em

toda a sua infraestrutura e planejar concursos para compor o quadro institucional da nova escola (BRASIL, 2007d).

Por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a fundação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ligada ao Ministério da Educação, formada pelos: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), e os Centros Federais de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro, e o de Minas Gerais, e as Escolas Técnicas ligadas às Universidades Federais.

Nascendo juntamente, os Institutos Federais, através da mesma lei, sendo estabelecimentos de ensino: básico, superior e profissionalizante, com múltiplos currículos e vários campi, destinado exclusivamente em ofertar ensino profissionalizante e tecnológico nas diversas categorias, com fundamentos na junção dos domínios teóricos e práticos no campo educacional técnico e tecnológico, possibilitando a aproximação dos elos contínuos de progressão contínua no ensino: básico, profissionalizante e superior, tendo por preferência o ensino médio integrado, tanto para as pessoas que concluíram de maneira regular o primeiro grau, quanto para os concludentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA); realizar formações iniciais e continuadas dos labutadores, em todos os graus de ensino, no âmbito profissionalizante e tecnológico.

Assim como, efetuar investigações práticas, que poderiam trazer resultados para a população, além de desempenhar ações de extensões educacionais, ofertando cursos superiores de: tecnologia, licenciatura, bacharelado, engenharia e pós-graduação lato sensu, stricto sensu (Mestrado e Doutorado). Nesta ocasião, foi concebido entre vários Institutos, o Instituto Federal do Acre, por meio da modificação da Escola Técnica Federal do Acre, escola esta que fazia parte do primeiro projeto de ampliação das unidades profissionalizantes federais no país (BRASIL, 2008a; 2009b). No mesmo ano, é divulgado o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos em Nível Médio, proposto devido as diversas nomenclaturas que existiam para os cursos que eram ofertados em todo Brasil, causando assim dificuldades na prestação de esclarecimentos e instruções junto ao usufrutuário e a população, na concepção de novos projetos, políticas públicas e análise em prol do ensino profissional técnico.

O catálogo para sua constituição passou por diversas fases até a concretização do produto final. Nele foi possível encontrar os eixos tecnológicos, a duração diminuta para cada formação, uma síntese explicativa da formação, sugestões de assuntos a serem ministrados em aula, os possíveis campos que os formados poderiam exercer a profissão como técnicos, sendo instruída a sua criação e a inserção por meio da Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB n.º 11/2008, e autorizado pela Portaria do MEC n.º 870, de 16 de julho de 2008 (BRASIL,2008b).

Por meio da Lei n.º 11.741, do dia 16 de julho de 2008, são modificados os textos dos artigos 37,39,41 e 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das diretrizes e bases da educação nacional, relacionados a educação profissional e tecnológica.

O artigo 37, ganha um novo parágrafo, o 3.º, explicitando a predileção em associar a educação de jovens e adultos com o ensino profissionalizante. A educação tecnológica foi incluída nos novos artigos 39 a 42, ficando definindo tanto para o ensino profissional quanto ao tecnológico, o englobamento nas formações: inicial e continuada, profissionalizante técnico de nível médio e tecnológico de graduação e pós-graduação.

O estudante do ensino tecnológico passou a se beneficiar do aprendizado vivenciado no ambiente profissional para obtenção de certificado, com o intuito de continuar ou finalizar a formação, deste que passasse por um exame. Este benefício antes era privilégio apenas dos estudantes do ensino profissionalizante.

Referente ao ensino médio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ganhou a seção IV-A, destinada ao ensino profissionalizante técnico de nível médio. Estabelecendo que o ensino médio também poderia de maneira opcional realizar a formação técnica profissionalizante, tanto na própria unidade de formação quanto em entidades específicas neste segmento educacional. Teria a possibilidade de ser realizada tanto de forma estruturada com o ensino médio de maneira integrada ou concomitante, quanto no formato subsequente para o público que já tinha concluído a educação média, ao ser diplomado o documento valeria para continuidade no ensino superior. Foi renomeado ainda o Capítulo 3 do Título V da LDB, acrescentando-se ao tema o ensino tecnológico (BRASIL, 2008c).

No ano de 2010, foram inauguradas as primeiras turmas do Instituto Federal do Acre (IFAC) com cursos: técnicos subsequentes, PROEJA, e as graduações em licenciaturas e tecnologias, num total estimado de quatrocentos estudantes organizados em nove classes, os cursos ofertados foram resultados do levantamento elaborado pelo Instituto Dom Moacyr e audições populares (BRASIL, 2010, s/d.).

Em 2020, o Instituto Federal (IFAC) completou 10 anos de existência, com um quantitativo de sete mil alunos beneficiados com a educação ofertada pela instituição. Tais número contam com a colaboração de aproximadamente 760 funcionários federais, beneficiando o estado com diversos cursos em várias categorias e modalidades desde os técnicos integrados até pós graduação lato e stricto sensu, cooperando com desenvolvimento da população acriana (BRASIL, s/d.).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação profissional e tecnológica é uma modalidade educacional que faz parte da profissionalização de vários brasileiros, seja através de seus cursos de curta duração, técnicos ou tecnológicos. O surgimento do Instituto Federal do Acre, possibilitou ao longo dos dez anos, a vários acrianos que optaram em ser alunos da Instituição, se profissionalizarem em diversas áreas, desde cursos técnicos integrados até pós graduação lato e stricto sensu.

Mas o surgimento deste ensino, ocorreu de maneira primária pela primeira vez no Brasil, através do Colégio das Fábricas em 1808, e oficial, apenas em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices com a finalidade de transmissão de conhecimentos profissionais básicos e de graça. Marcos importantes ocorreram ao longo dos tempos, tais como: em 1942 é criado as Escolas Industriais e Técnicas; as Escolas Técnicas Federais são transformadas em autarquias no ano de 1959, e em Centro Federal de Educação Tecnológica a partir de 1978; no ano de 2008 foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), e no Estado do Acre é inaugurado o IFAC no ano de 2010.

Atendendo o objetivo deste artigo, em levar o leitor a rever os principais acontecimentos nesta modalidade educacional, que impacta diretamente a vida

daqueles que buscam na educação profissional um caminho para formação ao mundo do trabalho.

2.6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto N.º 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Ementa: Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial - 26 de setembro de 1909, Página 6975. Disponível em: <https://bit.ly/3G15ZZy>. Acesso em: 11 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto-Lei N.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Ementa :Lei Orgânica do ensino industrial. Diário Oficial da União – Seção 1 de 09 de fevereiro de 1942a, Página 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2ZInKYi> Acessado em 12 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto-Lei N.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Ementa :Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Diário Oficial da União – Seção 1 de 27 de fevereiro de 1942b, Página 2957. Disponível em: <https://bit.ly/3CdtPUO> Acessado em: 13 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto-Lei N.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Ementa :Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Diário Oficial da União – Seção 1 de 24 de janeiro de 1942c, Página 1231. Disponível em: <https://bit.ly/3pzU5W2> Acessado em: 14 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto N.º 47.038, de 16 de outubro de 1959**. Ementa: Aprova o Regulamento do Ensino Industrial. Diário Oficial da União – Seção 1 de 23 de outubro de 1959, Página 22593. Disponível em: <https://bit.ly/3GkJleA> Acessado em: 17 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei N.º 6.545, de 30 de junho de 1978**. Ementa: Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União-Seção 1- 12 de agosto de 1971, Página 6377. Disponível em: <https://bit.ly/3npUJ5x>. Acessado em: 15 de mar de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei N.º 8.315, de 23 de dezembro de 1991**. Ementa: Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União-Seção 1- 24 de dezembro de 1991, Página 30264. Disponível em: <https://bit.ly/3vIwZNR> Acessado em: 22 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Constituição ADCT de 1988**. Ementa: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União – Seção 1 de 05 de outubro de 1988, Página 27. Disponível em: <https://bit.ly/3madVov> Acessado em: 23 de dez de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 8.706, de 14 de setembro de 1993**. Ementa: dispõe sobre a criação do serviço social do transporte - SEST e do serviço nacional de aprendizagem do transporte - SENAT. Diário

Oficial da União 15 de setembro de 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3mbEXMh>. Acessado em 13 de julho de 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei N.º 8.948, de 08 de dezembro de 1994**. Ementa: Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, e dá outras providências. Diário Oficial da União- Seção 1- 09 de dezembro de 1994, Página 18882. Disponível em: <https://bit.ly/3b9ypaO>. Acessado em: 15 de mar de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Ementa: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União- Seção 1- 23 de dezembro de 1996, Página 27833. Disponível em: <https://bit.ly/3pAho1U>. Acessado em: 24 de dez 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto N.º 2.208, de 17 de abril de 1997**. Ementa: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União- Seção 1- de 18 de abril de 1997a, Página 7760. Disponível em: <https://bit.ly/3B9tWPF>. Acessado em: 25 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto N.º 5.154, de 23 de julho de 2004**. Ementa: Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União- Seção 1- de 26 de julho de 2004b, Página 18. Disponível em: <https://bit.ly/3GqCrFD> Acessado em: 28 de dez de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília (DF): MEC, 2009b. 8p. Portal MEC. Disponível em: <https://bit.ly/2ZfHDzq>. Acessado em: 10 de mar. de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 11.184, de 7 de outubro de 2005**. Ementa: Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2005b, p. 1 Disponível em: <https://bit.ly/3pyW8tp>. Acessado em: 29 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006**. Ementa: Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da União- Seção 1- 14 de julho de 2006a, Página 7. Disponível em: <https://bit.ly/3GirIXs>. Acessado em 30 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006**. Ementa: Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União- Seção 1- 10 de maio de 2006b, Página 6. Disponível em: <https://bit.ly/3EeOwQC>. Acessado em: 30 de dez de 2020.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Documento base. Dezembro, 2006b. Disponível em: <https://bit.ly/3ntE94T>. Acessado em: 30 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei n.º 11.534, de 25 de outubro de 2007**. Ementa: Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1- 26 de outubro de 2007c, Página 2. Disponível em: <https://bit.ly/3GtZVOL>. Acessado em: 02 de Jan de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 1065, de 13 de novembro de 2007**. Ementa: Atribui ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação da Escola Técnica Federal do Acre. Diário Oficial da União, 14 de novembro de 2007d. Disponível em: <https://bit.ly/3Bi3cgg>. Acessado em: 02 de jan. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Ementa: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, em :30 de dezembro de 2008a, P.1. Disponível em: <https://bit.ly/3b7IWnP>. Acessado em 16 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **CNCT-Catálogo Nacional de Cursos técnicos**. 1ª Edição. Resolução CNE/CEB nº11/2008. Portaria nº 870, de 16 julho de 2008b. Portal MEC. Disponível em: <https://bit.ly/3vlosur>. Acessado em: 31 de dez de 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação. **Lei n.º 11.741, de 16 de julho de 2008**. Ementa: Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Seção 1- 17 de julho de 2008c, Página5. Disponível em: <https://bit.ly/3jzavK9>. Acessado em: 01 de jan de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Profissional. **Instituto do Acre oferecerá 380 vagas no segundo semestre**. Segunda-feira, 21 de junho de 2010, 10h45min. Disponível em: <https://bit.ly/3pO1MrN> Acessado em: 02 de jan de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. IFAC Instituto Federal do Acre. **O IFAC**. s/d. Disponível em: <https://bit.ly/3CbEwHp>. Acessado em: 02 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Apresentação. Portal MEC, 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2ZlxX74> Acessado em: 08 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos da EPT**. Apresentação. Portal MEC, 2018b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cursos-da-ept> Acessado em 08 de jan de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou Qualificação Profissional**. Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional. Portal MEC, 2018c. Disponível em: <https://bit.ly/3vEGKMW>. Acessado em: 08 de jan de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Portal MEC, 2018d. Disponível em: <https://bit.ly/3b5fL3R>. Acessado em: 08 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos de Educação Profissional Tecnológico de Graduação e Pós-Graduação**. Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação. Portal MEC, 2018e. Disponível em: <https://bit.ly/3mdxrK9>. Acessado em: 08 de jan. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. **O Ensino Médio no Contexto da Educação Básica**. s/d. Disponível em: <https://bit.ly/3Gu2i47>. Acessado em: 04 de jan. de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Ementa: Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Diário Oficial da União em: 05/10/1988, pág. nº 1. Disponível em: <https://bit.ly/3Egp9Oi>. Acessado em 15 de nov. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Base. **Os Institutos Federais uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <https://bit.ly/2XI3DCL>. Acessado em 18 de mar. de 2020.

COTRIM, G. **História Global 3**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2016.

FONSECA, C.S.D. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1º volume, 1961.

MÜLLER, M.T. O Senai e a Educação Profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n40, p.189-211, dez 2010- ISSN:1676-2584. Disponível em: <https://bit.ly/3b5ISUv>. Acessado em: 14 de dez de 2020.

PEREIRA, L.A.C. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores de educação profissional e tecnológica**. Portal MEC, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3b4OVIY>. Acessado em: 22 de dez de 2020.

RODRIGUES, J. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trab. educ. saúde** vol.3 n.º.2 Rio de Janeiro Sept. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3pwKYVN>. Acessado em: 28 de dez de 2020.

VIEIRA, A.M.D.P.V; JUNIOR, A.D.S. A Educação Profissional no Brasil. **Interações** n.º 40, pp.152-169. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3nu21p7>. Acessado em: 24 de dez de 2020.

3 ARTIGO 2: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: CONSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO NO ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM

3.1 RESUMO

As histórias em quadrinhos é um veículo de comunicação que faz parte do universo popular de crianças, jovens e adultos. Com vários elementos que fazem parte da sua constituição, une arte a informação, simplificando a mensagem ao leitor. Com características próprias, ao longo do tempo, as histórias em quadrinhos foram tratadas apenas como um mero entretenimento para crianças. Mas felizmente, vários “movimentos” de uma nova geração, se ergueram, e hoje, as narrativas gráficas são aceitas em sala de aula, nos exames nacionais de ensino médio, nos parâmetros curriculares nacionais, nas indicações de autores em como utilizar as histórias em quadrinhos com os alunos como estratégia de ensino nos espaços de aprendizagem. Pesquisadores também se lançaram nesta empreitada, com a finalidade de verificar os benefícios do seu uso referente aos seus temas de estudo; e os resultados se apresentam de forma positiva no objetivo de aprendizagem. Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é apresentar os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos, seus principais marcos históricos e por fim, aplicação das mesmas no ensino formal em diferentes níveis e área do conhecimento. Como resultado observou-se em primeiro lugar a aceitação pelos alunos nas atividades realizadas, sem nenhum tipo de objeção ou preconceito, com total identificação com o instrumento para o aprendizado estabelecido. Em segundo lugar, notou-se com os resultados apresentados que, o uso do recurso educacional foi capaz de despertar o interesse de alunos mais tímidos em uma classe tradicional, promovendo a comunicação, interação, e o trabalho em equipe, aspectos essenciais para formação humana. Recurso educacional é rico em sua composição e de efetivo resultado no que tange ao protagonismo, interação, comunicação e atratividade entre os alunos no espaço de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Histórias em quadrinhos; Elementos constitutivos, Protagonismo dos alunos; Recurso educacional

3.2 INTRODUÇÃO

As histórias em quadrinhos é um veículo de comunicação que faz parte do universo popular de crianças, jovens e adultos. Com vários elementos que fazem parte da sua constituição, une arte a informação, simplificando a mensagem ao leitor. Com características próprias, seus principais elementos são: o balão de fala que possui o apêndice, que é o rabicho que se estende até a boca do personagem, dando-lhe autonomia de fala. O balão de fala e o apêndice podem possuir vários formatos com

a finalidade de expressar o tom que o personagem está falando. As onomatopeias, que são as representações dos sons, tais como: toc-toc (alguém batendo na porta), au-au (latido de cachorro), tic-tac (som do relógio). As linhas cinéticas que indicam movimento. O espaço vazio entre um quadrinho e outro denominado de sarjeta, responsável por fazer a união cognitiva entre eles. Os vários tipos de enquadramento, os quais de maneira estratégica posiciona o personagem e o cenário conforme a ênfase desejada para aquele momento da narrativa. E a legenda que é a voz do narrador se comunicando com o leitor.

Até chegar na estrutura que conhecemos nos dias atuais, as histórias em quadrinhos passaram por grandes transformações juntamente com a humanidade, pois seus ancestrais são encontrados nas pinturas em cavernas feitas no período paleolítico, feitas por homens pré-históricos. Conforme o homem e suas tecnologias evoluem a forma das histórias a serem contados através de imagens também vão evoluindo, na idade média, a paixão de Cristo é representada em quadros sequenciais através da pintura.

Em tempos contemporâneos, no de 1896, foi lançada a primeira história em quadrinhos no jornal norte-americano *NY World*, no título : *The Yellow Kid*, traduzido para o português: O Menino Amarelo, do criador Richard Feldon Outcalt. Em 1897, no Brasil, surge a primeira História em Quadrinhos, denominada: As aventuras de Zé Caipora de autoria de Ângelo Agostini. Tendo assim, vários momentos de ascensão e glória em torno das narrativas gráficas, infelizmente com os ataques sofridos em 1954 nos Estados Unidos contra esta arte, sendo acusada de influenciar adolescentes a atitudes criminosas, censuras foram impostas para que as publicações pudessem continuar. No Brasil, as narrativas também foram perseguidas, mas pelo clero católico da época.

Assim, ao longo do tempo, as histórias em quadrinhos foram tratadas apenas como um mero entretenimento para crianças que não se podia levar a sério. Mas felizmente, vários “movimentos” de uma nova geração, se ergueram, e hoje, as narrativas gráficas são aceitas em sala de aula, nos exames nacionais de ensino médio, nos parâmetros curriculares nacionais. Com indicações de autores em como utilizar as histórias em quadrinhos com os alunos como estratégia de ensino nos espaços de aprendizagem. Pesquisadores também se lançaram nesta empreitada,

com a finalidade de verificar os benefícios do seu uso referente aos seus temas de estudo; e os resultados sempre positivos naquilo que ansiavam.

Este trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é apresentar ao leitor os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos, seus principais marcos históricos e por fim, aplicação das mesmas no ensino formal em diferentes níveis e área do conhecimento.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para composição desse estudo realizou-se levantamento e consulta a bibliografia referente ao tema histórias em quadrinhos, sua constituição, histórico e aplicação como estratégia de ensino e aprendizagem na educação formal. Complementarmente, fez-se uma busca na plataforma *Google Acadêmico* com fins de identificar literatura concernente a experiências de uso de HQs em diferentes áreas do conhecimento e analisar seus resultados.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.5 AS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS E SUA CONSTITUIÇÃO

Conforme Einsner (1989, 2005) os quadrinhos é a estruturação da representação artística e dos diálogos através de balões, as histórias contadas através dos quadrinhos podem ser denominadas como narrativas gráficas, pois se utilizam das figuras para narrar um pensamento. As histórias em formato de quadrinhos podem ser conceituadas como arte sequencial, por constituir uma sequência de fatos ordenados através de gravuras. Sendo assim, uma maneira única de interpretação de um conteúdo por quem o lê, por exigir do leitor uma compreensão tanto da cena no quadro quanto do texto, levando-o a um entendimento da criação artística quanto da mensagem. Para isto é necessário a utilização de figuras contínuas e representações familiares ao público, transformando-se em uma língua própria,

utilizada para expressar conceitos semelhantes, agilizando o deciframento da mensagem por parte do leitor por unir os elementos visuais gráficos e o texto.

Figura 1. Exemplo de uma história em quadrinhos



Fonte: <http://minha-heranca.blogspot.com/2014/03/tirinhas-do-smilinguido-para-colorir.html>

De acordo com o autor existem também os quadrinhos, que apenas se utilizam das sequências das figuras e das expressões artísticas para transmitir a mensagem ao leitor, sendo este tipo de literatura mais rudimentar. E dispõe de um aprimoramento maior para que a informação seja entendida com clareza pelo receptor.

Figura 2. Exemplo de uma narrativa sem balão de fala.



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/discovirtual/galerias/imagem/0000000134/0000025262.jpg>

O conceito de história é a ação de relatar uma sequência de acontecimentos intencionalmente de maneira organizada, podendo a informação ser controlada pelo descritor. Qualquer história se divide em começo e final através dos acontecimentos que fazem a ligação entre os dois extremos, podendo ser organizada em prêmio, enigma, tratando o enigma, resolução e o final. Seus fundamentos basilares são os mesmos para um relato verbal ou não-verbal. O formato em que a mensagem será transmitida é o meio utilizado para difundir o conhecimento existente sobre o assunto,

de um modo descomplicado e compreensível, este conhecimento pode ser: científico, metafísico, inexplorado, cômico ou terror, entre outros (EINSNER, 1989, 2005).

Segundo Einsner (1989, 2005) o relato de uma história pode ser realizado através do ato de transcrever ou falar, cabendo ao leitor imaginar cada cena e realizar seu conceito das características dos personagens reais ou fictícios, ou através de: figuras, gravuras ou ícones, podendo ainda realizar a junção textual com as cenas, formando os quadrinhos. As figuras são usadas como um meio de comunicação, abreviando o tempo de compreensão pelo leitor, para isto é necessário que ela seja de maneira clara discernida por quem está lendo, levando em consideração o público alvo a ser alcançado com a narrativa.

Nas histórias em quadrinhos, o leitor envolve-se na acepção do enredo através dos diálogos, por serem estáticas e não realizarem emissões de sons, a conversa que ocorre dentro da narrativa entre os personagens torna-se crucial. Os diálogos podem ocorrer de maneira textual, ou apenas visual, cabendo ao leitor usar a imaginação para criar as falas. Sendo que a junção da conversão com as figuras torna-se fundamentais nas histórias em quadrinhos. O grande diferencial dos quadrinhos é a participação que ocorre por quem está realizando a leitura, pois usa a imaginação para recriar sons e a movimentação das figuras (EINSNER, 1989, 2005).

O conceito de história é a ação de relatar uma sequência de acontecimentos intencionalmente de maneira organizada, podendo a informação ser controlada pelo descritor. Qualquer história se divide em começo e final através dos acontecimentos que fazem a ligação entre os dois extremos, podendo ser organizada em próêmio, enigma, tratando o enigma, resolução e o final. Seus fundamentos basilares são os mesmos para um relato verbal ou não-verbal. O formato em que a mensagem será transmitida é o meio utilizado para difundir o conhecimento existente sobre o assunto, de um modo descomplicado e compreensível, este conhecimento pode ser: científico, metafísico, inexplorado, cômico ou terror, entre outros (EINSNER, 1989, 2005).

Segundo Einsner (1989, 2005) o relato de uma história pode ser realizado através do ato de transcrever ou falar, cabendo ao leitor imaginar cada cena e realizar seu conceito das características dos personagens reais ou fictícios, ou através de: figuras, gravuras ou ícones, podendo ainda realizar a junção textual com as cenas, formando os quadrinhos. As figuras são usadas como um meio de comunicação, abreviando o tempo de compreensão pelo leitor, para isto é necessário que ela seja

de maneira clara discernida por quem está lendo, levando em consideração o público alvo a ser alcançado com a narrativa.

Nas histórias em quadrinhos, o leitor envolve-se na acepção do enredo através dos diálogos, por serem estáticas e não realizarem emissões de sons, a conversa que ocorre dentro da narrativa entre os personagens torna-se crucial. Os diálogos podem ocorrer de maneira textual, ou apenas visual, cabendo ao leitor usar a imaginação para criar as falas. Sendo que a junção da conversão com as figuras torna-se fundamentais nas histórias em quadrinhos. O grande diferencial dos quadrinhos é a participação que ocorre por quem está realizando a leitura, pois usa a imaginação para recriar sons e a movimentação das figuras (EINSNER, 1989, 2005).

Figura 3- Representação do som ao bater na porta.

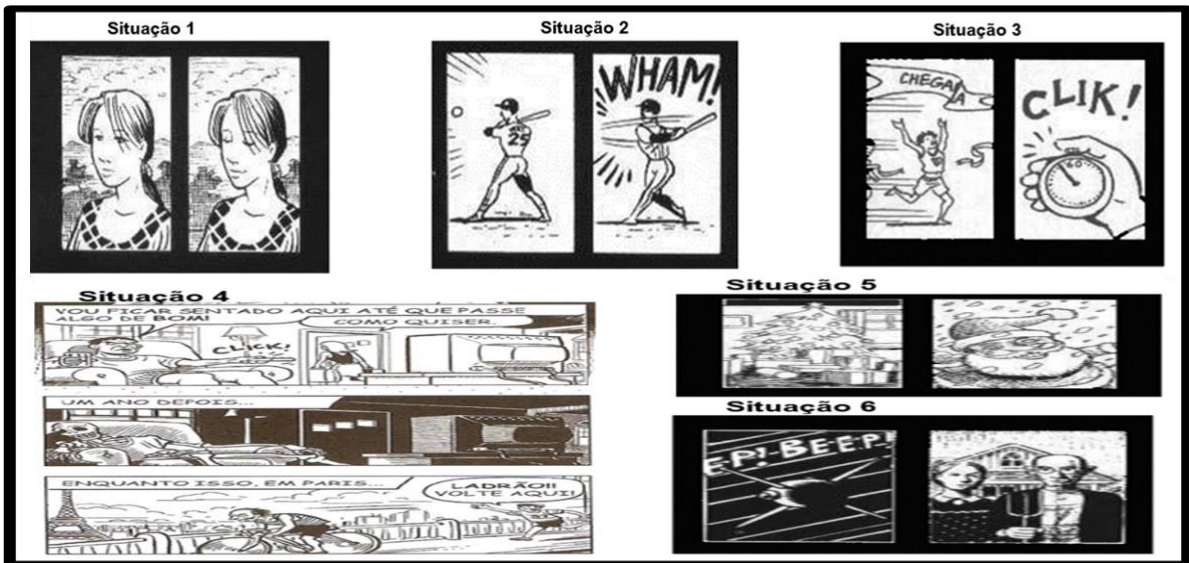


Fonte: <https://nanquim.com.br/onomatopeia/>

De acordo com McCloud (1995), o ser humano compreende o planeta em sua forma integral por meio do conhecimento adquirido através do seu sistema sensorial, sendo capaz de chegar a um entendimento definitivo completo somente analisando frações de uma totalidade; e é isto que ocorre nos quadrinhos, o público conclui a história através da ligação intelectual entre os quadros que estão divididos em partes narrando um enredo, instigando a sua capacidade imaginativa.

O autor ainda informa que a mensagem pode passar de um quadro para o outro, através de seis diferentes maneiras, são elas: 1. Um instante para outro instante, por exemplo: o abrir e fechar de olhos; 2. Uma sequência de movimentos: a pessoa chutando uma bola, bebendo água, batendo em alguém; 3. Cada quadro mostra um fragmento do assunto e o público terá que fazer mentalmente a junção entre eles; 4. Sequências de episódios diferentes, mas que se relacionam pelo contexto; 5. Quadros que relatam diferentes pontos de vista de um mesmo cenário; 6. E o último uma série de quadros sequenciais que não possuem nenhum tipo de relação entre si aparentemente.

Figura 4. Seis diferentes maneiras que a mensagem pode passar de quadro para outro.



Fonte: MCLLOUD (1995, p.70, 71, 72)

Segundo McCloud (1995), ao ler os quadros em ordem a pessoa de maneira mental chega a uma definição conclusiva e os visualiza como uma só composição. Este processo ocorre devido às margens da sarjeta (a distância entre os quadrinhos sem nada em sua extensão), pois através dela ocorre a captação das cenas diferentes dos quadrinhos formando uma só representação mental.

Figura 5. Exemplo de Sarjeta



Fonte: http://www.vovochoopao.com.br/tirinhas_alemao/tirinhas68/

O autor ainda destaca que, algo interessante nas histórias em quadrinhos é que podemos visualizar o momento atual no ato da leitura da cena, o pretérito em tudo que já foi lido anteriormente a cena atual, e o que ainda irá acontecer, que serão as

próximas cenas, possibilitando a quem ler está em contato com os três tempos simultaneamente.

De acordo com McCloud (1995), a harmonização entre o texto e as figuras podem ocorrer de diferentes modos, porém será citado apenas sete:

- 1) O foco é o texto e as figuras pouco contribuem com a informação textual;

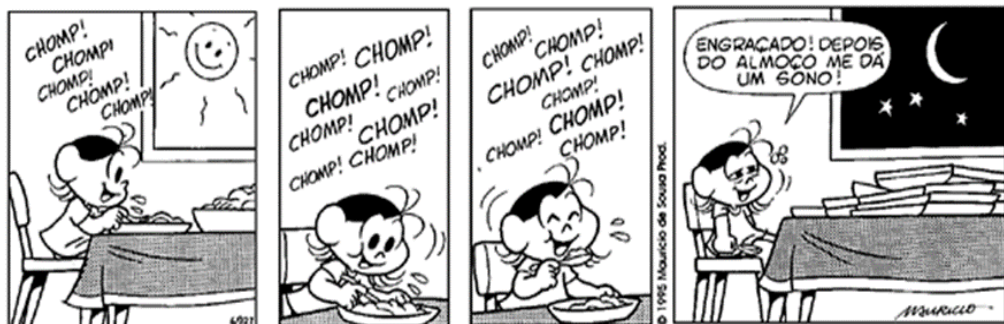
Figura 6. Exemplo do primeiro modo



Fonte: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/>

- 2) O ponto central são as figuras e o texto é mínimo, com onomatopeias, pequenas frases;

Figura 7. Exemplo do segundo modo



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

Fonte: <https://midiatividades.wordpress.com/2014/09/08/onomatopeiasatividade-6º ano/>

- 3) Tanto o texto quanto as palavras são centrais simultaneamente com o objetivo de transmitir a mesma informação;

Figura 8. Exemplo do terceiro modo



Fonte: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=77>

- 4) O texto adiciona informações sobre a figura amplificando-as ou criando algo referente a ela;

Figura 9. Exemplo do quarto modo



Fonte: <https://ciclovivo.com.br/fique-ligado/e-books/gibis-especiais-trazemeducao-ambiental-em-quadrinhos/>

- 5) O texto e as figuras não se complementam, possuem mensagens diferentes;

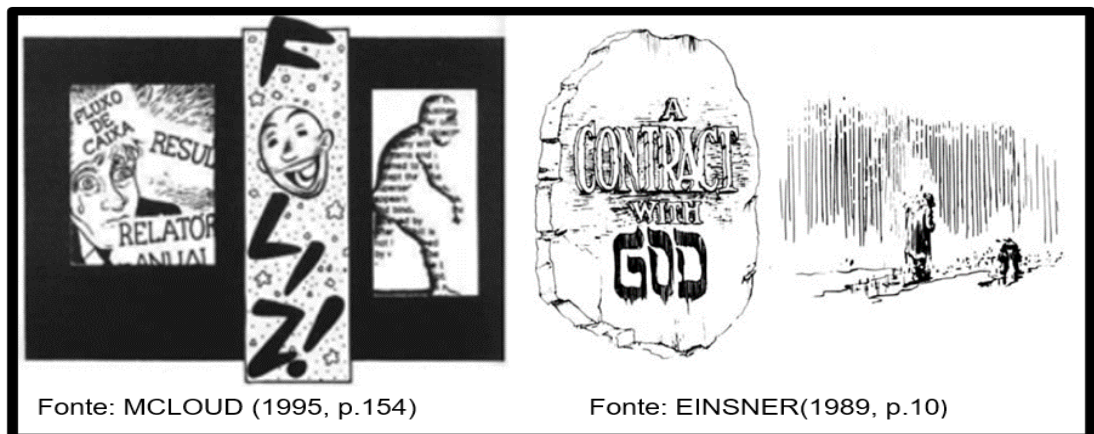
Figura 10. Exemplo do quinto modo



Fonte: MCLLOUD (1995, p.154).

- 6) O texto compõe a própria figura formando um só.

Figura 11. Exemplo do sexto modo



Fonte: MCLLOUD (1995, p.154)

Fonte: EINSNER(1989, p.10)

- 7) A figura e o texto são dependentes um do outro para transmitir a mensagem, algo que cada uma sozinha não conseguiria fazer.

Figura 12. Exemplo do sétimo modo



Fonte: <http://www.recicloteca.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Marcelinho-Sustent--vel-21-768x260.jpg>

As figuras dentro dos quadrinhos podem tanto ser realísticas, reproduzindo a realidade com maior precisão, ou cartunizada: os desenhos satíricos, caricato ou humorístico, ou em forma televisiva como nos desenhos animados. A opção por personagens cartunizados ocorre devido ao processo de reconhecimento por parte do leitor, que se visualiza por meio deles, algo que não ocorre quando é realístico (MCLOUD, 1995).

Figura 13. Tipos de figuras dentro dos quadrinhos



A distinção entre desenhos animados e as histórias em quadrinhos é que a primeira a projeção de todo o enredo passa numa única tela ocupando assim um só lugar (espaço) sendo contabilizado a duração, na segunda ocupam lugares diferentes,

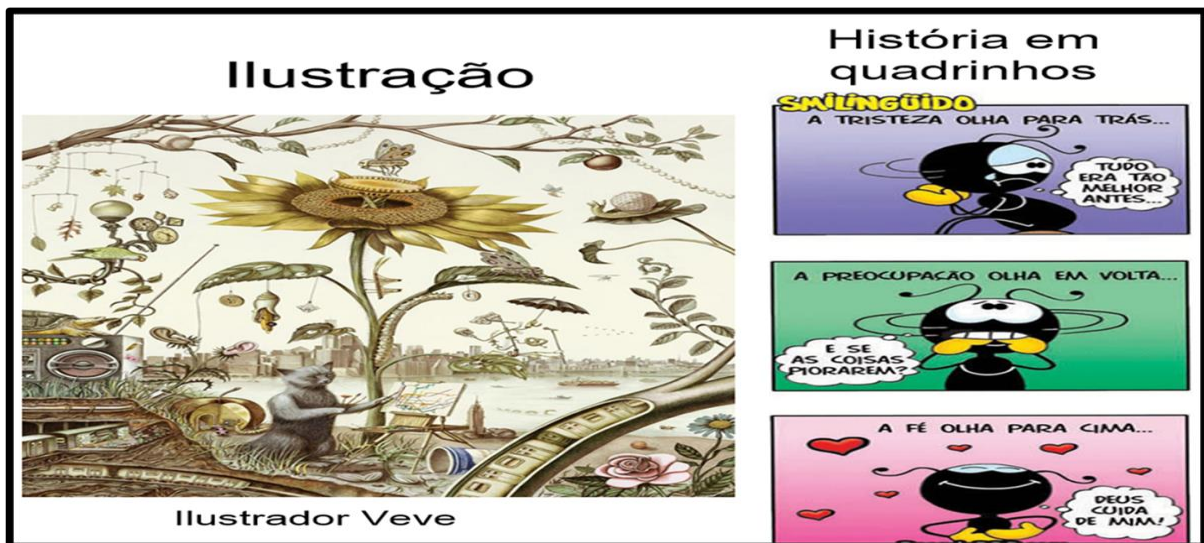
sendo contabilizado a extensão do espaço, por estarem estruturadas lado a lado (MCCLOUD,1995).

Figura14. Diferença entre desenho animado e histórias em quadrinhos



Segundo Barbieri (2017), ilustração e quadrinhos são duas coisas distintas, quando se ilustra o objetivo das figuras é de esclarecimento, elucidação, o leitor demora um tempo maior para compreender todos os aspectos da figura e sua mensagem, devido sua característica em ser apenas uma, já nos quadrinhos a função é de historiar um evento ou ocorrido verídico ou irreal, cada quadro é lido com rapidez, pois ainda há outros a frente que darão sequência na história.

Figura 15. Diferença entre ilustração e histórias em quadrinhos



A autora ainda explica que o tempo nos quadrinhos é contabilizado de acordo com a permanência do leitor em cada figura realizando a leitura, o mesmo ocorre com os textos neles contidos, quando a leitura é visual o tempo é reduzido, na forma transcrita se torna mais demorado. Quanto maior for a quantidade de conversação verbal empregado entre os personagens a duração do que se lê será mais extensa, influenciando no tempo total do enredo.

Figura 16. Representação do tempo



Fonte: EINSNER (2005, p. 63)

As onomatopeias (palavras responsáveis por reproduzir o som) são importantes na narração da história em quadrinhos, assim como na vida real, em que os sons de barulho, estampido, zoada, pancada, telefone tocando, fazem parte do viver do ser humano, esta representação durante o enredo ganha destaque e possuem um momento importante dentro do quadrinho, tanto no posicionamento quanto no tamanho (BARBIERI, 2017).

Figura 17. Onomatopeia



Fonte: <https://nanquim.com.br/onomatopeia/>

De acordo com Cagnin (1975), o balão é algo nativo das histórias em quadrinhos, tão intrínseco que os italianos denominam as narrativas gráficas desta modalidade como *i fumetti* (balão em italiano). São utilizados para a comunicação entre os personagens, normalmente numa estrutura circular com um prolongamento denominado apêndice em direção a boca do personagem, sua estrutura acaba integrando-se a composição das figuras, ao mesmo tempo que é um elemento textual. Possuem diferentes formatos para várias situações, expressando o personagem. Citaremos cinco tipos de balões:

- O balão-berro, as bordas são externas, lembrando um estampido; indica um brado.

Figura 18. Balão-berro



Fonte: <https://bit.ly/3BR0z5d>

- O balão-fala, tem formato de linhas curvas de maneira constante, o mais popular com o prolongamento apontando para a boca de quem está falando, utilizado para diálogos;

Figura 19. Balão-fala



Fonte: <https://br.ign.com/turma-da-monica/89179/news/turma-da-monica-tirinha-juliette-bbb-21>

- o balão-pensamento, seu formato é ondedado com um prolongamento em formato de vários círculos, lembrando uma nuvem, serve para expressar o pensamento do personagem;

Figura 20. Balão-pensamento



Fonte: <https://wordsofleisure.com/2013/01/16/tirinha-do-dia-garfield-e-os-gatos/garfield-gatos/>

- o balão-cochicho, seu formato é semelhante ao balão-fala, porém em vez das linhas serem contínuas são ponteadas para expressar o sussurro da voz;

Figura 21. Balão- cochicho



Fonte: <https://educacao.saobernardo.sp.gov.br/index.php/aula-online/2-ano/2308-leitura-de-historia-em-quadrinhos.html>

- e o balão-mudo, pode aparecer em vários formatos, sendo preenchido com apenas um caractere do alfabeto ou sinal de pontuação, expressando o interior do personagem naquele momento.

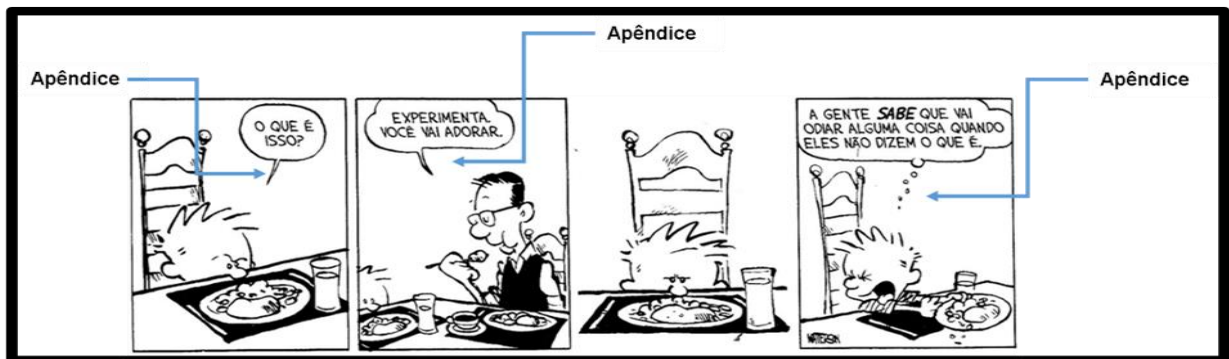
Figura 22. Balão-mudo



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/826860-conheca-a-historia-de-luluzinha-personagem-comemora-75-anos.shtml>

O apêndice tem importância ou serventia diferente do balão, pois ele é responsável pelos personagens poderem conversar de maneira independente, sem necessitar do locutor da história.

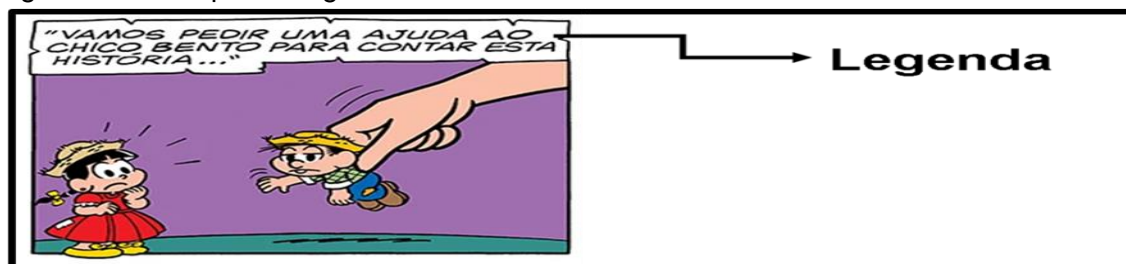
Figura 23. Exemplo de apêndice



Fonte: <https://sites.google.com/site/oarmariodecalvin/tirinhas-calvin-e-haroldo>

A função da legenda é exclusivamente narrativa, momento em que aquele que conta a história fornece alguma informação de maneira impessoal, fazendo o elo entre o quadrinho antecedente e o seguinte, a leitura dos quadrinhos se faz da esquerda para a direita, de cima para baixo (CAGNIN, 1975).

Figura 24. Exemplo de legenda



Fonte: https://monica.fandom.com/ptbr/wiki/Narrador?file=O_Narrador_segura_o_Chico_Bento.png

De acordo com Ramos (2020), o letramento no modo convencional, transcrito de forma reta, na tonalidade negra, sem nenhum tipo de realce, é o mais usual no universo dos quadrinhos, quando ocorre variação no modo da escrita ela passa a dar outra significação, assim como nos tipos de balões. Quando o tamanho caligráfico é reduzido passa a mensagem de cicio, ao enfatizar uma palavra no texto negritando-a poderá destacar aquilo que se sente, é possível utilizar do recurso de alteração da

forma caligráfica para realçar as particularidades de uma pessoa ou o país em que ela nasceu e até mesmo revelar à sua maneira de escrever.

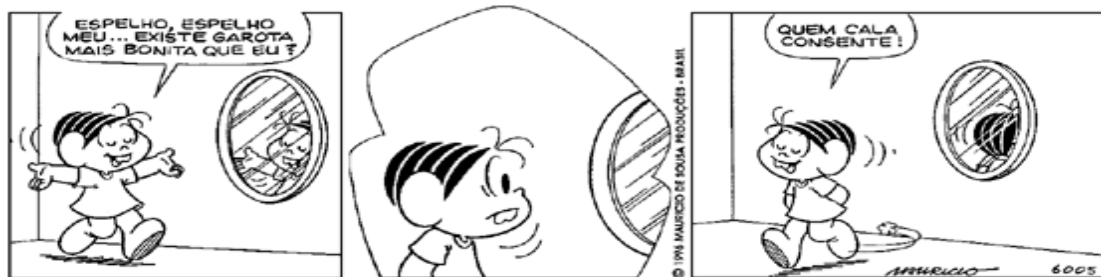
Figura 25. Exemplo de letramento



Fonte: <https://novaescola.org.br/conteudo/3621/calvin-e-seus-amigos>

Quadrinhos na estrutura retangular é a mais usual ou quadrilátera, porém os estilos são diversificados, dependendo da narrativa, poderá ter uma composição que contribua para a efetivação da mensagem. O perímetro dos quadros tem a missão de limitar a extensão do espaço da história contada e sinalizar o instante vivenciado naquele fragmento narrativo (RAMOS,2020).

Figura 26. Quadrinho em estilo diversificado



Copyright ©1999 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

6005

Fonte: <https://www.espacoeducar.net/2012/07/muitas-tirinhas-da-turma-da-monica-para.html>

Segundo MultiRio (2011) e Ramos (2020), o enquadramento é um recurso essencial para representar a ocupação dos personagens ou do cenário dentro do quadrinho, sua gênese foi cinematográfica e adaptada para o universo quadrinista, existe vários planos utilizados para narrar a história, citaremos alguns:

- o plano geral ou panorâmico que possibilita a visualização de todo ambiente e das pessoas ali retratadas;

Figura 27. Plano geral ou panorâmico



Fonte: MULTIRIO (2011, p.42)

- plano de conjunto ou total: a atenção e destaque são para as pessoas retratadas, o ambiente é simplificado;

Figura 28. Plano de conjunto ou total



Fonte: MULTIRIO (2011, p.42)

- plano americano: o personagem é exibido a partir do crânio até a rótula;

Figura 29. Plano americano



Fonte: MULTIRIO (2011, p.42)

- plano médio ou aproximado: o destaque vai até o meio do corpo, evidenciando os sinais de emocionalidade do rosto das pessoas e utilizado para cenas de conversações;

Figura 30. Plano médio ou aproximado



Fonte: MULTIRIO (2011, p.43)

- e por último o plano de detalhe, pormenor ou close-up: centraliza-se nas minuciosidades da face ou de coisas.

Figura 31. Plano de detalhe, pormenor ou close-up



Fonte: MULTIRIO (2011, p.43)

As histórias em quadrinhos são constituídas por cada elemento supracitado, ao ler uma narrativa visualizamos a harmonia na junção de todos formando um só. Mas nem sempre foi assim, historicamente a arte sequencial foi-se desenvolvendo juntamente com a evolução humana tornando-se no que é hoje.

De acordo com Saldenberg (c1980), os homens primitivos já retratavam seu viver ou acontecimentos através de desenhos feitos nas grutas, com a evolução surgiu a escrita pictórica usada no antigo Egito; na idade média, no continente europeu, a narração sequencial pode ser vista por meio da pintura narrando a Paixão de Cristo, em cada quadro é mostrado uma cena de Cristo no seu sofrimento até o gólgota e o

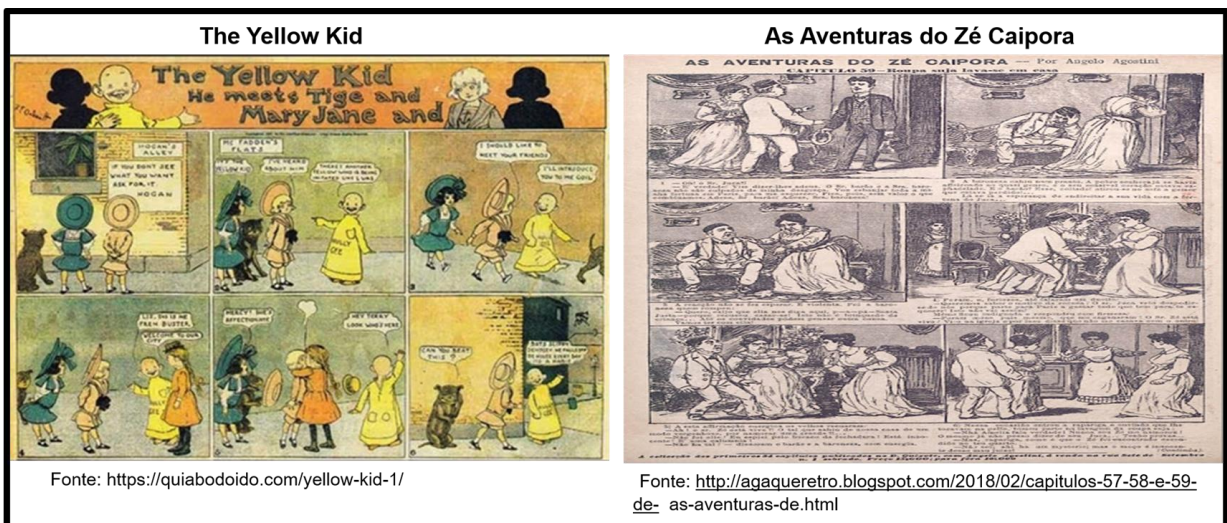
retorno a vida após três dias da sua morte, até hoje é possível visualizar este tipo de pintura religiosa em sequência nos templos católicos.

Figura 32. Desenhos feitos nas grutas; escrita pictórica; estações da Via Sacra.



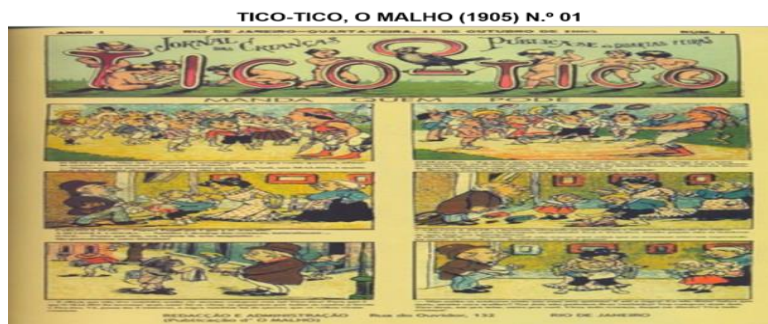
Saidenberg (c1980) ainda ressalta que, em 1817, no país Inglês, surgiu a primeira aparição da imagem com texto, mas somente no ano de 1896, é que nasce a primogênita das Histórias em Quadrinhos, intitulada como: *The Yellow Kid*, na língua portuguesa: O Menino Amarelo, do criador *Richard Feldon Outcault*, foi lançado no jornal norte-americano *NY World*, no dia 16 de fevereiro. No ano seguinte, é lançado no Brasil, a primeira História em Quadrinhos, denominada: As aventuras de Zé Caipora de autoria de Ângelo Agostini, impressa no magazine: O Malho, com enredo voltado as crenças populares.

Figura 33. The Yellow Kid; as aventuras do Zé Caipora



No dia 11 de outubro de 1905, é publicado o primeiro magazine específico em arte sequencial, com o título: O Tico Tico, eram três autores: Vasco Lima, Cícero Valadares, e Alfredo Storni, criando narrativas separadas. Na Folha da Manhã, no ano de 1928, foi impresso a História em quadrinhos com o título: Juca Pato, pelo autor Benedito Barros, vulgo Belmonte, sendo que, até o ano de 1933, o público-alvo eram as crianças (SAIDENBERG, c1980).

Figura 34. O Tico- Tico



Fonte: <https://bit.ly/3o6qOzz>

Segundo Postema (2018), o período dourado de grande sucesso das histórias em quadrinhos foi entre 1934 até 1953, quando em 1954 esta modalidade sofreu fortes julgamentos arbitrários por parte do médico *Fredric Werthan*, em sua obra intitulada: *Sedução dos inocentes*, o especialista em psiquiatria, defendeu a associação das narrativas gráficas a alteração comportamental de jovens ligados a criminalidade, com isto, foram estabelecidos preceitos a serem seguidos pelos autores das histórias em quadrinhos para que suas obras continuassem a serem publicadas, foi uma espécie de regulamento normatizado pelos mais importantes redatores.

O movimento norte americano contracultura denominado “subterrâneo” no período dos anos 60 e 70 atingiram o mercado dos quadrinhos, e autores passaram a produzir materiais que contradiziam a censura pré-estabelecida pelas grandes corporações, passando a abordar questões com problemática para o universo da maioria civil (POSTEMA ,2018).

No Brasil, segundo Sousa (2017), também ocorreu um movimento contrário as histórias em quadrinhos, o cartunista brasileiro Maurício de Sousa, relata em sua biografia, que, aos cinco anos teve o primeiro contato com este tipo de arte, através da revista *O Guri*, impresso por *Diários Associados*, no ano de 1940, foi também o ano em que a revista havia sido inserida no mercado brasileiro. Fascinado pelas

imagens, seu pai realizava aquisição das histórias em quadrinhos mais de uma vez por semana, e aos seis anos, foi alfabetizado pela sua genitora através dos quadrinhos.

Sousa (2017) ainda relata que, na faixa etária entre 10 ou 12 anos, vivenciou a perseguição contra os quadrinhos iniciada pela clero católico da Itália que não viam com bons olhos as narrativas americanizadas, por sua mensagem não carregar os dogmas religiosos; na escola foi obrigado a entregar exemplares de revistas em quadrinhos juntamente com outros colegas ao docente de exatas, e posteriormente os viu sendo queimados em uma grande fogueira realizada pelo educador da classe à vista da comunidade local na cidade em que residia.

Já na fase adulta em 1959, o escritor brasileiro lançou sua primeira tira no jornal, e em 1963, dar vida ao seu famoso personagem, a Mônica, inspirado pela sua filha ainda bebê.

Em maio de 1970, sua revista Mônica foi lançada no mercado nacional através da editora Abril, com duzentas mil revistas distribuídas uma vez ao mês inicialmente, isto foi um grande marco na história dos quadrinhos brasileiros, pelo fato do produto ser integralmente brasileiro em um momento em que a valorização era por personagens norte-americanos. Maurício de Sousa atribui a sua criatividade para criar histórias e personagens, além da habilidade do desenho, ao hábito da leitura de quadrinhos que iniciou na infância e continua até os dias atuais (SOUSA, 2017).

3.6 As histórias em quadrinhos e a aplicação em sala de aula como estratégia de ensino e aprendizagem¹

Segundo Libâneo (1994), é necessária uma prática que leve os alunos a serem incentivados a se apropriarem das novas informações, de maneira racional e eficiente, através do seu próprio entendimento, usando a capacidade imaginativa, em diversos contextos, sendo escolar ou na vida cotidiana.

Um estratagema que pode ser aplicada pelo docente na formação dos educandos, e que posiciona o aluno como protagonista no espaço de ensino e

¹ Texto parcialmente publicado nos Anais do I Simpósio Nacional de Metodologias Ativas na Educação Profissional. Anais...Rio Branco (AC) IFAC, 2021. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/1simaept2021/332591-AS-HISTORIAS-EM-QUADRINHOS-COMO-ESTRATEGIA-DE-ENSINO-E-APRENDIZAGEM-NA-SALA-DE-AULA>>

aprendizagem é o *Storytelling* (narração de histórias), Camargo e Daros (2018) explicam que narrar uma história, um fato ou acontecimento faz parte da essência do homem, independente do estágio da vida em que se encontra, na infância ou melhor idade. O professor poderá utilizar este recurso solicitando aos os alunos em grupos, relatem uma história criada ou real, com personagens, contextualização, problema gerador e solução, de acordo com a temática pré-estabelecida, a fim de gerar um aprendizado significativo no aluno. Este método possibilita o uso da criatividade, da cooperação, e da habilidade de análise.

A utilização tecnológica como apoio educacional ativo também é um recurso atual e cada vez mais presente na sala de aula, os autores exemplificam alguns aplicativos que podem auxiliar no *Storytelling* (narração de histórias), tais como: *Pixton* para o desenvolvimento de histórias em quadrinhos, *Scribble Press* possibilita narrar histórias através de figuras e retratos e o *Comic Life* que usa fotografias do próprio *smartphone* para o desenvolvimento das narrativas gráficas (CAMARGO; DAROS,2018).

Em relação as histórias em quadrinhos, Netto e Vergueiro (2018) pontuam que na República Federativa do Brasil ocorreram três momentos distintos com a utilização das Histórias em quadrinhos nas escolas. O primeiro momento foi o de reprovação total por parte dos mestres e gestores, no segundo momento, através da inserção de uma nova geração no mercado de trabalho, ocorreu a entrada delas no ambiente escolar e os primeiros trabalhos foram desenvolvidos nos espaços de ensino e aprendizagem com os alunos, estes foram os precursores para a mudança de visão por superiores da educação.

Os autores ainda relatam que, o terceiro momento é o que estamos vivendo atualmente, no qual as Histórias em quadrinhos são reconhecidas no ambiente escolar. A sua utilização pode tanto incitar saberes quanto propaga-los, além de possibilitar a comunicação docente e discente, as instruções sobre a prática educativa com este recurso na sala de aula são baseadas em experiências de docentes e na capacidade inovadora do próprio professor, que pode aplicar as histórias em quadrinhos conforme considera importante para o aprendizado, tendo a clareza de inserir outros recursos paralelos quando este não suprir as expectativas.

A vivência revela a versatilidade no ambiente educacional deste recurso, podendo ser aporte metodológico nas aulas de artes, geografia, história, língua portuguesa, física, biologia, química e entre outros (NETTO; VERGUEIRO,2018).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) referente ao ano 2000, as histórias em quadrinhos são citadas no documento destinado a Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, na parte referente a língua portuguesa é exemplificado como forma de metalinguagem, e na língua estrangeira moderna é citado como sendo um dos tipos de gêneros textuais; possibilidade de recurso incentivador para aulas; sugestão de utilização das charges e quadrinhos, como recurso textual para o aprendizado da língua estrangeira aos alunos do primeiro ano (BRASIL, 2000).

Vilela (2014; 2009), explica que para produção de histórias em quadrinhos de aventura, os criadores necessitam muitas vezes realizar previamente estudos de campo, sobre o local, costumes, paisagens entre outros aspectos característicos da cidade, país, e da população, para trazer o máximo de verossimilidade nas narrativas gráficas, citando como exemplo as narrativas das “*As aventuras de Tintim*”, em que vários países foram cenários para desenvolver as tramas. Como atividade aos estudantes, solicitar que produzam uma história em quadrinhos, mas antes terão que fazer pesquisas observacionais para poder compor a narrativa, observar paisagens, roupas, comportamentos, falas, expressões, as particularidades para poder executar a atividade posteriormente. Este é um exercício que pode ser executado em qualquer disciplina.

Outra atividade que pode ser executada em classe é a utilização das revistas em quadrinhos como fonte de documento histórico, para as aulas de história, levando os educandos a pesquisar:

- Quem são os autores que escreveram as narrativas, a nacionalidade, cultura, período e contexto histórico;
- Qual o período e o lugar de produção;
- Há descrição dos créditos autorais?
- Quais preceitos morais ou regras sociais são transmitidas na história e a sua posição política;
- Qual o público –alvo destinado;

- Qual o objetivo do enredo.

Barbosa (2014; 2009), indica o Mangá com o título: *Na prisão*, de *Kazuichi Hanawa*, obra que fez parte do Programa Nacional Biblioteca da Escola, por ser uma narrativa fundamentada na vida do escritor, quando foi preso no Japão por porte ilegal de arma, rico em detalhes gráficos e também em relatos. A obra pode ser um aporte pedagógico para realizar discursões com os educandos sobre a legislação penal, criminalidade e sistema carcerário do Japão e do Brasil, realizando comparativos entre os dois países, além sobre o porte de armas no Brasil e todas as problemáticas e argumentos em torno dela em nosso país. O recurso pode ser complementado com a introdução do filme *Carandiru* que tem por diretor Hector Babenco para retratar o sistema carcerário do Brasil.

Nas aulas de artes o seu uso pode ser um instrumento valioso para explicar aos alunos de maneira atrativa o modo como as imagens são representadas e o ponto de vista gráfico abordado, a estrutura corpórea dos personagens, quais os elementos fundamentais da linguagem visual, estudo sobre espaço e as formas, colorações e cores e a sua constituição. E no final designar que os alunos produzam suas próprias histórias em quadrinhos com todos os elementos necessários para a sua constituição.

Rama (2014), propõe o uso das narrativas Disney em especial do Pato Donald para abordar sobre o sistema capitalista, suas ideologias, modos produtivos, usando da criticidade com os alunos, fazendo uma ponte com a história e a vivência no sistema capitalista. Indicando a obra: *Para ler o Pato Donald*, dos escritores *Ariel Dorfman* e *Armand Mand Mattelart*, como sugestão reflexiva sobre o pensamento dos autores em relação as mensagens transmitidas pelo personagem nas diversas histórias publicadas.

Alguns pesquisadores utilizaram as histórias em quadrinhos como aporte pedagógico em diversas áreas do saber como instrumento para aprendizagem, e estas se mostraram eficazes com os discentes tanto no quesito aprendizagem quanto na promoção da participação dos alunos mais tímidos no espaço de ensino e aprendizagem, possibilitando contextualizar situações organizacionais a luz das teorias estudadas.

Silva (2017), em sua pesquisa educacional usou os quadrinhos na sala de aula para o ensino da matemática, a pesquisadora usando a plataforma *Pixton* criou os quadrinhos, com enredo direcionado ao ensino dos triângulos, sua escolha pelo

gênero foi devido à sua maneira imaginativa, chamativa, que tornam a leitura interessante e fixadora, através de exibição em data show os alunos foram realizando as leituras como se fossem os personagens, isto trouxe interação, atenção e concentração ao conteúdo trabalhado além do exercício a ser executado em sala de aula.

Observou -se que o processo de ensino e aprendizagem não se deteve apenas ao ato da leitura das narrativas, mas ocorreram pausas para aprofundamento dos conceitos e do assunto tratado com os alunos, através do enredo notou-se que até alunos mais introspectivos e que não aparentavam entusiasmo por matemática, teve uma nova conduta através dessa nova abordagem em ministrar o conteúdo. O resultado positivo com a aplicação do método constatou que o uso do instrumento pode auxiliar de maneira positiva para o entendimento de novos saberes.

Santos e Pereira (2013), com o tema: *Oficinas de histórias em quadrinhos como recurso pedagógico no ensino de ciências*, realizou suas oficinas em duas escolas com a presença dos professores. A oficina foi dividida em dois momentos: o primeiro foi abordado sobre a linguagem quadrinista, o comparativo entre outras obras literárias, sendo entregue aos alunos histórias em quadrinhos para que eles os completassem, finalizando este momento com uma conversa sobre as limitações e fluidez ao realizar a atividade.

O segundo momento dividiu-se os alunos em grupos, foi solicitado que realizassem as histórias em quadrinhos de acordo com os temas pré-estabelecidos, na finalização da atividade ocorreu a exposição dos grupos, relatando diversos pontos abordados e a conexão com o tema central proposto. Como resultado final desta oficina os professores declararam que a mesma foi significativa para estimulação e facilitação da construção do conhecimento, além de propiciar o questionamento, e relacionar o tema trabalhado com a realidade vivenciada no cotidiano, aperfeiçoando ainda mais a imaginação.

Testoni e De Paula (2013), com o tema: *Aprendendo física com histórias em quadrinhos*, ministraram as aulas de física com a utilização das histórias em quadrinhos, em parceria com as professoras da disciplina, os pesquisadores realizaram o trabalho de orientação quanto ao uso deste recurso pedagógico no decorrer da ministração do ensino. O tema tratado foi: *a primeira lei de Newton*,

referente a inercia. Através da criação de uma história em quadrinhos com uma situação problema desenvolvida por Testoni e Abib em 2004.

No primeiro momento foi entregue aos alunos as histórias em quadrinhos e após a leitura iniciou-se uma breve discussão sobre os aspectos relacionados ao estilo do desenho e os seus aspectos visuais.

O segundo momento foi retratado sobre a situação problema exposta pela narrativa, se o personagem do enredo ao pular de trampolim com o navio em movimento iria ou não cair dentro da piscina, através desta narrativa, observou-se que os alunos para resolver a questão recorreram aos mais diversos tipos de recursos: máquinas de calcular, simulação da ação, conceitos científicos e debates entre si, no momento posterior os educandos tiveram que elaborar suas próprias histórias em quadrinhos com o tema Inercia, de acordo com os autores a utilização deste recurso favorece o aprendizado e assimilação do conteúdo levando ao aprofundamento científico tratado no enredo inicial, além de desenvolver a argumentação entre os alunos.

Neves e Rubira (2017), trabalhou com os discentes o tema relacionado a: *Geografia Agrária e as conexões existentes no campo e suas práticas ligadas a economia*; foi utilizado publicações em quadrinhos referente ao tema como aporte pedagógico e instrutivo, como atividade de fixação, a criação de histórias em quadrinhos pelos discentes, além de realizações de conversas sobre a criação de gado, a lavoura e condições climáticas entre outros temas pertinentes ao tema central, os autores criaram uma história em quadrinho denominado: *Questões Agrárias*, como resumo de tudo que foi ministrado em sala de aula e demonstrativo para que os discentes realizassem suas próprias histórias em quadrinhos de acordo com o tema da aula, o resultado foi efetivo, pela complexidade do tema abordado, os instrumentos utilizados foram essenciais para absorção do conteúdo, além de ser um instrumento extraordinário para instigação do pensamento crítico.

Campos e Machado (2019), trabalharam as histórias em quadrinhos para explicar sobre *Higiene e Segurança do Trabalho em específico a NR-31*, os autores observaram que haviam vários trabalhos realizados com este instrumento em diversas áreas do conhecimento, mas não foi encontrado trabalhos no campo da engenharia, saúde e segurança do trabalho. A pesquisa realizada no Instituto Federal da Paraíba-

Campus Princesa Isabel, com os alunos do curso técnico integral em controle ambiental.

Os discentes foram divididos em grupos e produziram as narrativas gráficas de acordo com os temas pré-estabelecidos, o resultado final mostrou-se positivo, além do desenvolvimento de várias aptidões, habilidades e da criticidade nos discentes, um aluno informou que iria reproduzir o material para familiares que moravam no campo, para que pudessem ter acesso aos saberes e aplicar em suas vidas.

Silva, Santos e Bispo (2015), aplicaram as histórias em quadrinhos como recurso pedagógico em uma disciplina do curso de Administração na Universidade Federal da Paraíba, o resultado obtido com a produção dos alunos universitários foram favoráveis, possibilitou contextualizar situações organizacionais a luz das teorias estudadas, o diálogo entre os acadêmicos relatando vivências no ambiente profissional, a superação de limitações e barreiras buscando novas alternativas, além de desenvolver a habilidade para resolução de problemas sem nenhum tipo de indecisão. Os autores relataram que na França o uso das histórias em quadrinhos na academia de Administração já é uma prática, porém o desenvolvimento dela pelos discentes se dá anterior a explanação teórica pelo docente.

Brandão e Silva (2016), inspirados na pesquisa de Silva, Santos e Bispo (2015), fundamentaram sua pesquisa no uso das histórias em quadrinhos como estratégia de ensino no curso bacharel em Hotelaria na Universidade Federal da Paraíba, os alunos tiveram que produzir narrativas gráficas de acordo com o assunto estudado em classe. O tema central estipulado foi "*a demanda turística*". De acordo com o relato dos alunos ao realizar a atividade foi possível realizar a conexão da realidade com a teoria e visualizar de modo prático a sua aplicação, necessitou utilizar a criatividade fazendo resgates do período da infância, através dos diálogos entre os colegas para o desenvolvimento da narrativa, saberes foram propagados, tornando o aprendizado significativo, e através desta estratégia o aprendizado tornou-se ativo e o aluno protagonista da construção do seu próprio conhecimento.

Podemos visualizar que o uso das histórias em quadrinhos no ambiente escolar demonstra ser eficaz, podendo se relacionar com outros recursos educacionais, possibilitando as interações sociais no espaço de ensino e aprendizagem, auxiliando na fixação de conhecimentos, além do desenvolvimento de capacidades, não havendo limitações para a sua aplicação, mas possibilitando que saberes técnicos

possam ser transmitidos em uma linguagem acessível para um maior alcance da informação transmitida.

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As histórias em quadrinhos são ricas em sua constituição, além da união da linguagem visual com a escrita para transmitir a mensagem ao leitor, ela possui sua própria linguagem quadrinista: o balão de fala, apêndice, a sarjeta, legenda, linhas cinéticas, enquadramento, os personagens, que juntamente ao texto, demonstram o diferencial deste recurso educacional; além de fazer parte da realidade das crianças jovens e adultos.

Ao longo da sua trajetória, houve períodos de ouro, em que o sucesso das narrativas gráficas, trouxeram a preocupação dos mais conservadores, infelizmente foram duramente atacadas por setores importantes da sociedade, por muitos anos foi vista como uma arte sem grande relevância, somente após “um movimento” contrário as falsas acusações, é que de maneira gradativa as histórias em quadrinhos foram novamente sendo aceitas no ambiente da Educação.

Atualmente, vários autores indicam sua aplicação no ambiente de ensino como estratégia educacional para fomentar o aprendizado, com o uso das histórias em quadrinhos por pesquisadores em diversas áreas do saber e em vários níveis educacionais, foi possível visualizar em primeiro lugar a aceitação pelos alunos nas atividades realizadas, sem nenhum tipo de objeção ou preconceito, observou-se identificação com o instrumento para o aprendizado estabelecido. Em segundo lugar, notou-se com os resultados apresentados que, o uso do recurso educacional foi capaz de despertar o interesse de alunos mais tímidos em uma classe tradicional, promovendo a comunicação, interação, e o trabalho em equipe, aspectos essenciais para formação humana.

Podemos considerar que, pela característica da constituição das histórias em quadrinhos e sua aplicação em sala de aula, é possível obter o protagonismo do aluno e um aprendizado ativo e participativo; desenvolvendo capacidade importantes para sua formação humana nas relações sociais.

3.8 REFERÊNCIAS

BARBIERI, D. **As linguagens dos quadrinhos** [recurso eletrônico]. Traduzido por Thiago de Almeida Castor do Amaral. São Paulo: Petrópolis, 2017. Edição Klinder.

BARBOSA, A. Os quadrinhos no ensino de Artes. *In: Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula / _____*, Paulo Ramos, Túlio Vilela, Ângela Rama(orgs.). 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. – (Coleção Como usar na sala de aula). Posição:1565-1771. Edição do Kindle.

BARBOSA, A. Mangás em sala de aula. *In: Quadrinhos na educação: da rejeição à prática/Waldomiro Vergueiro*, Paulo Ramos (orgs.). São Paulo: Contexto, 2009. Posição:1319-1538. Edição Klinder.

BRANDÃO, J.M.F.; SILVA, A.B.D. Dando Asas à imaginação: o Uso de Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Ensino no Curso de Hotelaria. In: Seminário da ANPTUR. **Anais [...]** 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ZqSwit>. Acessado em 02 de fev de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Portal do MEC,2000. Disponível em: <https://bit.ly/3CI2tvY>. Acessado em 31 de jan de 2021.

CAGNIN, A. L. **Os Quadrinhos**. São Paulo: Ática,1975.

CAMPOS, V.B.; MACHADO, C.N. Segurança do trabalho e hq: associação pedagógica para ensino da NR 31. **Anais I CONIMAS e III CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2ZqSSFP>. Acessado em: 01 de fev de 2021.

CAMARGO, F; DAROS, T. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo/ Fausto Camargo, Thuinie Daros**. Porto Alegre: Penso,2018.

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes,1989.

EISNER, W. **Narrativas gráficas de Will Eisner**. Trad. Leandro Luigi del Manto. São Paulo: Devir,2005.

LIBÂNEO, J. C. **Didática** (Coleção Magistério- Série Formação do Professor). São Paulo: Cortez, 1994.

MULTIRIO. Empresa Municipal de Multimeios. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. **Quadrinhos guia prático**. Setembro,2011. Disponível em: <https://bit.ly/3nQ0b23>. Acessado em: 23 de jan de 2021.

MCCLOUD, S. **Desvendando os quadrinhos**. Tradução Helcio de Carvalho, Marisa do Nascimento Paro. São Paulo: Makrom Books, 1995.

NEVES, P.D.M.; RUBIRA, D.G.; Histórias em quadrinhos na geografia escolar. Comics in school geography. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.3, p. 118-129 ISSN: 2236-4994 Disponível em: <https://bit.ly/3Em4Nna>. Acessado em: 02 de fev de 2021.

NETTO, R. VERGUEIRO, W. **Coleção Quadrinhos em Sala de Aula: estratégias, instrumentos e aplicações/coordenação** de Raymundo Netto, Waldomiro Vergueiro; ilustrado por Cristiano Lopez-Fortaleza, CE:Fundação Demócrito Rocha,2018.

POSTEMA, B. **Estrutura narrativa nos quadrinhos: construindo sentido a partir de fragmentos**. Traduzido por Gisele Rosa. - São Paulo: Peirópolis, 2018.Edição do Kinde.

RAMA, A. Os quadrinhos no ensino de geografia. *In: Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* / Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, Túlio Vilela, _____(orgs.). 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. – (Coleção Como usar na sala de aula). Posição: 1040-1267.Edição do Kindle.

RAMOS, P. **A leitura dos quadrinhos**. Ed.2ª reimpressão. -São Paulo: Contexto, 2020.

SANTOS, T.C.D.; PEREIRA, E.G.C. Oficinas de Histórias em Quadrinhos como recurso pedagógico no ensino de ciências. *In: IX Congresso Internacional sobre investigación em didáctica de las ciencias*, celebrado em Girona, España del 9 al 12 de septiembre de 2013.página 3200-3204.Disponível em: <https://bit.ly/3GtRG4S>. Acessado em: 02 de fev de 2021.

SAIDENBERG, I. **A história dos quadrinhos no Brasil**. Marsupial Editora, c1980. Edição do Kindle.

SILVA, A.B.D.; SANTOS, G.T.D.; BISPO, A.C.K.A. O uso de Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Ensino e Aprendizagem de Alunos de Administração (The Comics as an Active Teaching Strategy in Learning of Management Undergraduate Student´s). In: V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade-V EnEPQ.**Conference** [...]. Volume 1. 15 de novembro de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3CnjRjD>. Acessado em: 02 de fev. 2021.

SILVA, M.P.F.D. **Histórias em quadrinhos em contexto matemático: uma proposta para o ensino de triângulos à luz da teoria dos registros de representação semiótica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3bfliVr>. Acessado em 02 de fev de 2021.

SOUSA, M. **Mauricio a história que não está no gibi**. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa,2017.

TESTONI, L.A.; DE PAULA, S.M. Aprendendo física com histórias em quadrinhos. **Integração**. 2013. Ano XIX, Nº 65. p.122-126. Disponível em: <https://bit.ly/3Gp2i57>. Acessado em: 02 de fev de 2021.

VERGUEIRO, W. O uso das HQs no ensino. *In: Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* / Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, Túlio Vilela, Ângela Rama, _____ (orgs.). 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. – (Coleção Como usar na sala de aula). Posição 36 a 411. Edição do Kindle.

VILELA, T. Os quadrinhos na aula de história. *In: Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* / Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, _____, Ângela Rama (orgs.). 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. – (Coleção Como usar na sala de aula). Posição 1272 -1564. Edição do Kindle.

VILELA, Quadrinhos de aventura. *In: Quadrinhos na educação: da rejeição à prática* / Waldomiro Vergueiro, Paulo Ramos (orgs.) _ São Paulo: Contexto, 2009. Posição: 871-1315. Edição Klinder.

4 ARTIGO 3: O PERFIL DOCENTE DO ENSINO JURÍDICO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE E O USO DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS²

4.1 RESUMO

O objetivo desse estudo foi conhecer o perfil profissional dos docentes da área de direito e que atendem à demanda de ensino jurídico no IFAC, quais estratégias de ensino e aprendizagem conhecem e empregam em suas aulas, e se o uso das histórias em quadrinhos é um recurso educacional empregado por eles em suas práticas de ensino. As informações necessárias para alcançar o objetivo de pesquisa foram coletadas a partir de um questionário, disponibilizado via ferramenta *Google Forms* a todos os professores de direito dos cinco *campis* do IFAC. Como resultado, conclui-se que 75% dos docentes jurídicos tiveram o primeiro contato com educação profissional e tecnológica ao serem efetivados na Rede Federal de ensino. Em relação ao uso das histórias em quadrinhos como recurso educacional, 25% empregam em suas aulas como estratégias de ensino tanto no formato de histórias em quadrinhos quanto no formato de cartilhas quadrinizadas, obtendo êxito em suas aplicações com os discentes.

Palavra-chave: Docente jurídico; Ensino jurídico; Histórias em quadrinhos; Educação Profissional.

4.2 INTRODUÇÃO

Vivemos uma nova era, a cada dia existem novas descobertas, novas maneiras de se comunicar e interagir no mundo, a sociedade vive uma constante transformação. No campo educacional, novas estratégias de ensino são cada vez mais discutidas em prol da construção de conhecimento numa perspectiva mais ativa, participativa e reflexiva, proporcionando ao aluno o protagonismo em seu processo de aprendizagem.

Diante deste cenário, as histórias em quadrinhos surgem como uma das alternativas como recurso educacional, podendo auxiliar no processo de ensino e aprendizagem de maneira efetiva. De acordo com Vergueiro (2014), este instrumento no ambiente escolar promove o interesse dos alunos pelos assuntos abordados, desenvolve a criticidade, pois seu formato une texto e figuras tornando a mensagem de fácil entendimento, no seu universo há uma diversidade de temas que podem

² Artigo submetido

facilmente serem aplicados e discutidos pelo docente com os alunos, além de ser um excelente recurso para incentivar a leitura e de ativação da capacidade imaginativa e do raciocínio lógico, não existindo limitação de nível escolar para sua aplicação.

O governo Chinês, *Mao Tse – Tung*, transmitia os ensinamentos ideológicos em massa para crianças e adolescentes através das histórias em quadrinhos. Nos Estados Unidos este recurso foi utilizado como manual instrutivo para tropas pelo departamento de defesa do país (VERGUEIRO, 2014).

No campo científico, as histórias em quadrinhos tem sido alvo de pesquisas no segmento educacional para legitimação da sua eficácia no ambiente escolar.

Nesse sentido podemos citar na matemática o trabalho com o tema: *Histórias em quadrinhos em contexto matemático: Uma proposta para o ensino de triângulos à luz da teoria dos registros de representação semiótica* de Silva (2017). Nas ciências o tema da pesquisa: *Oficinas de histórias em quadrinhos como recurso pedagógico no ensino de ciências* de Santos e Pereira (2013). Em física o título: *Aprendendo física com histórias em quadrinhos* de Testoni e De Paula (2013). Na geografia a pesquisa intitulada: *Histórias em quadrinhos na geografia escolar* de Neves e Rubira (2017). No ensino profissional, Campos e Machado (2019) desenvolveram sua investigação com o seguinte tema: *Segurança do trabalho e HQ: associação pedagógica para o ensino da NR31*. Em nível bacharelado, Silva, Santos e Bispo (2015) realizaram sua pesquisa intitulada: *O uso de histórias em quadrinhos como estratégia de ensino e aprendizagem de alunos no curso de administração*; e Brandão e Silva (2016), com a pesquisa: *Dando Asas à imaginação: o uso de Histórias em Quadrinhos como estratégia de ensino no curso de hotelaria*.

Esses trabalhos mostram a versatilidade das histórias em quadrinhos e os resultados apontados em cada pesquisa como promissor na sua aplicabilidade dentro do ambiente escolar, tornando o aprendizado interessante, participativo, inovador e produtivo.

Embora esteja ocorrendo avanço significativo na adoção de estratégias e recursos que possibilitem o aluno estar no centro do processo de educativo, isso não ocorre em todas as áreas e seguimentos. A exemplo do ensino jurídico, especialmente, na educação brasileira, cujo ainda é marcado, fortemente, por metodologias tradicionalistas, a famosa educação “bancária” como citada por Freire

(1987), no qual ainda prevalece o professor como o ator principal e os alunos como receptores passivos do conhecimento transmitido.

Costa e Rocha (2018), salientam que esta visão do discente não ter conhecimentos é “endossada” por professores que não ministram suas aulas para os primeiros anos acadêmicos, ressaltando ainda que, a estrutura organizacional do espaço de ensino e aprendizagem em fileiras, torna o ambiente centrado no professor, e este método tradicionalista prejudica a formação do profissional do direito, pois não desenvolve a criticidade tanto no âmbito jurídico quanto na vivência social.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre —IFAC, tem história recente na oferta de educação profissionalizante no estado do Acre. Enquanto em outras partes do Brasil há escolas técnicas centenárias, este IF tem apenas 11 anos de criação. Com sede na capital Rio Branco e mais cinco *campus* localizados em áreas estratégicas do estado, oferta cursos profissionalizantes que integram diversos eixos tecnológicos.

E por ser uma Entidade de grande porte e referência na capital acriana e municípios em que se faz presente, foi escolhida para que pudéssemos ter maior compreensão sobre a realidade acadêmica dos profissionais atuantes da Instituição no magistério jurídico, pois, além de cursos da área do direito, a exemplo do curso técnico em serviços jurídicos, outros cursos técnicos e tecnológicos apresentam em seu programa formativo, componentes curriculares (disciplinas) concernentes ao ensino jurídico, seja do direito administrativo, ambiental, penal, dentre outros.

O objetivo geral com a investigação é conhecer o perfil profissional dos docentes da área de direito e que atendem à demanda de ensino jurídico no IFAC, quais estratégias de ensino e aprendizagem conhecem e empregam em suas aulas, e se o uso das histórias em quadrinhos é um recurso educacional empregado por eles em suas práticas de ensino.

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com vistas a alcançar o objetivo proposto neste estudo, realizou-se, inicialmente, a aplicação de um questionário junto aos docentes da área do direito, sendo 05 deles lotados no Campus Rio Branco, 01 no Campus Tarauacá, 01 no

Campus Xapuri e 01 no Campus Sena Madureira, no momento da pesquisa os Campus Cruzeiro do Sul e Baixada do Sol estavam sem professores dessa área.

O referido questionário foi organizado com 15 perguntas, sendo que destas, 8 eram fechadas e 7 abertas. Em ambos os grupos, pretendeu-se traçar o perfil profissional, as estratégias de ensino e aprendizagem adotadas pelos respondentes e se utilizavam a história em quadrinhos como metodologia de ensino e aprendizagem. Com o docente 6 (2021) foi também realizado uma entrevista com 8 perguntas abertas sobre as metodologias empregadas em sala de aula e o uso das histórias em quadrinhos para o ensino jurídico, pois de todos, foram apenas dois que mencionaram no questionário ter experiência no uso de quadrinhos como recurso de ensino. O outro docente estava com complicações devido a *covid 19* no período da entrevista.

Para fins de análise dos dados, optou-se pela metodologia de Tematização proposta por Fontoura (2011). Desse modo, foram inicialmente selecionados os temas supracitados e posteriormente as unidades de contexto.

Conforme Fontoura (2011), o uso da metodologia de Tematização, utilizado em pesquisas qualitativas, envolve 7 procedimentos conforme listado abaixo:

- 1) Escrever todo conteúdo que foi colhido por meio da oralidade ou escritos.
- 2) Se aprofundar no próprio material realizando uma análise profunda a cada ato de apreender os assuntos escritos.
- 3) Marcação do que será significativo para utilização futura.
- 4) Reunir os resultados de acordo com assuntos pertinentes, levando em consideração: a ligação lógica entre fatos, a correspondência, a relevância, esmiuçar até os últimos detalhes, e pôr fim a especificidade.
- 5) Realizar uma verificação de cada assunto separado, esmiuçando partes inteiras e frases que podem ser relevantes ao propósito destinado.
- 6) Iniciar o processo de esquematizar a análise das declarações.
- 7) Realização da explicação dos resultados analisados, o investigador poderá expor seu raciocínio a partir dos indícios observados.

Para cada tema foram selecionadas as falas dos docentes que retratam o contexto geral dos profissionais. Para preservar a identidade dos entrevistados, suas respostas serão identificadas com a palavra Docente acompanhado do numeral 1, 2 e assim sucessivamente.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.5 PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE DE DIREITO DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Os docentes da área de direito que atuam no IFAC estão na faixa etária entre 34 e 43 anos, sendo que no universo de oito profissionais, dois docentes têm outra formação além de bacharel em direito. O docente 7 (2021) também é formado em odontologia e o docente 2 (2021) é graduado em administração e letras português. Quando ingressaram na docência, seis docentes já possuíam especialização, um docente tinha mestrado, outro já estava cursando o doutorado e um ingressou tendo apenas graduação.

São profissionais que possuem experiência na sala de aula variando entre 3 a 11 anos. Para seis docentes (docente 2, 2021; docente 3, 2021; docente 4, 2021; docente 5, 2021; docente 6, 2021; e o docente 8, 2021), o IFAC foi a instituição em que tiveram o primeiro contato em atuar na Educação Profissional e Tecnológica, “quando indagados se participaram de alguma formação para exercerem a profissão como docente jurídico”, quatro docentes responderam que não e quatro responderam que sim. Sobre terem algum tipo de complementação pedagógica, três docentes responderam que não, abaixo seguem as respostas que representam os docentes que responderam sim.

Quadro 1: Categoria para o tema “Perfil profissional docente de direito do Instituto Federal do Acre”

Questão 3: Além da formação em direito, tem alguma complementação pedagógica? Qual?	
Unidade de contexto	Categoria
Docente 2 Formação em letras (licenciatura), mestrado na área de ensino (ProfEPT) e cursos sobre andragogia, usos de ambientes educacionais virtuais e jornadas pedagógicas (DOCENTE 2, 2021).	Didática para o ensino
Docente 6 Mestrado em Educação (DOCENTE 6, 2021).	
Docente 8 Especialização em Didática e Docência do Ensino Superior; e Complementação Formação Docente para Professores de Direito (DOCENTE 8, 2021).	

Fonte: Dados da pesquisa

Visualizamos uma busca nos profissionais de direito em preencher lacunas deixadas pela formação de bacharel na graduação. Alçando novos conhecimentos para executar a docência com maior preparo e possibilidades didáticas em sala de aula. De acordo com Libâneo (1994) o propósito sobre de que maneira transmitir conhecimentos aos estudantes é oportunizar caminhos para que eles possam apropriar de novas informações de forma ativa, e o professor é quem realiza essa ponte entre os conteúdos e o cognitivo dos alunos. Para o autor, é necessária uma prática que leve os alunos a serem incentivados a se apropriarem das novas informações, de maneira racional e eficiente, através do seu próprio entendimento, usando a capacidade imaginativa, em diversos contextos, sendo ele escolar ou na vida cotidiana.

O autor explica que o conteúdo a ser ensinado, seja ele através de livro ou outro tipo de instrumento educacional só tem sentido se o docente usá-lo de maneira a instigar o progresso mental dos discentes fazendo conexões com o que ali está escrito e sua vivência com os saberes já consolidados anteriormente, levando-os a realizar sua própria reflexão, pois, o crucial é um conhecimento consistente e permanente do que uma quantidade colossal de conteúdo. Tendo em vista que a educação é o preparo para a realidade vivida e o mundo do trabalho.

O posicionamento de Libâneo (1994) também se aplica a andragogia (o aprendizado direcionado aos adultos), conforme Filatro (2014) estes adultos estão em diferentes níveis educacionais e voltam as salas de aulas (presencial ou virtual), na busca de se aperfeiçoar com objetivos claros no mundo do trabalho ou realização pessoal, trazendo consigo as bagagens já vivenciadas como profissional, chefes de família e conquistas alcançadas.

Para Libâneo (1994) existem dois caminhos para se aprender: O primeiro caminho ocorre naturalmente, através das situações cotidianas, do relacionamento com o próximo, do meio em que se habita, pela análise de quaisquer coisas materiais e eventualidades, por meio da televisão, da *internet*, rádio, revistas, *podcast*, e assim vai se obtendo informações, gerando saberes, construindo o comportamento e seus próprios princípios.

O segundo caminho é o ensino estruturado, o qual já previamente se objetivou quais assuntos serão abordados, quais capacidades desenvolver e sobre as regras de uma convivência em paz e equilíbrio com outras pessoas no mesmo ambiente.

Este caminho pode ser encontrado em vários segmentos, porém é no ambiente escolar que ele é sistematizado e direcionado para que haja sapiência e perícia, resultando no aluno a transformação tanto por dentro quanto por fora em suas conexões com o meio material e na convivência com as pessoas em sociedade. Ao docente cabe auxiliar os educandos a terem consciência das suas alternativas em instruir-se, conduzir nas limitações, sugerir alternativas de como estudar por conta própria sem a dependência de outra pessoa, ressaltando que a prática da educação está relacionada com a vida em comunidade, e que aplicada corretamente pode ser um meio de transformar a própria realidade de vida, e ainda desenvolver o senso crítico em prol de uma mudança da sociedade, (LIBÂNEO, 1994).

Por isso, é importante ser um profissional que compreende os ambientes educacionais tanto o presencial quanto os virtuais para que se possa de maneira eficaz e eficiente utilizar esses espaços com suas características próprias a fim de atrair e auxiliar os alunos a um aprendizado significativo e reflexivo.

Visando auxiliar os docentes jurídicos na sua jornada, a Fundação Getúlio Vargas, de maneira gratuita, oferta um curso livre “Formação Docente para Professores de Direito” na modalidade *online*, e entre vários temas abordados, destaca-se: Nova Concepção de Ensino; Protagonismo do Aluno; Ensino-aprendizagem e Metodologias; Ensino Participativo e Métodos de Ensino. Assuntos de grande relevância aos profissionais que desejam exercer seu ofício de maneira inovadora (FGV, c2021).

Quadro 2: Categoria para o tema “Perfil profissional docente de direito do Instituto Federal do Acre”

Questão 4: Em quantos e quais cursos já lecionou matérias jurídicas?	
Unidade de contexto	Categoria
<p>Docente 4</p> <p><u>Técnicos subsequentes:</u> segurança do trabalho, administração, recursos humanos, serviços jurídicos, cooperativismo;</p> <p><u>Superiores:</u> tecnologia em logística, tecnologia em processos escolares; bacharelado em administração (DOCENTE 4, 2021).</p>	<p>Versatilidade profissional dos docentes de direito do IFAC</p>
<p>Docente 5</p> <p><u>Técnicos Integrados:</u> Técnico Integrado em Administração; Técnico Integrado em Floresta; Técnico Integrado em Agricultura; Técnico Integrado em Finanças.</p> <p><u>Técnicos subsequentes:</u> Técnico Subsequente em Administração; Técnico Subsequente em Finanças.</p> <p><u>Superior:</u> Tecnologia em Gestão do Agronegócio (DOCENTE 5, 2021).</p>	

Docente 8	
<u>Curso de Pós-Graduação (lato sensu):</u> Especialização em Gestão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica – IFAC. <u>Curso Técnico:</u> Curso Técnico em Edificações. <u>Curso Técnico Integrado:</u> - Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária. <u>Cursos Técnicos Subsequentes:</u> Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Administração; Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Cooperativismo; <u>Curso PROEJA:</u> Curso Técnico Subsequente ao Ensino Médio em Administração – PROEJA. <u>Cursos FICs:</u> - Curso da Equipe Multidisciplinar - Mulheres Mil; Curso FIC Agente Cultural; Curso FIC Horticultor Orgânico; Curso FIC Promotor de Vendas; Curso FIC Assistente de Compras (DOCENTE 8, 2021).	Versatilidade profissional dos docentes de direito do IFAC

Fonte: Dados da pesquisa

A partir do quadro 2, é possível notar que os docentes de direito do IFAC atuam em diferentes formações profissionalizantes, demonstrando que ser professor dessa rede requer ser bastante versátil em termos de linguagem e comunicação, metodologias e recursos para atender a diversidade de público que frequentam a instituição nos seus mais diferentes níveis educacionais, desde os cursos rápidos de Formação Inicial e Continuada (FIC's), Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Técnicos Integrados ao Ensino Médio na modalidade de jovens e adultos (PROEJA), Técnicos Subsequentes, Superiores em Tecnologia, Bacharelado e Pós-Graduação Lato Sensu. Apresentando assim, tais docentes, uma ampla experiência educacional com diferentes realidades no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

Ao indagar qual ou quais disciplina(s) os docentes teriam maior identificação pessoal em ministrar aulas, direito constitucional ficou em primeiro lugar entre os docentes, direito penal, trabalhista e administrativo em segundo, direito previdenciário e eleitoral em terceiro lugar. Atualmente estão lecionando as mais diversas disciplinas no Instituto, desde legislação empresarial e tributária até direito ambiental e agrário de acordo com os cursos que estão sendo ofertados.

4.6 Estratégias de ensino e aprendizagem

Quais estratégias adotar para alcançar o êxito no processo de ensino e aprendizagem é algo muito importante para o docente em sala de aula, e descobrir quais são os caminhos adotados pelos professores do IFAC no ramo jurídico foi a segunda parte de nossa investigação. Visto que, são profissionais na sua grande

maioria que não se deixaram limitar pela formação bacharelada conforme os resultados supracitados na pesquisa no tema 1.

Quadro 3: Categoria para o tema “Estratégias de ensino e aprendizagem”

Questão 10: Você tem conhecimento de metodologias ativas no emprego do processo de ensino e aprendizagem dos alunos? Exemplo: <i>Gamificação</i> , <i>Peer to peer</i> , Aprendizagem baseada em problemas, <i>Storytelling</i> .	
Unidade de contexto	Categoria
“Aprendizagem baseada em problemas” (DOCENTE 3, 2021).	Metodologias de ensino
“Gamificação, PBL (Aprendizagem baseada em problemas)” (DOCENTE 7, 2021).	
“Estudos de caso” (DOCENTE 6, 2021).	
Questão 11: Quais estratégias de ensino que mais utiliza para trabalhar nas aulas?	
“Aula expositiva” (DOCENTE 1, 2021).	
“Aulas expositivas com problemas a serem resolvidos a partir da disciplina” (DOCENTE 3, 2021).	
“Gamificação e aprendizagem baseada em problemas” (DOCENTE 5, 2021).	
“Aprendizagem baseada em problemas, estudo de caso, aulas expositivas etc.” (DOCENTE 8, 2021).	
Questão 12: Você considera que essas estratégias são eficientes do ponto de vista da aprendizagem e do envolvimento dos alunos?	
“Penso que precisa melhorar sempre” (DOCENTE 3, 2021).	
“Sim, uma vez que disciplina Jurídica normalmente é novidade e muito técnica, e os alunos precisam compreender que o Direito está ao redor e seus ramos influenciam em todas as áreas” (DOCENTE 5, 2021).	
“Sim, pois chama atenção do aluno e estimula ao aprendizado e a curiosidade sobre o assunto ministrado” (DOCENTE 8, 2021).	

Fonte: Dados da pesquisa

Com exceção de um docente que respondeu não ter conhecimento de metodologias ativas no emprego do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, as respostas expostas pelos três docentes representam os métodos mais conhecidos por todos os outros professores. *Gamificação*, Aprendizagem baseada em problemas e a sua variação o estudo de caso.

As metodologias ativas são uma alternativa para que o aprendizado inicie e termine no próprio aluno, sendo algo que torne o saber parte da sua vida cotidiana.

Para Moran (2018), o ato de aprender é ativo, assimilamos por completo algo que for do nosso interesse, o que tem conexão com o nosso interior, o que está aproximado do nosso crescimento.

O autor afirma que o aprendizado pode ocorrer de diversas formas, com diferentes métodos e maneiras de realizar, alguns meios serão mais assertivos outros terão resultados abaixo das expectativas, aprender de modo ativo amplia a elasticidade da cognição.

A palavra ativo tem que estar conectada com um aprender consciente, para que haja clareza de todo o processo de aprendizagem em cada exercício. Tornam-se apaixonantes lecionar e estudar, quando envolvem o ato de pesquisar, realizar perguntas, criatividade, experimentos e análise detalhada sobre um assunto (MORAN, 2018).

Métodos de ensino e aprendizagem são caminhos norteadores que se efetivam em táticas, em maneiras de tratar a temática, procedimentos definidos, próprios e distinto. Os métodos ativos de ensino e aprendizagem são estratégias direcionadas para a construção do conhecimento com o protagonismo do aluno, de maneira maleável, entreligado e híbrido (MORAN, 2018).

De acordo com Fadel, Ulbricht, Batista e Vanzi (2014) a palavra gamificação entende-se por utilizar componentes de competição lúdica ou esportiva em exercício que não tenha relação com este contexto, tendo por objetivo atrair de modo emocional a pessoa em uma sucessão de atividades a serem cumpridas, mas que são vistas pelo participante como algo que traz entusiasmo e é desafiante.

Para Alves e Teixeira (2014), a gamificação pode levar a pessoa que participa do game ao aprendizado, pensamento analítico na proporção que se envolve.

A aprendizagem baseada em problemas (PBL) é uma estratégia que orienta os estudantes a participam de maneira colaborativa na obtenção de saberes em sincronia com as formalidades acadêmicas do aprendizado (LOPES, FILHO E ALVES, 2019).

No estudo de caso a variante do PBL o problema também é o ponto central, porém a resolução não é pré-estabelecida, levando o estudante a pensar, deduzir, mediar, entre outros atributos o de sugerir possíveis respostas. Os casos estão sempre relacionados a situações possíveis na vida real, o ponto-chave é examinar e entender a situação (CAMARGO; DAROS, 2018).

Mesmo diante do conhecimento dos métodos ativos e da aplicação deles pelos docentes em suas classes, as aulas expositivas são utilizadas pelo universo docente jurídico no IFAC. Os docentes visualizam que as estratégias adotadas por eles em classe são eficientes tanto no aprendizado quanto no envolvimento dos discentes, tendo ocorrido apenas uma resposta contrária. Isto é algo positivo, pois demonstra que o ensino jurídico no Instituto Federal é diferencial em suas práticas educativas.

Costa; Rocha (2018) no seu livro intitulado: *Educação Jurídica e a Formação de Profissionais do Futuro*, propõe sugestões pedagógicas que podem ser aplicadas pelos docentes da área, citaremos algumas alternativas que podem exemplificar a adoção de novos modos de ensinar e aprender.

A primeira é a integração das aulas expositivas com a troca de ideias com os alunos, promovendo a comunicação entre o docente e os discentes, estabelecendo um novo conceito na forma de ensinar, tornando o processo de ensino e aprendizagem ativo e para isto ocorrer é necessário que o educando torne-se parte desse processo de construção do conhecimento. Os autores sugerem como parte integrante desse processo o uso do método de *Storytelling* (narração de histórias), pois poderá beneficiar a criação de condições favoráveis na conversa, atrair a atenção dos alunos e auxiliar o aprendizado.

A segunda opção é união da arte com o ensino jurídico, os filmes, a literatura em geral, as narrativas gráficas em forma de arte sequencial entre outros podem potencializar um aprendizado reflexivo nos educandos.

O uso de filmes de maneira sistematizada com temáticas que se relacionem com os assuntos ministrados em classe podem proporcionar um aprendizado envolvendo os sentimentos dos alunos, pela capacidade deste tipo de recurso educacional em envolver e conectar as pessoas com a mensagem transmitida, a resistência desse instrumento no espaço de ensino e aprendizagem se dá porque é visto como um momento perdido que não irá agregar conhecimentos técnicos ao ser utilizado, por isso é importante a realização de um roteiro que estabeleça parâmetros e deixar a turma ciente dos objetivos a serem alcançados através do uso deste recurso.

E por fim, a terceira sugestão é a visita técnica, por meio delas os educandos poderão usar todos os sentidos na vivência daquele momento, podendo relacionar a teoria com a prática de maneira mais próxima, formando memórias a partir da

experiência. De maneira sistematizada e correlata ao conteúdo estudado em classe, ela poderá ocorrer nos sistemas prisionais, nas sessões de tribunal do júri, em delegacias e nos diversos órgãos que possam caracterizar este tipo de aprendizado.

Serrano (2015) em sua obra: *metodologia do ensino e da pesquisa jurídica*, faz sugestões sobre possibilidades que os professores podem aplicar para o processo de ensino e aprendizagem, por exemplo: o uso de seminários permite que os alunos utilizem vários tipos de inteligências, a criticidade, e a capacidade de organização do pensamento numa estruturação lógica, além de instigar o ato de buscar informações sobre os temas relacionados.

A utilização do “método de problemas” no qual o docente faz a explanação de “situações-problemas” permite que o aluno busque seus próprios meios para solucionar a questão, usando assim a sua capacidade mental e construindo o seu conhecimento, tornando-o protagonista em seu aprendizado.

Os “jogos didáticos” possibilitam ao docente levar os educandos a consolidarem saberes, relacionarem teoria e prática, desenvolver competências, além de serem bastante atrativos, preparando o aluno para os desafios profissionais que surgirão fora do ambiente acadêmico. Os jogos jurídicos podem ser situações que o aluno simula ou representa acontecimentos do mundo profissional, dentro dos regulamentos estabelecidos pelo docente previamente.

E por último os “trabalhos em grupos” essa tática educacional traz a possibilidade de os alunos dialogarem entre si em torno do propósito apresentado, cooperarem com os colegas, trocarem vivências, saberes e concepções. Ao professor cabe orientar os referenciais bibliográficos para aprofundamento teórico.

Visualizamos através das obras a preocupação dos autores em auxiliar os docentes jurídicos na jornada didática, devido à carência na formação do profissional da área. E isto também foi motivo de questionamento aos pesquisados de acordo com o quadro 4 abaixo:

Quadro 4: Categoria para o tema “Estratégias de ensino e aprendizagem”

Questão 14. Enfrenta alguma dificuldade pedagógica no ensino de direito? Em caso positivo, quais?	
Unidade de contexto	Categoria
“A complexidade do processo fará com que sempre existam desafios, hoje tenho melhor conhecimento de metodologias, estratégias e possibilidades, o que acredito	

que faz lidar melhor com as dificuldades inerentes a ensinar e aprender” (DOCENTE 2, 2021).	
<p>“No início enfrentei mais dificuldade, uma vez que como bacharel, não temos essa disciplina na faculdade e ao chegar no IFAC; só me foi apresentado o PPC a grade de horários, entregaram pincel e apagador e pronto. Tive dificuldade na maneira de fazer avaliações, diversificação na forma de ministrar o conteúdo”.</p> <p>“Atualmente não enfrento mais, pois fui buscar conhecimento: leitura de artigos ou livros sobre o tema e dicas em vídeos principalmente no youtube”.</p> <p>“A coordenação pedagógica também foi muito prestativa quando busquei. Também passei a usar gamificação, sempre busco trazer os alunos, introduzindo eles nos conteúdos. Na Gamificação apesar de não ser tão inovador, mas procuro fazer passa ou repassa, com perguntas jurídicas, karaokê jurídico, onde misturo perguntas e eles cantarem mesclado kkkk” (DOCENTE 5, 2021).</p>	Desafios
<p>“Sim, mas apenas nos cursos integrados, pois os alunos são todos menores de 16 anos, e a maioria só faz bagunça na aula. Entretanto, nos demais cursos em que ministro aula para adultos, não tenho nenhuma dificuldade, ao contrário, o tempo de aula se torna curto, pois os alunos são bem interessados e perguntam muito sobre questões de direito em casos concretos” (DOCENTE 8, 2021).</p>	

Fonte: Dados da pesquisa

Através das respostas, observamos que, devido não obter formação pedagógica específica na área, os docentes jurídicos enfrentaram dificuldades para lecionar, e assim, buscaram sanar suas limitações ao longo do tempo através de investimento em sua qualificação ou apoio pedagógico. O docente 8, evidencia alta habilidade técnica em trabalhar com andragogia, por ser um público que consegue realizar a conexão entre a teoria e a prática devido as bagagens e os objetivos definidos que possuem. Já em relação ao público adolescente do ensino médio, demonstrou a carência de conhecimentos pedagógicos e de metodologias e estratégias para lecionar. Demonstrando a importância de ampliar os conhecimentos didáticos para atrair a atenção e a efetivação do aprendizado ativo nesta faixa etária.

Ao serem indagados se consideram importante uma complementação pedagógica para atuar como docente, de forma positiva todos em unanimidade responderam que sim. O Docente 5 diz: “Inclusive a maioria dos docentes da graduação em Direito, carecem de experiência pedagógica”. O docente 8 ressaltou a importância da complementação no quesito de orientações quanto ao relacionamento docente e discente, e inovações metodológicas para sala de aula.

A fala dos professores ilustra o pensamento de Lopes (2013), em que, os operadores de direito não tiveram em sua formação nenhum tipo de qualificação pedagógica para atuarem como professores, isto porque, não há nenhuma faculdade que forme licenciados em direito, apenas bacharel, desta maneira, não há por parte

daqueles que vão para sala de aula o conhecimento didático para ministrar sobre leis. Levando muito tempo para que o professor que ministra conteúdos jurídicos vá adquirindo metodologias/estratégias de ensino ao longo das necessidades enfrentadas na prática pedagógica.

4.7 Histórias em quadrinhos

De acordo com Netto e Vergueiro (2018) existe um reconhecimento das Histórias em quadrinhos no ambiente escolar. A sua utilização pode tanto incitar saberes quanto difundi-los, além de possibilitar a comunicação docente e discente, as instruções sobre a prática educativa com este recurso na sala de aula são baseadas em experiências de docentes e na capacidade inovadora do próprio professor, que pode aplicar as histórias em quadrinhos conforme considera importante para o aprendizado, tendo a clareza de inserir outros recursos paralelos quando este não suprir as expectativas.

A vivência revela a versatilidade no ambiente educacional deste recurso educacional, podendo ser aporte metodológico nas aulas de artes, geografia, história, língua portuguesa, física, biologia, química e entre outros (NETTO; VERGUEIRO, 2018).

Costa e Rocha (2018) indicam para as aulas jurídicas a adoção das histórias em quadrinhos, reconhecendo que estas tratam-se de um instrumento pouco difundido no meio acadêmico, porém ressalta que é um recurso que proporciona a capacidade interpretativa e a criticidade dos educandos. Os mesmos autores destacam ainda que a presença das “charges” em questões do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes –ENADE, nos anos de 2006, 2009 e 2012, requer um pensar reflexivo, a aplicação de saberes estudados diante de situações contextualizadas através da ludicidade. Enfim, observamos a partir de tais relatos que o uso destes recursos no aprendizado jurídico pode tornar o conhecimento significativo aos alunos.

Ao indagar aos professores do Instituto se já utilizaram as histórias em quadrinhos como recurso metodológico para construção do conhecimento jurídico em sala de aula, apenas 25% dos profissionais responderam positivamente.

Quadro 5: Categoria para o tema “Adoção de Histórias em quadrinhos”

Questão 13: Em quais cursos e conteúdos lançaram mão das Histórias em Quadrinhos.	
Unidade de contexto	Categoria
“Através de cartilhas com quadrinhos/ilustrações sobre Direito Ambiental” (DOCENTE 6, 2021).	Adoção de Histórias em quadrinhos
“Uso muito histórias em quadrinhos na disciplina Noções de direito (introdução ao estudo do direito)” (DOCENTE 8, 2021).	
Questão 1. Entrevista: Como surgiu a ideia de usar os quadrinhos na sala de aula?	
“O direito é fazer-se compreender...,eu sempre fui claro e objetivo no seguinte sentido, eu preciso fazer-me entender, porque se eu não conseguir fazer com que os alunos me entendam, não me sinto bem na condição de professor, e para que eu consiga isso, eu sempre busquei trazer novas alternativas, tentando desmistificar, né..., quando você começa o curso, começa num processo desafiador, aí você tem que fazer os alunos entenderem...,eu me valia das cartilhas...as cartilhas são a transformação daquele raciocínio jurídico, numa linguagem popular...em alguns pontos que eu poderia forçar um pouco mais a mão, foi a partir dessa necessidade de tentar me fazer entender, que busquei esses recursos... não adianta nada eu ser regado a muito conhecimento, eu ter uma bagagem muito grande e o meu aluno não entender patavinas do que eu falo, aí eu tô no caminho errado, aí eu não sou um bom professor, eu ser um bom professor é fazer ele entender” (DOCENTE 6, 2021).	

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com as respostas dos docentes 6 e 8 (2021), é possível observar o reconhecimento da eficácia do uso das histórias em quadrinhos no processo de ensino.

O docente 6 (2021) aprofunda explicando o êxito obtido através do uso das cartilhas quadrinizadas, observamos assim, que as narrativas em forma de quadrinhos cumpre seu papel de atrair pelo seu formato quem lê sua mensagem, e tornar o conhecimento de fácil entendimento, atendendo todos os níveis educacionais, e no ramo jurídico desmitifica o conteúdo técnico e rebuscado da área de direito, porém, o uso das narrativas para o processo de ensino e aprendizagem se detém apenas com a aplicação delas aos alunos, faltando explorar a alternativa dos próprios alunos produzirem suas histórias em quadrinhos como estratégia de consolidação dos novos conhecimentos adquiridos. Pois, quando os discentes constroem suas próprias narrativas é possível desenvolver várias habilidades importantes na formação do

profissional no mundo do trabalho, como: comunicação entre os colegas, criatividade, conexão entre a teoria e a prática (BRANDÃO; SILVA, 2016).

Ainda referente a união das histórias em quadrinhos para transmissão de conhecimentos jurídicos, Takahashi (2018) relata um caso de sucesso, no qual um advogado usando os quadrinhos como recurso metodológico para tornar clara e de fácil compreensão a legislação de previdência complementar, aos seus clientes através de palestras ministradas a empresas, evidencia como resultado favorável a compreensão e o entendimento da mensagem num espaço de tempo menor do que se apenas tivesse usado o recurso textual tradicional, o pesquisador também relata que o advogado utilizou os quadrinhos em peças judiciais para elucidar melhor sua argumentação, sendo aceitas pelos juízes reconhecendo que o diferencial explicativo atingiu o objetivo e facilitou o entendimento dos fatos. O advogado reconhece que o uso isolado dos quadrinhos não teria os resultados alcançados, mas a integração da sua performance com os quadrinhos torna seu trabalho diferencial no mercado.

Saraiva (2001), a autora com a finalidade de popularizar e facilitar os estudos no campo do direito penal escreveu a obra *Direito Penal Ilustrado*, referente a parte geral dos artigos 1º ao 31 do código penal, usando da linguagem quadrinista para retratar situações cotidianas, a autora explorou tanto os recursos visuais quanto da escrita através de balões e legendas para explicar os principais dispositivos da lei, mostrando que é possível usar as histórias em quadrinhos para um aprendizado eficaz e sério, publicando no ano de 2010 o livro *Direito Civil Ilustrado* referente aos artigos 233 a 420 do código civil.

A utilização das histórias em quadrinhos dentro do ambiente educacional jurídico ainda não é algo popular, mas ao utilizar este instrumento como meio de construção de conhecimentos, ele se faz efetivo nesta proposta. Possibilitando uma estratégia diferenciada e atrativa ao docente com os seus discentes adultos, jovens e adolescentes, como já foi comprovado em outras formações.

4.8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com raízes profundas no ensino tradicional e uma formação que não prepara os profissionais jurídicos que desejam lecionar para a docência. O objetivo geral deste artigo foi conhecer o perfil profissional dos docentes da área de direito e que atendem

à demanda de ensino jurídico no IFAC, quais estratégias de ensino e aprendizagem conhecem e empregam em suas aulas, se o uso das histórias em quadrinhos é um recurso educacional empregado por eles em suas práticas de ensino.

Diante das respostas apresentadas no questionário, obteve-se como resultado que, 75% dos docentes jurídicos tiveram o primeiro contato com educação profissional e tecnológica ao serem efetivados na Rede Federal de ensino, devido à característica da sua formação, tiveram dificuldades e desafios para exercerem a carreira de professor, porém não se limitaram e buscaram aperfeiçoamento pedagógico através de pós-graduações lato sensu e stricto sensu, além da busca de conhecimentos pedagógicos e andragógicos de ensino, recorreram a orientações didáticas na própria Entidade educacional, 25% dos docentes possuem outra formação além do bacharel em direito, e o tempo de exercício da profissão varia entre 3 a 11 anos de experiência. Entre os professores, apenas o docente 1 (2021), afirmou não conhecer as metodologias ativas, os outros sete professores não só conhecem como também empregam em suas aulas, porém evidencia-se que ainda há necessidade de conhecer estratégias de ensino que atraiam os adolescentes do ensino médio para maior rendimento e aprendizagem ativos pelos educandos. Em relação ao uso das histórias em quadrinhos como recurso educacional, 25% empregam em suas aulas como estratégias de transmissão de conhecimento, tanto no formato de histórias em quadrinhos quanto no formato de cartilhas quadrinizadas, obtendo êxito em suas aplicações com os discentes, porém não realizam a produção de histórias em quadrinhos como estratégias de consolidação de novos conhecimentos adquiridos, o que pode ser empregado como uma estratégia inovadora para assimilação de conhecimento. Consideramos que, apesar de muitos professores jurídicos não terem tido nenhum tipo de capacitação pedagógica ao ingressar na rede federal para lecionar, isso não os limitou e nem os paralisou, mas foram em busca de suprir suas carências didáticas, podemos dizer que são profissionais do futuro atuando no presente.

4.9 REFERÊNCIAS

ALVES, Marcia Maria; TEIXEIRA, Oscar. Gamificação e objetos de aprendizagem: elementos da gamificação no design de objetos de aprendizagem. *In*: FADEL,

BRANDÃO, Jammilly Mikaela Fagundes; SILVA, Anielson Barbosa da. **Dando Asas à imaginação**: o Uso de Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Ensino no Curso de Hotelaria. *In*: Seminário da ANPTUR. **Anais** [...] 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3rFvD4u> Acessado em 02 de fev de 2021.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo/ Fausto Camargo, Thuinie Daros. Porto Alegre: Penso, 2018.

CAMPOS, Vinícius Batista; MACHADO, Claudinete Nunes. Segurança do trabalho e hq: associação pedagógica para ensino da NR 31. **Anais I CONIMAS e III CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3boEOyL>. Acessado em: 01 de fev de 2021.

COSTA, Bárbara Silva; ROCHA, Leonel Severo. **Educação jurídica e a formação de profissionais do futuro**/ Bárbara Silva Costa, Leonel Severo Rocha. -1. ed.- Curitiba: Appris, 2018. Edição Klinder.

DOCENTE 1. **Questionário**. Rio Branco (Acre), 31 mar. 2021.

DOCENTE 2. **Questionário**. Rio Branco (Acre), 25 mar. 2021.

DOCENTE 3. **Questionário**. Rio Branco (Acre), 25 mar. 2021.

DOCENTE 4. **Questionário**. Rio Branco (Acre), 25 mar. 2021.

DOCENTE 5. **Questionário**. Tarauacá (Acre), 17 mar. 2021.

DOCENTE 6. **Questionário e Entrevista**. Xapuri (Acre), 04 mai. 2021

DOCENTE 7. **Questionário**. Rio Branco (Acre), 14 abr. 2021.

DOCENTE 8. **Questionário**. Sena Madureira (Acre), 04 abr. 2021.

FADEL, Luciane Maria; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA, Claudia Regina; VANZIN, Tarcísio (orgs.). **Gamificação na educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014. 300p. Disponível em: <https://bit.ly/2ZufwN3>. Acessado em 30 de abril de 2021.

FILATRO, Andrea. Módulo 1_andragogia. Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Setembro, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3jQO7fr>. Acessado em: 29 de out de 2021.

Formação Docente para Professores de Direito. **Fundação Getúlio Vargas**. c2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BoofgV>. Acessado em 29 de out de 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** (Coleção Magistério- Série Formação do Professor). São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Eudes Martins. **A história do ensino jurídico no Brasil**. UNKNOWN, 2013. Edição Klinder.

LOPES, Renato Matos; FILHO, Moacelio Veranio Silva; ALVES, Neila Guimarães (orgs). **Aprendizagem baseada em problemas: fundamentos para a aplicação no ensino médio e na formação de professores/ Renato Matos Lopes, Moacelio Veranio Silva Filho, Neila Guimarães Alves (organizadores)**. - Rio de Janeiro: Publiki, 2019.198; ebook. Disponível em: <https://bit.ly/3bpjidl>. Acessado em 30 de abril de 2021.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. *In*: BACICH, Lilian; MORAN, José. (org.) **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. [Recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso,2018. Numeração irregular. Disponível em: <https://bit.ly/3BsBxt4>. Acessado em: 29 de jan de 2021.

NETTO, Raymundo; VERGUEIRO, Waldomiro. **Coleção Quadrinhos em Sala de Aula: estratégias, instrumentos e aplicações/coordenação de Raymundo Netto, Waldomiro Vergueiro; ilustrado por Cristiano Lopes-Fortaleza, CE:Fundação Demócrito Rocha,2018.**

NEVES, Pedro Dias Mangolini; RUBIRA, Felipe Gomes. Histórias em quadrinhos na geografia escolar. Comics in school geography. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 21 (2017), n.3, p. 118-129 ISSN: 2236-4994 Disponível em: <https://bit.ly/3nATwIA>. Acessado em: 02 de fev de 2021.

PACHECO, Elieser. **Fundamentos político-pedagógico dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. /Eliezer Pacheco. Natal: IFRN,2015. Disponível em: <https://bit.ly/3nKAY2i>. Acessado em: 26 de jan de 2021.

SANTOS, Taís Conceição dos; PEREIRA, Elienae Genésia Corrêa. Oficinas de Histórias em Quadrinhos como recurso pedagógico no ensino de ciências. *In*: **IX Congresso Internacional sobre investigación em didática de las ciencias, celebrado em Girona**, España del 9 al 12 de septiembre de 2013.página 3200-3204.Disponível em: <https://bit.ly/3Bt5ZmE>. Acessado em: 02 de fev de 2021.

SARAIVA, Denise Cardia. **Direito penal ilustrado: parte geral/volume 1: arts. 1º a 31 do CP/ Denise Cardia Saraiva**. Rio de Janeiro: Edições Ilustradas,2001.

SERRANO, Pablo Jiménez. **Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica: manual destinado à requalificação da atividade docente e da pesquisa nas**

universidades / Pablo Jiménez Serrano. Rio de Janeiro: Jurismestre, 2015. Edição Klinder.

SILVA, Micarlla Priscila Freitas da. **Histórias em quadrinhos em contexto matemático: uma proposta para o ensino de triângulos à luz da teoria dos registros de representação semiótica**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3GzfFzO>. Acessado em 02 de fev de 2021.

SILVA, Anielson Barbosa da; SANTOS, Gabriela Tavares dos; BISPO, Ana Carolina Kruta de Araújo. O uso de Histórias em Quadrinhos como Estratégia de Ensino e Aprendizagem de Alunos de Administração (The Comics as an Active Teaching Strategy in Learning of Management Undergraduate Student's). In: V Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade-V EnEPQ. **Conference** [...]. Volume 1. 15 de novembro de 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3w28TxQ>. Acessado em: 02 de fev. 2021.

TAKAHASHI, Thiago Seiji. Os quadrinhos no ensino jurídico dentro de empresas. *In*: Jornadas Internacionais de Histórias em quadrinhos, 5as., 2018, São Paulo, Brasil. **Anais**[...] São Paulo: 2018. Disponível em: <https://is.gd/CMURsz> Acessado em: 04 de fev de 2021.

TESTONI, Leonardo André; DE PAULA, Sílvia Maria. Aprendendo física com histórias em quadrinhos. **Integração**. 2013. Ano XIX, Nº65. p.122-126. Disponível em: <https://bit.ly/3q5Nva3>. Acessado em: 02 de fev. de 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro. O uso das HQs no ensino. *In*: **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula** / Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, Túlio Vilela, Ângela Rama, _____(orgs.). 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. – (Coleção Como usar na sala de aula). Posição 36 a 411. Edição do Kindle.

5 ARTIGO 4: AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL: HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM JURÍDICO: O TRIBUNAL DO JÚRI

5.1 RESUMO

O produto educacional “Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri” é uma sequência didática desenvolvida com a finalidade de trazer uma nova abordagem ao ensino e aprendizagem jurídico, em especial ao tema Tribunal do Júri. Através do uso da metodologia ativa *Storytelling* os alunos terão que criar narrativas que contemple todas as etapas da primeira fase do Tribunal do Júri com desfecho pré-determinado pelo docente, e produzir uma história em quadrinhos para a segunda fase. O objetivo deste artigo foi trazer ao leitor os resultados da avaliação do produto educacional elaborado a partir da pesquisa realizada no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, analisado por uma banca avaliadora constituída por oito docentes. A pesquisa se caracteriza de natureza básica, quanto aos procedimentos é descritiva, o questionário avaliativo foi desenvolvido na escala *Likert*, com questões divididas em quatro eixos temáticos, para análise dos dados foi utilizado o programa *RStudio*. O produto educacional foi aprovado pelos docentes avaliadores em todos os quatro eixos, destacando-se como instrumento inovador ao processo de ensino e aprendizagem jurídico no tema Tribunal do Júri.

Palavras-chaves: Tribunal do Júri; Sequência didática; Avaliação; RStudio.

5.2 INTRODUÇÃO

O *Storytelling* (ato de contar histórias) faz parte da natureza do ser humano, contamos as histórias que ocorrem no nosso dia a dia para as pessoas que fazem parte do ciclo de convivência, a propaganda narra uma história na finalidade de gerar identificação com o seu público-alvo e vender o seu produto, influenciadores digitais ganham seguidores e patrocínios em redes sociais contando histórias das suas rotinas diárias através de vídeos postados ou transmissão ao vivo, o programa Que história é Essa, Porchat? Faz do *Storytelling* o ponto central, através de narrativas reais contadas por famosos e anônimos, e interações diretas do apresentador Fábio Porchat.

Podemos visualizar o *Storytelling* sendo utilizado em filmes, novelas, seriados, histórias em quadrinhos, teatro, documentários. No ensino é um método ativo que pode ser utilizado como estratégia para facilitar o aprendizado, podendo ser

empregado de várias maneiras. Para o produto educacional escolheu-se trabalhar apenas em duas modalidades, a criação de um *Storytelling* contendo todas as etapas da primeira fase do Tribunal do Júri com desfechos diferentes pré-determinado pelo docente: pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição primária. E para o julgamento em plenária, a produção de uma história em quadrinhos pelos discentes sobre um caso penal trabalhado em classe julgado pelo júri.

As narrativas gráficas são um recurso educacional rico na sua estrutura e atratividade com os discentes, sendo popular entre as crianças, jovens ou adultos. Com o avanço tecnológico a acessibilidade as histórias em quadrinhos aumentaram, trazendo consigo várias possibilidades de formatos para o seu desenvolvimento.

As inúmeras maneiras de se construir histórias em quadrinhos possibilita que qualquer aluno independente dos recursos disponíveis, possa criar sua narrativa, aprimorar suas habilidades, ativar a criatividade, a capacidade de organização e se realizada em grupos desenvolve a comunicação e o relacionamento interpessoal.

As histórias em quadrinhos podem ser criadas através de uma folha de papel em branco, lápis ou caneta e a imaginação. Não há necessidade de saber desenhar como um profissional, é possível contar qualquer história com um desenho simples de uma bola e um sol conversando, por exemplo, ou mesmo os palitinhos em formato de homem e mulher. Para os alunos que são adeptos dos recursos tecnológicos existem inúmeros meios, desde aplicativos destinados para criação de histórias em quadrinhos que na língua inglesa é denominado *comics*, a formatos em que torna possível criar narrativas com a própria foto.

Através deste artigo temos como objetivo trazer ao leitor os resultados da avaliação do produto educacional elaborado a partir da pesquisa realizada no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para validação do produto educacional, foi realizado um questionário de avaliação na escala *Likert* com inspiração em Leite (2018) tanto nos eixos temáticos quanto nas perguntas elaboradas, resultando em um instrumento dividido em quatro eixos: 1. Quanto a estética e organização do produto educacional; 2. Quanto as etapas do produto educacional; 3. Propostas didáticas apresentadas no produto educacional; 4. Criticidade apresentada no produto educacional. Os três primeiros eixos com seis

perguntas cada e o último com quatro perguntas. Como orienta a escala, haviam cinco indicadores de resposta: 5 para excelente; 4 para muito bom; 3 para mediano; 2 para não muito bom; 1 para péssimo. A banca avaliadora foi constituída por oito docentes competentes: quatro professores do Instituto Federal do Acre (IFAC), dois da Universidade Federal do Acre (UFAC), um da Faculdade Pitágoras (FP) e um da Universidade de São Paulo (USP).

A análise dos dados foi realizada com o auxílio do *software Rstudio*, onde foi possível gerar gráficos e relatórios estatísticos. Antes de usar o programa foi necessário instalar o software R. Para a plotagem dos dados no software, utilizou-se o seguinte script para todos os eixos, alterando apenas as informações “dados_1” e “itens1”, conforme cada planilha era plotada:

```
#AJUSTE DOS DADOS
```

```
DADOS_1[, 2:7] <- lapply (DADOS_1[, 2:7], function(x) {factor (x,
                                levels = c ("1", "2", "3", "4", "5"),
                                labels = c ("PÉSSIMO", "NÃO MUITO BOM",
                                "MEDIANO", " MUITO BOM", "EXCELENTE"))})
```

```
names (DADOS_1) [2:7] <- paste (names (DADOS_1) [2:7], itens1$TEXTOS, sep="_")
```

```
#install. packages("likert")
```

```
library(likert)
```

```
lik <- likert (as.data. frame (DADOS_1[, 2:7]))
```

```
# Opção 1
```

```
plot (lik, wrap = 60, text. size=4) + theme (axis.text. y = element_text(size="10"))
```

```
# Opção 2
```

```
plot (lik, type = "heat", wrap = 60, text. size=4) + theme (axis.text. y =
element_text(size="10"))
```

Script criado por: fabiojanoni/analisesR disponível em:

<https://github.com/fabiojanoni/analisesR/blob/main/LIKERT.R>

Os softwares estão disponíveis para download em³ :

³ R: <https://cran.r-project.org/bin/windows/base/>

RStudio: <https://rstudio.com/products/rstudio/download/#download>

5.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O produto educacional foi criado com o objetivo de trazer uma nova abordagem ao ensino e aprendizagem jurídicos, em especial o tema Tribunal do Júri. De acordo com Oliveira e Castaman (2020a) a aplicação do *Storytelling* no espaço de ensino e aprendizagem podem favorecer a aprendizagem significativa, despertar a concentração quanto ao tema trabalhado, ativar a capacidade de criar, tornar possível a conexão entre várias áreas do saber simultaneamente, impulsionar o relacionamento entre as pessoas, ser relevante quanto a práxis profissional. As autoras ainda ressaltam que, o seu uso como estratégia de ensino na Educação Profissional e Tecnológica “privilegia o desenvolvimento do conceito de politecnia, uma vez que propõe a construção de histórias que envolvam conhecimentos e habilidades próprios da trajetória profissional” (OLIVEIRA; CASTAMAN, 2020b, p.29).

Camargo e Daros (2018) além de apontar o *Storytelling* como um método ativo de aprendizagem, explicam que a contação de histórias pode ser empregada de várias maneiras, entre elas, com a criação de histórias em quadrinhos pelos alunos através do uso de ferramentas tecnológicas.

Costa e Rocha (2018) no seu livro intitulado: *Educação Jurídica e a Formação de Profissionais do Futuro*, sugerem aos docentes a utilização do *Storytelling* nas aulas, pelo método propiciar o diálogo. E o emprego das histórias em quadrinhos, por favorecerem um aprendizado reflexivo.

As histórias em quadrinhos intitulada por Eisner (1989) como arte sequencial, por narrar a história em sequências de quadrinhos até o desfecho final. É semelhante ao processo da sequência didática, que o tema central é dividido em vários momentos sequenciais até o momento final da conclusão do tema estudado.

Em relação ao tema Tribunal do Júri, Oliveira (2015) relata que, na ordem jurídica, este tipo de julgamento é uma grande demonstração da soberania popular. Nele é julgado os crimes contra a vida do ser humano quando há dolo. Na Constituição Federal da República, está presente no artigo 5º, XXXVIII, tratado como direito e garantia individual. Quem decide se o réu é culpado ou inocente é o Conselho de

Sentença formado pelos jurados, pessoas que não tem relação com o ordenamento jurídico.

O Tribunal do Júri está dividido em duas fases, a primeira etapa denominada de juízo de acusação, apresenta os seguintes trâmites: “1. Oferecimento da denúncia ou queixa; 2. Recebimento da denúncia ou queixa; 3. Citação do acusado e apresentação de resposta escrita; 4. Réplica da acusação; 5. Audiência de instrução e alegações finais; 6. Decisão” BRASIL (2008a, p.01).

Na segunda fase intitulado juízo de causa, ocorre pelo fato de o caso ter sido pronunciado e possui o seguinte roteiro:

1. Instalação; 2. Escolha dos jurados; 3. Anúncio do processo/pregão;
4. Chamada das testemunhas; 5. Condução do réu ao plenário; 6. Sorteio jurados; 7. Oitiva das testemunhas; 8. Eventual leitura de peças; 9. Interrogatório do réu; 10. Debates entre a acusação e defesa; 11. Leitura dos quesitos; 12. Votação na sala secreta; 13. Sentença BRASIL (2008b, p.1-3).

Para a construção da sequência didática a abordagem adotada foi inspirada em Zabala (1998). Para o autor as sequências são:

“Um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos” ZABALA (1998, p.18).

A seguir a proposta apresentada pelo autor para aplicação em sala:

1.º momento: Exposição do docente aos discentes da temática da aula e em forma de problematização.

2.º momento: conversação entre os docentes e discentes, a finalidade é ouvir os discentes para sanar as indagações e problematizações expostas por eles.

3.º momento: Promoção de argumentos divergentes e mediação do docente entre os diversos pontos de vista.

4.º momento: Resolução final de acordo com tudo abordado em aula, o docente faz uma síntese.

5.º momento: fundamentação teórica de tudo que foi abordado em aula.

6.º momento: atividade de consolidação de conhecimento.

7.º momento: avaliação, teste.

8.º momento: Ciência dos alunos do resultado obtido.

Abaixo segue a estrutura que você encontrará a seguir desenvolvido para o processo de ensino e aprendizagem no ensino jurídico no tema: Tribunal do Júri:

1.º Momento: introdução ao tema Tribunal do Júri.

Objetivo: realizar conexão de conhecimentos prévios com novos conhecimentos.

2.º Momento: constituição da primeira fase do Tribunal do Júri.

Objetivo: compreender como é formado a primeira fase do Tribunal do Júri através do aprendizado ativo e participativo.

3.º Momento: explanação sobre a atividade de construção das histórias em quadrinhos com o tema Tribunal do Júri em sua segunda etapa.

Objetivo: compreender os elementos constitutivos das histórias em quadrinhos e descrever a atividade final.

4.º Momento: atividade extraclasse.

Objetivo: conhecer como ocorre um julgamento real em uma sessão do Tribunal do Júri.

5.º Momento: fundamentação teórica da segunda fase do Tribunal do Júri.

Objetivo: relacionar a prática com a teoria.

6.º Momento: produção das histórias em quadrinhos.

Objetivo: consolidar os conhecimentos adquiridos através da produção das histórias em quadrinhos.

7.º Momento: exposição da história em quadrinhos em classe e avaliação.

Objetivo: realizar a socialização da produção pelos alunos e a troca de experiências.

Na avaliação, conforme abordado por Zabala (1998), o docente poderá tanto se utilizar do recurso de exame quanto do desempenho de cada discente durante a execução da atividade, realizando uma mensuração integral de tudo que foi desenvolvido da sequência didática.

Para o processo de validação do produto educacional foi criado um instrumento de avaliação baseado em Leite (2018), a autora criou parâmetros avaliativos a serem aplicados em avaliações de produtos educacionais produzidos em mestrados profissionais que estão inseridos na área de ensino. Explicando que sua abordagem avaliativa não é absoluta, mas podem ser utilizados como orientadores para os fins destinados. Sua avaliação está dividida em seis eixos: 1. Estética e organização do

material educativo; 2. Capítulos do material educativo; 3. Estilo de escrita apresentado no material educativo; 4. Conteúdo apresentado no material educativo; 5. Propostas didáticas apresentadas no material educativo; 6. Criticidade apresentada no material educativo.

Com base na autora, para avaliação do produto educacional em questão, foram aplicados quatro eixos: 1. Quanto a estética e organização do produto educacional; 2. Quanto as etapas do produto educacional; 3. Propostas didáticas apresentadas no produto educacional; 4. Criticidade apresentada no produto educacional. Os três primeiros eixos com seis perguntas cada e o último com quatro perguntas. O método utilizado para mensurar a avaliação foi a escala de Likert, com cinco indicadores: 5 para excelente; 4 para muito bom; 3 para mediano (ponto neutro); 2 para não muito bom; 1 para péssimo. Conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1- Indicadores avaliativos

5	4	3	2	1
Excelente	Muito bom	Mediano	Não muito bom	Péssimo
Forte demonstração da atribuição analisada	Boa demonstração da atribuição analisada	Média demonstração da atribuição analisada	Pouca demonstração da atribuição analisada	Nenhuma demonstração da atribuição analisada

Para cada eixo também foi deixado um espaço para que o avaliador pudesse compartilhar elogios, considerações e sugestões. Pertinente a avaliação, vamos nos deter apenas ao questionário na escala de likert, que supre de maneira integral a necessidade de validação do produto educacional.

Quadro 2- Questionário referente ao eixo 1

1 Quanto a estética e organização do produto educacional:

- A** A linguagem visual está de acordo com a proposta do produto educacional?
- B** O produto educacional promoveu o diálogo entre a linguagem verbal e a linguagem visual?
- C** Apresentou quadrinhos atrativos e didáticos aos docentes?
- D** Apresentou um texto e escrita atrativa e de fácil compreensão aos docentes?
- E** Promoveu uma leitura dinâmica com informações técnicas conforme a proposta do produto educacional?
- F** O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o docente?

Quadro 3- Questionário referente ao eixo 2.

2 Quanto as etapas do produto educacional:

- A** Apresenta todas as etapas interligadas e coerentes deste a capa até última página?
- B** A introdução explica aos aspectos que embasam a escolha da temática disposta no produto educacional?
- C** A sequência didática apresenta um encadeamento lógico, claro, conciso e objetivo?
- D** Sugere uma postura de ensino que contribua com um ensino ativo e participativo a respeito da prática docente?
- E** As informações do produto possibilitam a aquisição de conhecimentos novos e relevantes ao ensino do Tema Histórias em quadrinhos e Tribunal do Júri?
- F** O instrumento promove o uso da dialogicidade para o desenvolvimento integral dos estudantes, possibilitando a ampliação das discussões sobre o assunto?

Quadro 4- Questionário referente ao eixo 3 e 4.

3 Propostas didáticas apresentadas no produto educacional

- A** A sequência didática pode ser adaptada para utilização em outros temas?
- B** A forma de apresentar os conteúdos programáticos foi claro e de fácil compreensão?
- C** O produto educacional é didático e possível de execução?
- D** As propostas didáticas podem contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes?
- E** Atividades são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem no leitor?
- F** O material disponibilizado para compreensão da linguagem quadrinista e a revista em quadrinhos do Ministério Público suprem as expectativas esperadas para realização das atividades?

4 Criticidade apresentada no produto educacional

- A** Reforça a necessidade de utilização de metodologias dialógicas e ativas de ensino na educação atual?
- B** A proposta do produto educacional é inovadora?
- C** Colabora com a relação teoria e prática no decorrer das atividades?
- D** Consolida o conhecimento técnico e ativa a criatividade e as habilidades interpessoais nos alunos?

Para o eixo 1: Quadro 5 - **Quanto a estética e organização do produto educacional**, obteve-se a seguinte avaliação:



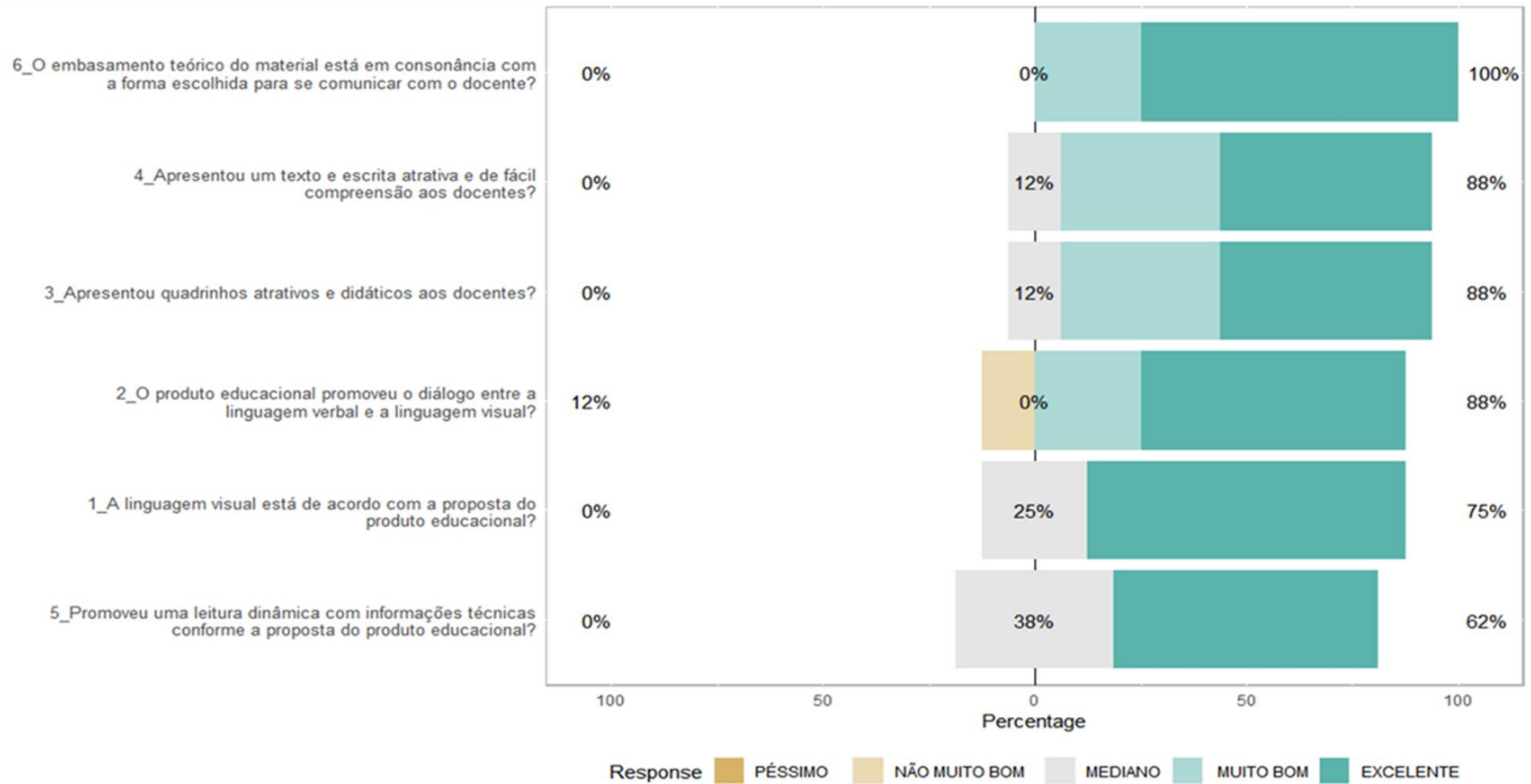
Através deste quadro de calor, no qual as cores se intensificam à medida que as respostas ficam mais próximas de 100%, a esquerda tem-se a média, em que podemos verificar a proximidade de qual indicador a resposta ficou no geral, e o desvio padrão, para analisarmos como estão distribuídas as respostas em torno da média.

O quadro está em total conformidade com os professores adjuntos da “*West Virginia University*” Jr e Boone (2012) que explicam em seu artigo intitulado: “Analisando Dados *Likert*” que para análise de dados na escala *Likert* deve-se utilizar: “a média para tendência central e desvios padrão para variabilidade” (JR; BOONE 2012, p. 4). No quadro em questão, visualizamos que 75% dos avaliadores consideraram o produto educacional excelente nas perguntas de n.º 1 referente a linguagem visual e n.º 6 embasamento teórico; 38% considerou mediano na questão n.º 5 em relação a leitura dinâmica com informações técnicas; e apenas 12% considerou o produto não muito bom no quesito n.º 2 em relação ao diálogo entre a linguagem verbal e linguagem visual.

A maior média foi de 4.75 com o menor desvio padrão de 0.46 no item n.º 6, a menor média foi de 4.25 no ponto n.º 5 e o maior desvio padrão de 1.06 foi na pergunta n.º 2.

De acordo com o do gráfico 1 abaixo, podemos concluir que, no quesito estética e organização do produto educacional (eixo 1), ele foi aprovado.

Gráfico 1 - Quanto a estética e organização do produto educacional

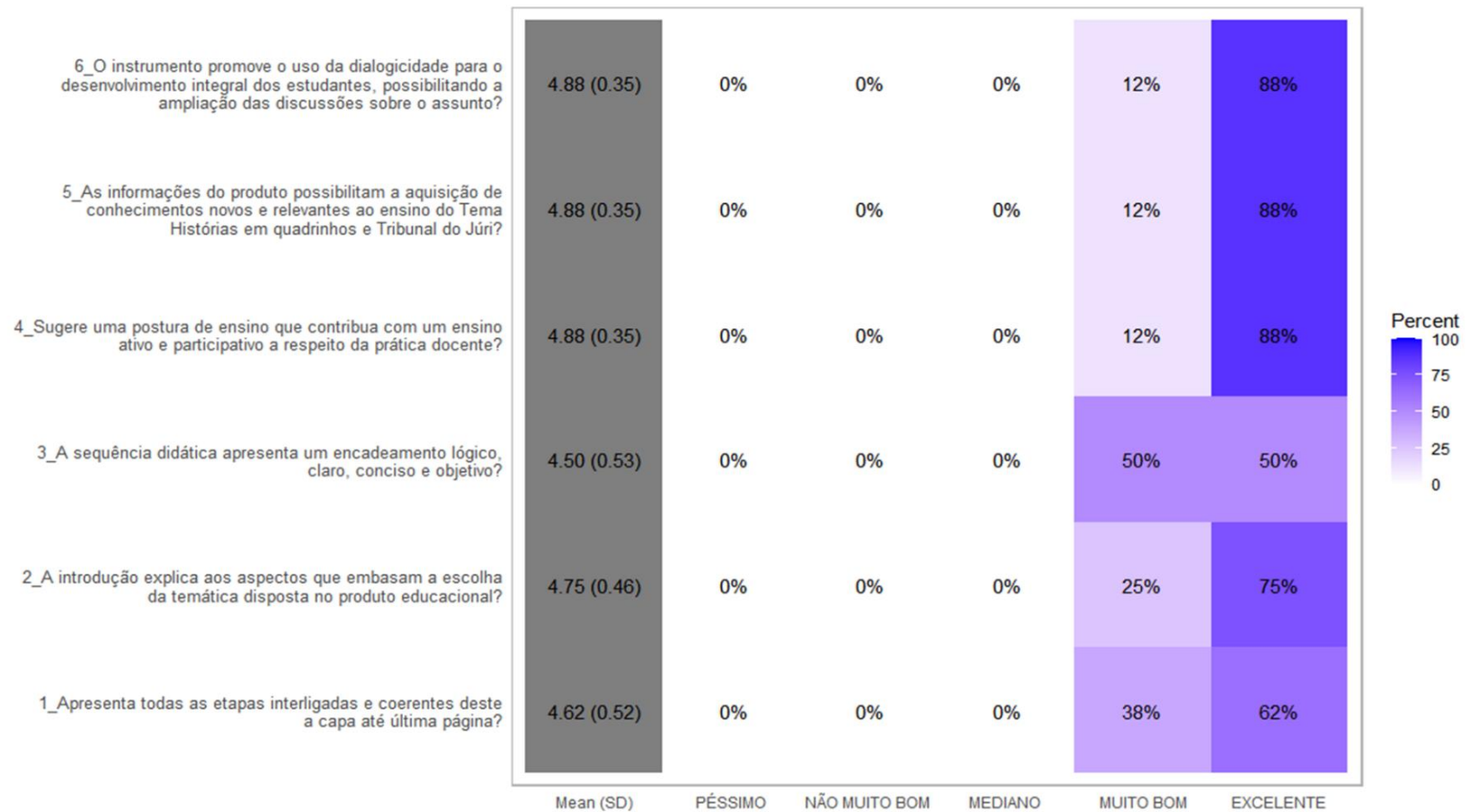


Os resultados finais estão na seguinte disposição: o ponto zero equivale ao indicador mediano, que é um ponto neutro entre as avaliações muito bom e excelente e os indicadores péssimo e não muito bom.

No gráfico ocorre a direita o somatório entre os indicadores muito bom e excelente, o percentual da avaliação mediana no eixo central, e a esquerda o somatório dos indicadores péssimo e não muito bom. Para que o resultado seja considerado reprovado, o somatório péssimo e não muito bom, terão que superar as porcentagens do mediano e do somatório muito bom e excelente.

Podemos observar que, 100% dos avaliadores concluíram que o embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o docente. Destes, 88% consideraram que o produto educacional: promoveu o diálogo entre a linguagem verbal e a linguagem visual; apresentou quadrinhos atrativos e didáticos aos docentes; e um texto e escrita atrativa e de fácil compreensão aos docentes. E 75% julgaram que a linguagem visual está de acordo com a proposta do produto educacional.

Ao o eixo 2: Quadro 6- **Quanto as etapas do produto educacional**, podemos verificar de acordo com o quadro de calor:

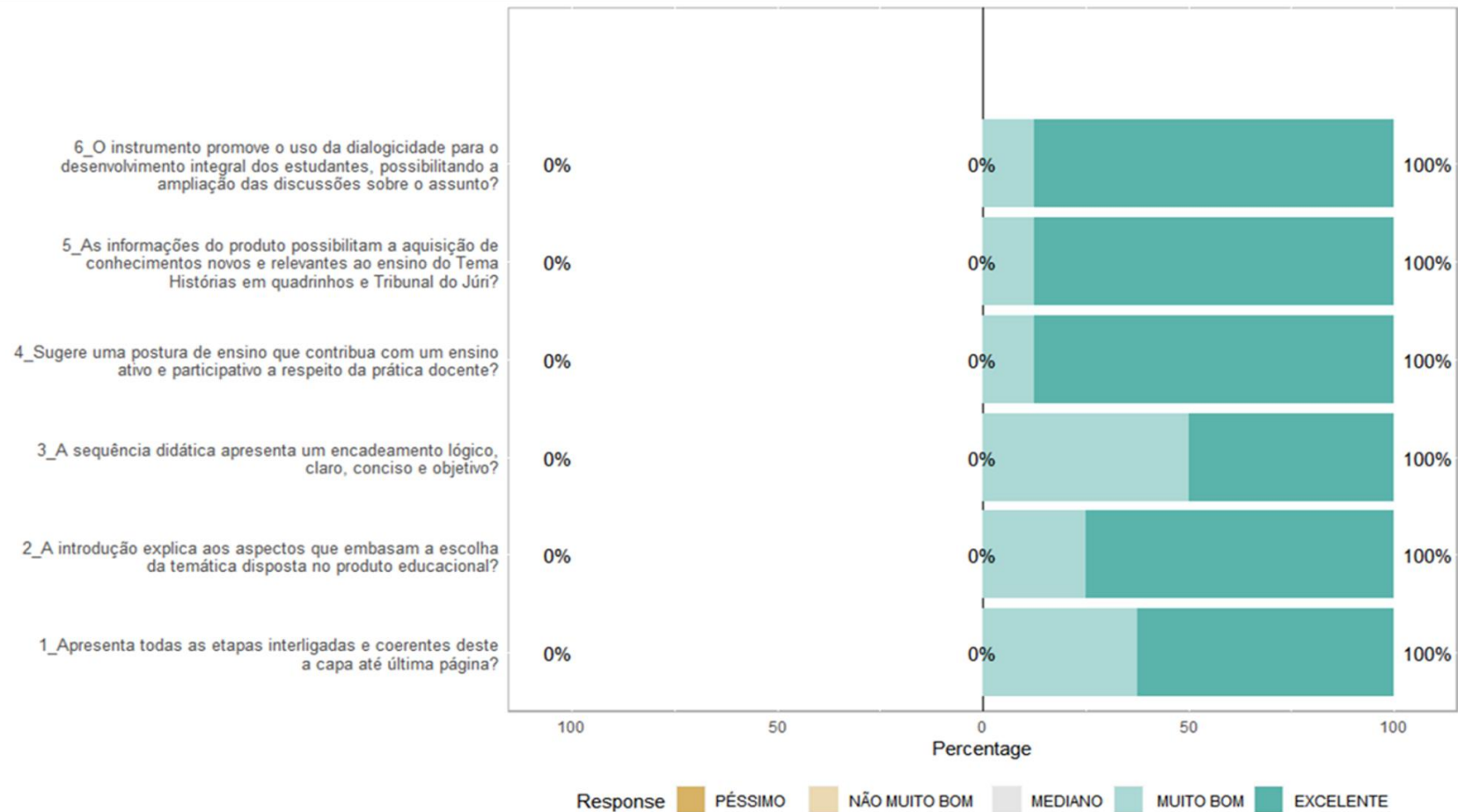


O produto educacional teve uma alta avaliação de 88% no indicador excelente, seguido da maior média 4.88, e o menor desvio padrão 0.35, referente aos seguintes pontos: promover o uso da dialogicidade para o desenvolvimento integral dos estudantes, possibilitando a ampliação das discussões sobre o assunto (n.º 6); as informações do produto possibilitam a aquisição de conhecimentos novos e relevantes ao ensino do Tema Histórias em quadrinhos e Tribunal do Júri (n.º 5); sugere uma postura de ensino que contribua com um ensino ativo e participativo a respeito da prática docente (n.º 4).

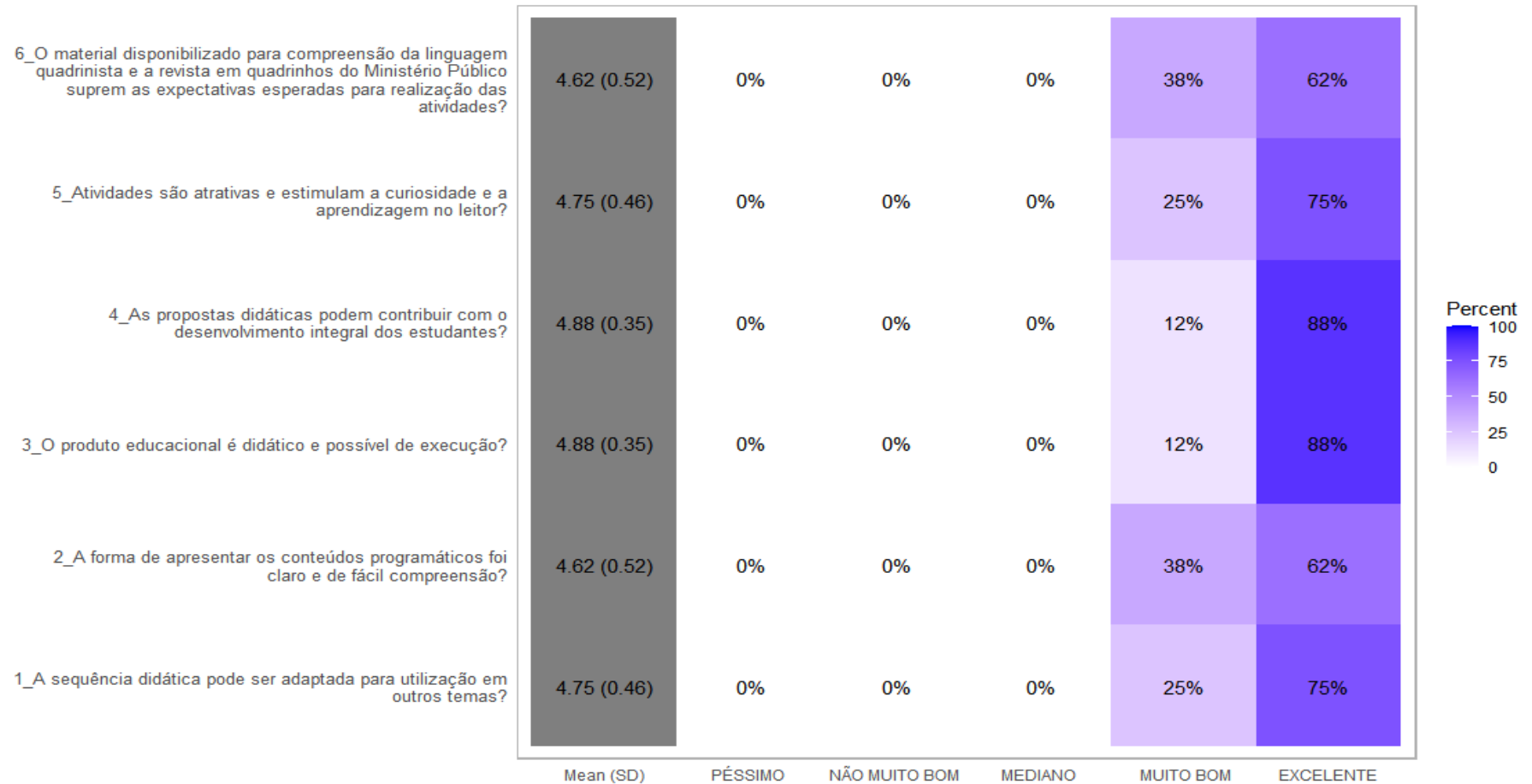
Concernente ao item 3 que faz a seguinte pergunta :a sequência didática apresenta um encadeamento lógico, claro, conciso e objetivo? 50% responderam excelente e 50% muito bom, tendo a menor média de 4.50 e o maior desvio padrão de 0.53, no comparativo com as outras questões.

O resultado final da avaliação ao eixo 2, relativo as etapas do produto educacional, foi aprovado com percentual de 100% no somatório dos indicadores muito bom e excelente, em todos os 6 itens analisados. Como demonstra o gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Quanto as etapas do produto educacional



Quanto ao eixo 3: Quadro 7 - **Propostas didáticas apresentadas no produto educacional**, o quadro de calor apresenta os seguintes resultados:



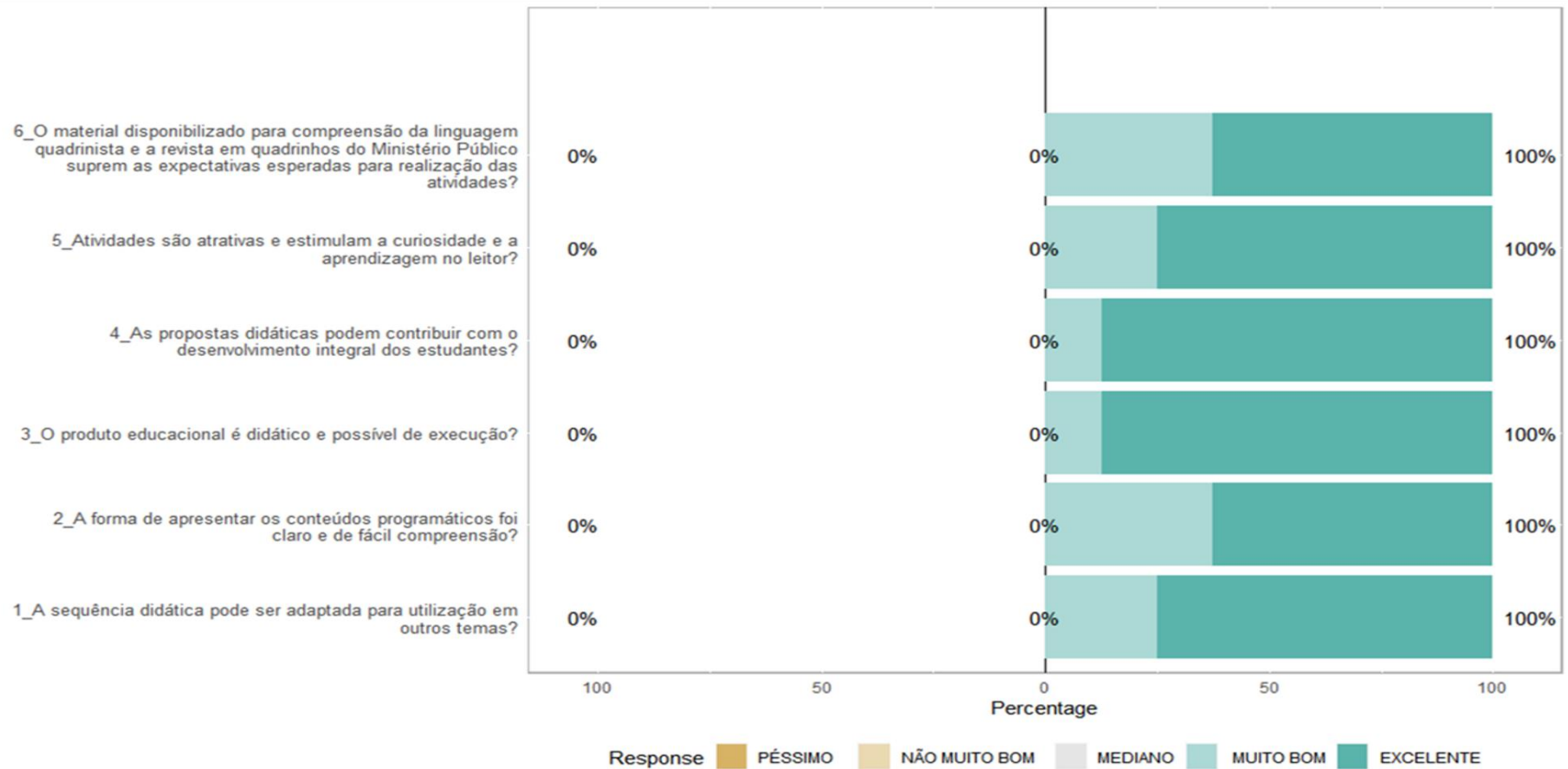
Para o item n.º 3: O produto educacional é didático e possível de execução? 88% avaliaram como excelente e 12% muito bom. Validando assim, a didática e sua possibilidade de execução.

Quanto a questão n.º 4: As propostas didáticas podem contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes? Também 88% avaliaram como excelente e 12% muito bom. Demonstrando que o produto com as estratégias apresentadas poderá contribuir com uma formação integral dos alunos.

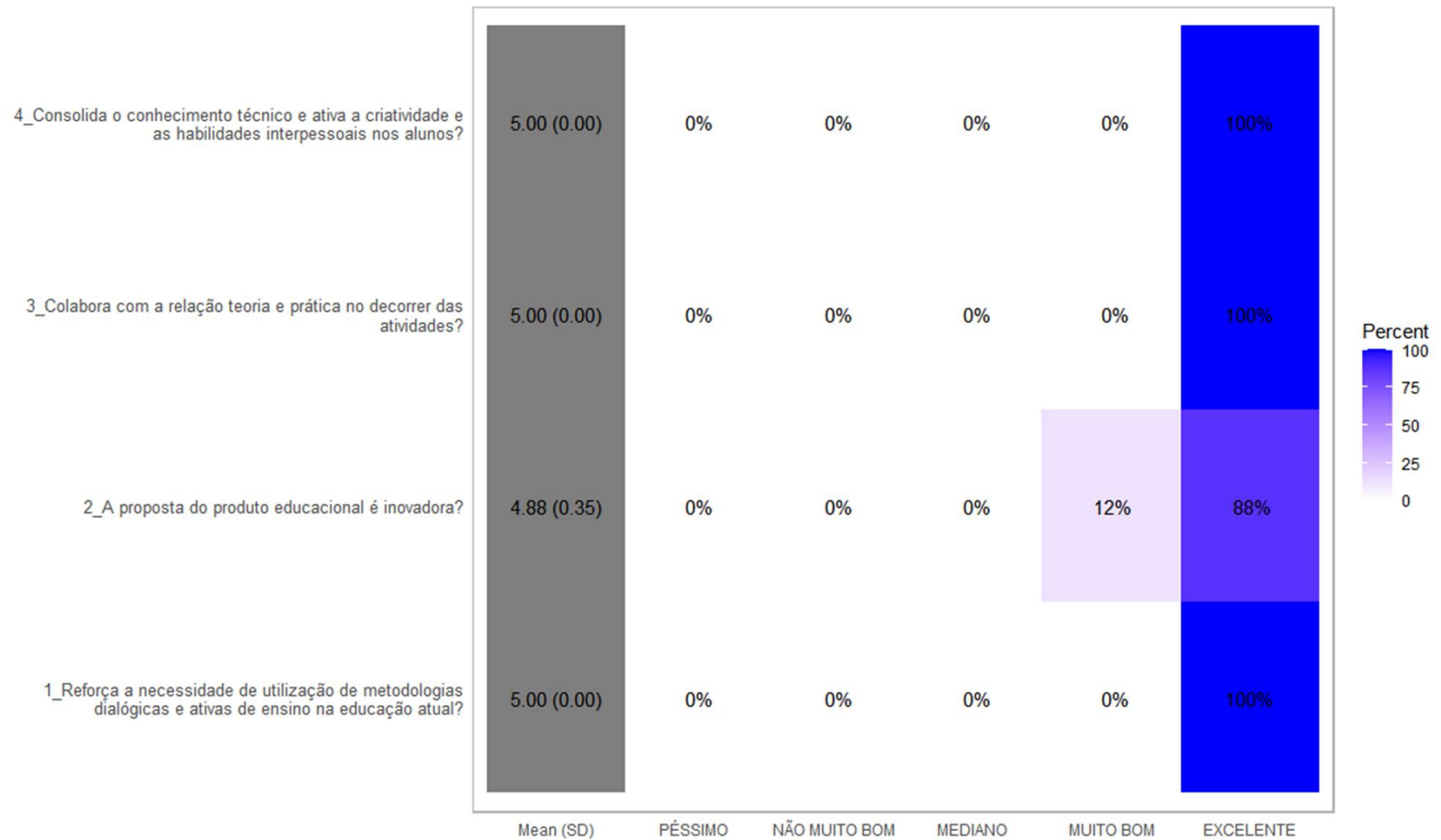
A média apresenta o mesmo valor para ambos de 4.88 com o menor desvio padrão de 0.35. Os itens n.º 1 a sequência didática pode ser adaptada para utilização em outros temas? e n.º 5 as atividades são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem no leitor? Receberam a mesma avaliação: 75% aferiram excelente e 25% muito bom. Os resultados demonstram a versatilidade do produto educacional.

O gráfico 3 abaixo, mostra a validação do eixo 3, pertinente as propostas didáticas apresentadas no produto educacional, em que todos os seis itens, obtiveram 100% de aprovação nos quesitos abordados e importantes para a proposta didática.

Gráfico 3-Propostas didáticas apresentadas no produto educacional



Eixo final, n.º 4. Quadro 8- a criticidade apresentada no produto educacional:

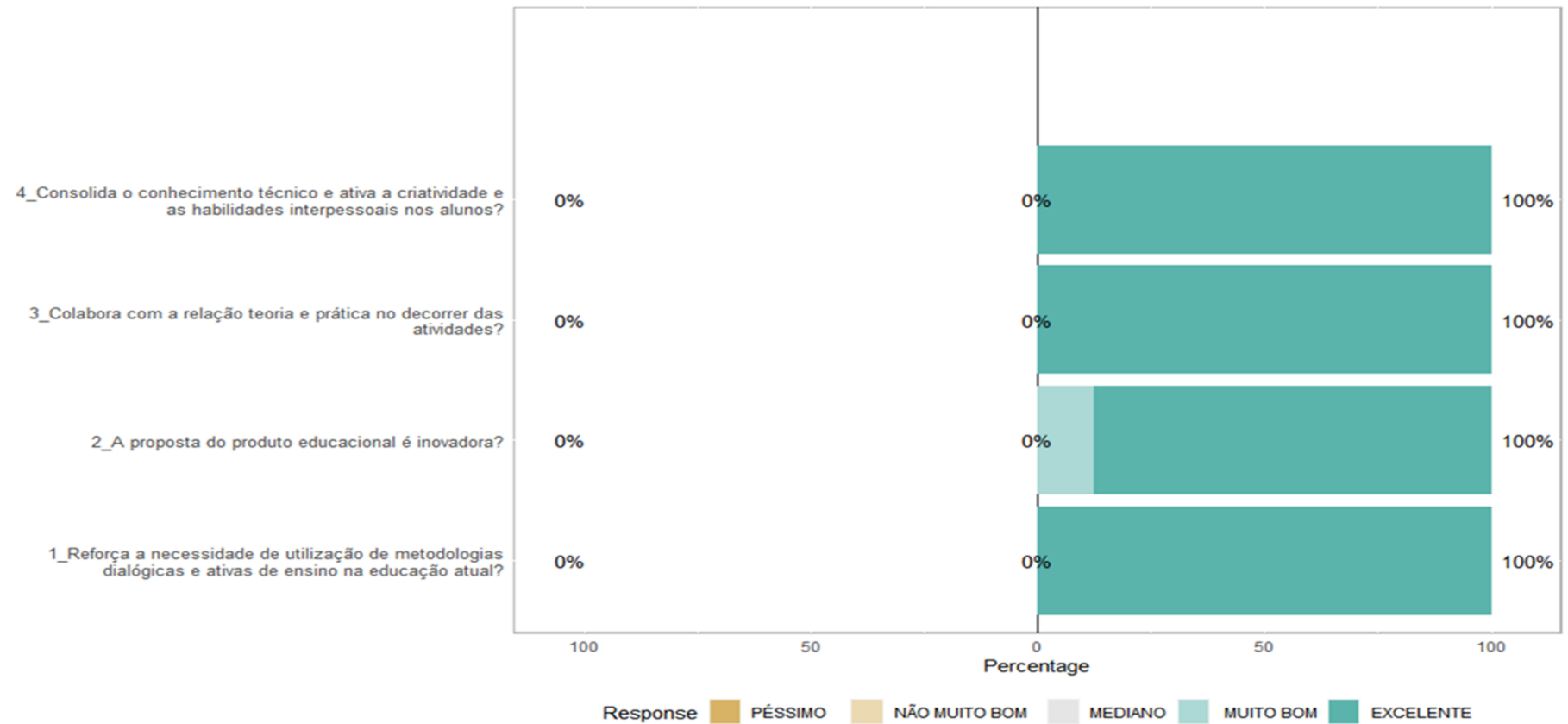


Podemos visualizar que o produto educacional recebeu altíssima avaliação em todos os seus quatro pontos inqueridos. Nas questões: n.º 4. Consolida o conhecimento técnico e ativa a criatividade e as habilidades interpessoais nos alunos? N.º 3. Colabora com a relação teoria e prática no decorrer das atividades? E, n.º 1. Reforça a necessidade de utilização de metodologias dialógicas e ativas de ensino na educação atual? 100% inferiram como excelente, obtendo média 5 e desvio padrão 0.00.

Quanto ao ponto n.º 2 em que faz o seguinte questionamento: a proposta do produto educacional é inovadora? 88% assentiram como excelente, ou seja, há forte demonstração da atribuição analisada e 12% como muito bom., que é, boa demonstração da atribuição analisada.

No gráfico 4 abaixo, teremos o resultado final em relação ao eixo analisado em questão.

Gráfico 4- A criticidade apresentada no produto educacional



Em relação ao eixo final, quanto a criticidade apresentada no produto educacional, este foi avaliado com 100% de aprovação. Podemos concluir que, através do resultado apresentado nos quatro eixos, o produto está apto para ser utilizado para o ensino no Instituto Federal do Acre, no curso técnico em serviços jurídicos, e nas salas de aulas do Brasil, contribuindo para uma nova perspectiva em ministrar o conteúdo e na formação integral e protagonista dos alunos.

5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Storytelling* (o ato de narrar histórias) faz parte da essência do ser humano, as histórias contadas atraem a atenção de quem ouve ou ler independente do formato em que é transmitida a narrativa: filmes, documentários, histórias em quadrinhos, teatro, através de um diálogo entre amigos.

Para o produto educacional “Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri”, escolheu-se trabalhar o tema na primeira fase com a criação de um *Storytelling*. E para o julgamento em plenária pelo júri, a produção de uma história em quadrinhos pelos discentes.

O objetivo deste artigo foi de trazer ao leitor os resultados obtidos da avaliação do produto educacional realizado pela banca de oito docentes dos quatro eixos temático questionados em escala *Likert*.

Para o primeiro eixo: Quanto a estética e organização do produto educacional, em todos os seis pontos questionados pertinentes ao tema em questão, o resultado foi de aprovação, com percentuais variando em 100% e 62% para o somatório das respostas “muito bom” e “excelente”, para o “mediano” variaram entre 38% e 12% e apenas 12% para “não muito bom”.

Referente ao eixo 2: Quanto as etapas do produto educacional; eixo 3: Propostas didáticas apresentadas no produto educacional; e eixo 4: criticidade apresentada no produto educacional. Todos foram aprovados com percentual de 100% para o somatório das respostas “muito bom” e “excelente” em todos os pontos questionados.

Consideramos que, o produto apresenta uma abordagem inovadora para o ensino jurídico em que o aluno poderá ter uma formação omnilateral desenvolvendo várias habilidades simultaneamente na conexão entre a teoria e a prática.

5.6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT. Roteiro do Tribunal do Júri. **Antes do Julgamento**. Procedimento do Tribunal do Júri, artigos 406 a 497, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008a. Disponível em: <https://bit.ly/3pwaavQ>. Acessado em 18 de mai de 2021.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios-TJDFT. Roteiro do Tribunal do Júri. **Dia Julgamento**. Procedimento do Tribunal do Júri, Lei nº 11.689, de 09 de junho de 2008b. Disponível em: <https://bit.ly/3C7SJFh>. Acessado em 18 de mai de 2021.

COSTA, B.S.; ROCHA, L.S. **Educação jurídica e a formação de profissionais do futuro**/ Bárbara Silva Costa, Leonel Severo Rocha. -1. ed.-Curitiba: Appris,2018. Edição Klinder.

EISNER, W. **Quadrinhos e arte sequencial**. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes,1989.

JR, H. N. B; BOONE, D. A. Analyzing Likert Data. **The Journal of Extension (JOE)**. Volume 50. Number 2. April 2012. Article Number 2TOT2. West Virginia University. Morgantown, West Virginia. Disponível em: <https://bit.ly/3m6vp59>. Acessado em: 18 de out de 2021.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. **Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino**: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. Atas - Investigação Qualitativa em Educação, v. 1, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3vBmUSG>. Acessado em: 28 jul. 2021.

OLIVEIRA, D. d. S. L.; CASTAMAN, A.S. **Guia para uso do Storytelling em espaços educacionais na Educação Profissional e Tecnológica**. -Porto Alegre:2020a. Disponível em: <https://bit.ly/2Zyc4BB>. Acessado em: 28 de out de 2021.

OLIVEIRA, D. d. S. L.; CASTAMAN, A.S. **Storytelling como estratégia de ensino no contexto da educação profissional e tecnológica**. -Porto Alegre: 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3pln8Xo>. Acessado em: 28 de out de 2021.

OLIVEIRA, R.P.d. **Visão crítica acerca do tribunal do júri**: a problemática dos jurados e a possibilidade de renúncia ao julgamento pelo conselho de sentença. Monografia. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Sociais e Humanas, 2015, Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/2XICLCE>. Acessado em 18 de abr de 2021.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar/Antoni Zabala; trad. Ernani F. da F. Rosa-Porto Alegre: ArtMed,1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Storytelling é um método de ensino e aprendizagem ativo no qual, através da sua aplicação no espaço de ensino e aprendizagem os discentes poderão de maneira simultânea e prazerosa desenvolver sua potencialidade e amplas capacidades, não se restringindo a formação técnica, desenvolvendo habilidades de comunicação, criação e imaginação

Ao consultar a literatura sobre os benefícios do uso das histórias em quadrinhos na sala de aula, Vergueiro (2014) explica que, o uso das histórias em quadrinhos no ambiente escolar promove o interesse dos alunos pelos assuntos abordados, desenvolve a criticidade, pois seu formato une texto e figuras tornando a mensagem de fácil entendimento, no seu universo há uma diversidade de temas que podem facilmente serem aplicados e discutidos pelo docente com os alunos, além de ser um excelente recurso para incentivar a leitura e de ativação da capacidade imaginativa e do raciocínio lógico, não existindo limitação de nível escolar para sua aplicação.

E, em relação à Educação Profissional, Pacheco (2010) expõe que, a formação profissionalizante não se restringe apenas a questão tecnicista, mas engloba a formação humana em sua amplitude para todas as questões que envolve o mundo trabalhista, subjugando estereótipos de que a pessoa que trabalha em atividades “formais” ou “tradicionais” não possa também ser concomitante um pensador, cantor, desenhista, dançarino, interprete, ator, pintor e outros. Este autor ainda ressalta que, o uso da arte deve ser encorajado nos espaços de ensino e aprendizagem na formação dos novos profissionais.

Sobre as características da formação dos docentes jurídicos, Lopes (2013) explica que os operadores de direito não tiveram em sua formação nenhum tipo de qualificação pedagógica para atuarem como professores, isto porque, não há nenhuma faculdade que forme licenciados em direito, apenas bacharel, desta maneira, não há por parte daqueles que vão para sala de aula o conhecimento didático para ministrar sobre leis. Levando muito tempo para que o professor que ministra conteúdos jurídicos vá adquirindo metodologias/estratégias de ensino ao longo das necessidades enfrentadas na prática pedagógica.

Na perspectiva de auxiliar os docentes jurídicos e inovar neste ambiente de aprendizagem, proporcionando uma formação omnilateral, ou seja, formação do

indivíduo em sua totalidade, o produto educacional “Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri” em formato de sequência didática, desenvolvida a partir de várias atividades interligadas. Visou em sua estrutura despertar o protagonismo, bem como ativar as amplas capacidades dos alunos, consolidando seus conhecimentos ao construir uma narrativa em quadrinhos sobre as etapas que constituem uma sessão de julgamento no Tribunal do Júri de um caso penal trabalhado pelo docente em classe. objetivando assim, promover nas aulas de ensino jurídico referente ao tema Tribunal do Júri os benefícios apontados por Vergueiro (2014) referente ao uso das Histórias em quadrinhos. Ao mesmo tempo que ao desenvolver as atividades sequenciadas os alunos têm a oportunidade de ampliar todas as questões que envolve o mundo do trabalho como destaca Pacheco (2010).

A expectativa é que através dos resultados desta pesquisa uma nova abordagem de ensino jurídico seja cada vez mais explorada nas salas de aula do Brasil e vários alunos beneficiados em suas formações profissionais.

REFERÊNCIAS

LOPES, Eudes Martins. **A história do ensino jurídico no Brasil**. UNKNOWN, 2013. Edição Klinder.

PACHECO, E.M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010. Disponível em: <http://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1013>. Acesso em: 12 de set de 2021.

VERGUEIRO, W. O uso das HQs no ensino. *In: Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* / Alexandre Barbosa, Paulo Ramos, Túlio Vilela, Ângela Rama, _____ (orgs.). 4. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014. – (Coleção Como usar na sala de aula). Posição 36 a 411. Edição do Kindle.

1 APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA DOCENTE E QUESTIONÁRIO

Prezado(a)

O presente questionário tem como objetivo levantar algumas informações para a Pesquisa de mestrado de Mayara dos Santos Santiago, aluna do programa de mestrado profissional PROFEPT do Instituto de Educação, Ciências e Tecnologia do Acre – IFAC. Os dados serão coletados de forma anônima, isto é, não é necessária à sua identificação. Dessa forma, pedimos que fiquem completamente à vontade para responder as perguntas abaixo descritas de acordo com a realidade do que foi vivenciado.

Você está sendo convidado(a) a participar desta pesquisa sobre o uso de Histórias em Quadrinhos como aporte metodológico no processo de ensino e aprendizagem do tribunal do Júri. Para responder às perguntas é importante que você leia com atenção o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) abaixo e, caso esteja de acordo, prossiga com o questionário.

*Obrigatório

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você/Sr./Sra. está sendo convidado(a) a QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS COM OS DOCENTES participar da pesquisa intitulada “Histórias em Quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem do tribunal do júri”. Meu nome é Mayara dos Santos Santiago, sou aluna do Mestrado PROFEPT/IFAC, Campus Rio Branco, turma 2019. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Da mesma forma, você, participante, pode revogar o consentimento em qualquer fase desta pesquisa, sem penalização e sem prejuízo. Caso aceite participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, por meio do e-mail Mayara.santiago25@gmail.com ou sob forma de ligação telefônica, através do número (68) 9 9218-6008.

O principal objetivo deste trabalho é: Analisar o uso das histórias em quadrinhos como recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem do tribunal do júri no curso

de Técnico de Serviços Jurídicos no Instituto Federal do Acre. A sua participação na pesquisa constará em responder este questionário que abrange 14 perguntas, distribuídas entre questões abertas e fechadas, sendo as primeiras 04 questões relacionadas a informações pessoais, 10 questões relacionadas sobre sua prática acadêmica e profissional [...].

Ao assinar este documento, você está disposto(a) a participar deste questionário. Ainda compreende que só fará parte da pesquisa se você desejar. O estudo será suspenso ou encerrado em caso de impossibilidade dos pesquisadores, por motivos graves, como doença, e/ou no caso da escola, se assim o desejarem.

RISCOS: Quanto a confidencialidade, é importante frisar que todos os dados pessoais coletados serão mantidos sob guarda pessoal e sigilo total da pesquisadora e sua orientadora e, sob hipótese alguma, deverão expor os entrevistados, preservando assim a integridade moral dos pesquisados e a ética da pesquisa.

BENEFÍCIOS: Os dados desta pesquisa contribuirão para identificação dos recursos metodológicos utilizados em sala de aula no ensino jurídico.

A sua participação **NÃO** envolverá qualquer gasto, pois os pesquisadores providenciarão todos os materiais necessários, e, portanto, não haverá ressarcimento de despesas. Está garantida a indenização em casos de eventuais danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo e assinale a caixa de marcação correspondente. Caso necessite da versão impressa do TCLE, favor entrar em contato com a pesquisadora através dos contatos acima apresentados.

Após leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acima e, caso esteja de acordo com o que foi apresentado, marque a opção abaixo:

Li e concordo com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa “Histórias em Quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem do tribunal do júri”.

Sim

Qual seu nome completo?

Idade?

2. Nível de escolaridade quando iniciou a dar aulas no ensino Jurídico? Somente graduação, especialização, mestrado ou doutorado.

Resposta:

3. Além da formação em direito, tem alguma complementação pedagógica? Qual?

Resposta:

4. Em quantos e quais cursos já lecionou matérias jurídicas?

Resposta:

5. Quais ou qual disciplina(s) você tem maior identificação pessoal ao lecionar

Resposta:

6. Quais disciplinas jurídicas você leciona?

Resposta:

7. Quantos anos atua como docente em direito?

Resposta:

8. Você já tinha trabalhado com Educação Profissional e Tecnológica antes da sua atuação no IFAC?

Resposta:

9. Você participou de alguma formação para atuar como docente jurídico?

Resposta:

10. Você tem conhecimento de metodologias ativas no emprego do processo de ensino e aprendizagem dos alunos? Exemplo: *Gamificação*, *Peer to peer*, Aprendizagem baseada em problemas, *Storytelling*.

Resposta:

SIM ()

NÃO ()

Quais? Caso a resposta seja positiva

Resposta:

11. Quais estratégias de ensino que mais utiliza para trabalhar nas aulas?

Resposta:

12. Você considera que essas estratégias são eficientes do ponto de vista da aprendizagem e do envolvimento dos alunos?

Resposta:

Em caso positivo, em quais cursos e conteúdos lançou mão das Histórias em Quadrinhos.

Resposta:

14. Você considera importante uma complementação pedagógica para atuar como docente?

Resposta:


15. Enfrenta alguma dificuldade pedagógica no ensino de direito? Em caso positivo, quais?

Resposta:

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Como surgiu a ideia de usar os quadrinhos na sala de aula? Há quanto tempo faz uso deste recurso educacional?
2. Qual é o método usado para aplicação das HQS com os alunos?
3. Você observa que as HQs trazem maiores benefícios na estratégia de ensino e aprendizagem em sala? Quais os resultados que mais chamou a sua atenção.
4. Qual é a percepção dos alunos ao utilizar este recurso educacional?
5. Já utilizou as HQs com o suporte de outras mídias (música, filmes, notícias) ou metodologias ativas como a baseada em problemas, peer to peer, gamificação.
6. Qual seu ponto de vista na utilização deste recurso educacional, como criação de histórias jurídicas em quadrinhos pelos alunos em sala de aula com a finalidade de consolidação de conhecimentos.

APÊNDICE C- AVALIAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL

	<p>Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica</p>
---	---

Oi,

Estamos na fase final da nossa pesquisa com o título: “Histórias em quadrinhos no processo de ensino e aprendizagem jurídico: o Tribunal do Júri”, estudo que deu origem a uma sequência didática como o produto educacional com a mesma nomenclatura do título da pesquisa.

O produto educacional foi pensado para auxiliar os docentes jurídicos que ministram suas aulas no curso técnico em serviços jurídicos do Instituto Federal do Acre, Campus Rio Branco, no referido tema abordado. Como parte da finalização do produto educacional, é importante que o produto seja validado por profissionais selecionados, que possam mediante o instrumento avaliador colaborar para a finalização do produto educacional.

Abaixo, você encontrará o instrumento que apresenta os mais diversos pontos a serem analisados.

Quanto a confidencialidade, é importante frisar que todos os dados pessoais coletados serão mantidos sob guarda pessoal e total sigilo do pesquisador não devendo, sob hipótese alguma, expor os colaboradores, preservando assim sua integridade moral, agindo sempre à luz de um comportamento ético e responsável na pesquisa.

Portanto, após prévia disponibilização do produto educacional, segue o instrumento avaliativo que se encontra estruturado a partir do agrupamento de eixos com critérios específicos, destinados às suas contribuições.

Aproveito a oportunidade para agradecer a disposição, o tempo e os conhecimentos empregados para realizar a validação do produto educacional. Gratidão!

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL

5	4	3	2	1
Excelente	Muito bom	Mediano	Não muito bom	Péssimo
Forte demonstração da atribuição analisada	Boa demonstração da atribuição analisada	Média demonstração da atribuição analisada	Pouca demonstração da atribuição analisada	Nenhuma demonstração da atribuição analisada

1	Quanto a estética e organização do produto educacional:	5	4	3	2	1
A	A linguagem visual está de acordo com a proposta do produto educacional?					
B	O produto educacional promoveu o diálogo entre a linguagem verbal e a linguagem visual?					
C	Apresentou quadrinhos atrativos e didáticos aos docentes?					
D	Apresentou um texto e escrita atrativa e de fácil compreensão aos docentes?					
E	Promoveu uma leitura dinâmica com informações técnicas conforme a proposta do produto educacional?					
F	O embasamento teórico do material está em consonância com a forma escolhida para se comunicar com o docente?					

✓ Professor, se desejar compartilhar elogios, considerações e sugestões quanto a estética e organização do produto educacional, escreva no espaço abaixo:

5	4	3	2	1
Excelente	Muito bom	Mediano	Não muito bom	Péssimo
Forte demonstração da atribuição analisada	Boa demonstração da atribuição analisada	Média demonstração da atribuição analisada	Pouca demonstração da atribuição analisada	Nenhuma demonstração da atribuição analisada

2	Quanto as etapas do produto educacional:	5	4	3	2	1
A	Apresenta todas as etapas interligadas e coerentes deste a capa até última página?					
B	A introdução explica aos aspectos que embasam a escolha da temática disposta no produto educacional?					
C	A sequência didática apresenta um encadeamento lógico, claro, conciso e objetivo?					
D	Sugere uma postura de ensino que contribua com um ensino ativo e participativo a respeito da prática docente?					
E	As informações do produto possibilitam a aquisição de conhecimentos novos e relevantes ao ensino do Tema Histórias em quadrinhos e Tribunal do Júri?					
F	O instrumento promove o uso da dialogicidade para o desenvolvimento integral dos estudantes, possibilitando a ampliação das discussões sobre o assunto?					

✓ Professor, se desejar compartilhar elogios, considerações e sugestões quanto as etapas do produto educacional, escreva no espaço abaixo:

5	4	3	2	1
Excelente	Muito bom	Mediano	Não muito bom	Péssimo
Forte demonstração da atribuição analisada	Boa demonstração da atribuição analisada	Média demonstração da atribuição analisada	Pouca demonstração da atribuição analisada	Nenhuma demonstração da atribuição analisada

3	Propostas didáticas apresentadas no produto educacional	5	4	3	2	1
A	A sequência didática pode ser adaptada para utilização em outros temas?					
B	A forma de apresentar os conteúdos programáticos foi claro e de fácil compreensão?					
C	O produto educacional é didático e possível de execução?					
D	As propostas didáticas podem contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes?					
E	Atividades são atrativas e estimulam a curiosidade e a aprendizagem no leitor?					
F	O material disponibilizado para compreensão da linguagem quadrinista e a revista em quadrinhos do Ministério Público suprem as expectativas esperadas para realização das atividades?					

✓ Professor, se desejar compartilhar elogios, considerações e sugestões quanto a propostas didáticas do produto educacional, escreva no espaço abaixo:

5	4	3	2	1
Excelente	Muito bom	Mediano	Não muito bom	Péssimo
Forte demonstração da atribuição analisada	Boa demonstração da atribuição analisada	Média demonstração da atribuição analisada	Pouca demonstração da atribuição analisada	Nenhuma demonstração da atribuição analisada

4	Criticidade apresentada no produto educacional	5	4	3	2	1
A	Reforça a necessidade de utilização de metodologias dialógicas e ativas de ensino na educação atual?					
B	A proposta do produto educacional é inovadora?					
C	Colabora com a relação teoria e prática no decorrer das atividades?					
D	Consolida o conhecimento técnico e ativa a criatividade e as habilidades interpessoais nos alunos?					

✓ Professor, se desejar compartilhar elogios, considerações e sugestões quanto a criticidade apresentada no produto educacional, escreva no espaço abaixo:

APÊNDICE D- PRODUTO EDUCACIONAL

